

**TVR N.º 216, DE 2012
(Do Poder Executivo)**

**Mensagem nº 287/2012
Aviso 526/2012**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 941, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Rádio Comunitária de Marataízes executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marataízes, Estado do Espírito Santo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD))

Mensagem nº 287

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 775, de 20 de novembro de 2008 – Associação da Rádio Comunitária Shalon FM, no município de Goiânia – GO;
- 2 - Portaria nº 513, de 10 de junho de 2010 – ACAR – Associação Cultural dos Amigos Rochedenses, no município de Rochedo de Minas – MG;
- 3 - Portaria nº 526, de 14 de junho de 2010 – Associação Beneficente São Francisco de Assis de Medeiros-MG, no município de Medeiros – MG;
- 4 - Portaria nº 662, de 21 de julho de 2010 – Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Campina das Missões, no município de Campina das Missões – RS;
- 5 - Portaria nº 703, de 29 de julho de 2010 – Associação Rádio Comunitária Poço Cerrado, no município de Tangará – RN;
- 6 - Portaria nº 744, de 24 de agosto de 2010 – Sociedade Luiza Távora, no município de Potengi – CE;
- 7 - Portaria nº 751, de 24 de agosto de 2010 – Associação Assistencial e Cultural Baraunense, no município de Baraúna – RN;
- 8 - Portaria nº 752, de 24 de agosto de 2010 – Associação dos Filhos e Amigos de São Marcos, no município de Major Isidoro – AL;
- 9 - Portaria nº 754, de 24 de agosto de 2010 – Associação dos Nordestinos de Campos do Jordão e Região, no município de Campos do Jordão – SP;
- 10 - Portaria nº 787, de 26 de agosto de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Astorga, no município de Astorga – PR;
- 11 - Portaria nº 921, de 14 de outubro de 2010 – Associação de Radiodifusão Cultural e Ambiental de Heitorai, no município de Heitorai – GO;
- 12 - Portaria nº 931, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Pindorama, no município de Pindorama – SP;
- 13 - Portaria nº 938, de 14 de outubro de 2010 – Associação Radiodifusão Cultural de Triunfo, no município de Triunfo – RS;
- 14 - Portaria nº 939, de 14 de outubro de 2010 – Associação Radiodifusão Comunitária Independência, no município de Tutóia – MA;
- 15 - Portaria nº 941, de 14 de outubro de 2010 – Associação Rádio Comunitária de Marataízes, no município de Marataízes – ES;
- 16 - Portaria nº 1.041, de 8 de novembro de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Piên, no município de Piên – PR;

17 - Portaria nº 1.048, de 8 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Domingos Martins, no município de Domingos Martins – ES;

18 - Portaria nº 1.050, de 8 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Região Quilombola de Formigueiro, no município de Formigueiro – RS;

19 - Portaria nº 1.055, de 8 de novembro de 2010 – Associação Latino Americana de Combate à Miséria e à Violência - Projeto Sol Para Todos - Organização Não Governamental, no município de Recife – PE;

20 - Portaria nº 1.083, de 16 de novembro de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Pedro, no município de Ubarana – SP;

21 - Portaria nº 1.092, de 16 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Cultural e Esportiva de Doutor Ulysses – Paraná, no município de Doutor Ulysses – PR;

22 - Portaria nº 1.101, de 16 de novembro de 2010 – Associação Caibateense de Comunicação, Cultura e Cidadania, no município de Caibaté – RS;

23 - Portaria nº 1.168, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Victorense de Comunicação, no município de Victor Graeff – RS;

24 - Portaria nº 1.169, de 24 de novembro de 2010 – Associação de Difusão Comunitária de Barão, no município de Barão – RS;

25 - Portaria nº 1.170, de 24 de novembro de 2010 – Sociedade Beneficente Glória In Excelsis, no município de Boa Vista do Cadeado – RS;

26 - Portaria nº 1.173, de 24 de novembro de 2010 – Associação Movimento Comunitário Canoas, no município de Paraibuna – SP;

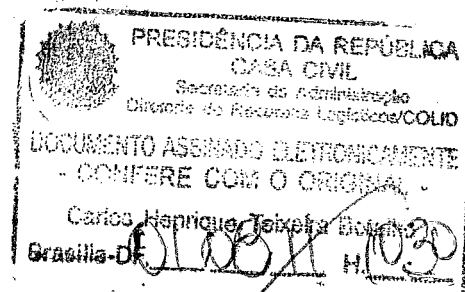
27 - Portaria nº 1.179, de 24 de novembro de 2010 – Sociedade Civil Acauã, no município de Salvador – BA; e

28 - Portaria nº 1.279, de 6 de dezembro de 2010 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Primeiro de Maio, no município de Belo Horizonte – MG.

Brasília, 25 de junho de 2012.

D. Russell

EM nº. 504/2011 - MC



Brasília, 14 de julho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Rádio Comunitária de Marataízes**, no Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.038180/07, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	04/11/10
Página:	89 Seção: 2
ANOTADO POR:	for

PORTARIA Nº 941

DE 14 DE OUTUBRO

DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.038.180/07 e da PARECER Nº 157 – 1.08/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Rádio Comunitária de Marataízes**, com sede na Rua Padre Henrique Huben, nº 80 – Bairro Cidade Nova, no município de Marataízes, Estado do Espírito Santo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º 01' 25"S e longitude em 40º 49' 02"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro de Estado das Comunicações

E. m. 504 / mc

PRIMEIRA-SECRETARIA
RECEBIDO nesta Secretaria
Em 27, 6, 12 às 10.55 horas
Assinatura Amparo Ponto 4.398

Aviso nº 526 - C. Civil.

Em 25 de junho de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado EDUARDO GOMES
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

TVR 202/12

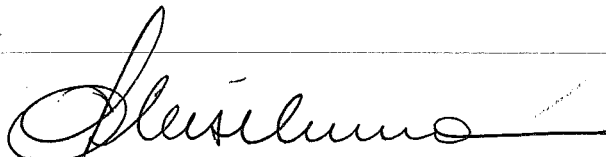
TVR 229/12

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária constantes das Portarias nºs 775, de 2008; 513, 526, 662, 703, 744, 751, 752, 754, 787, 921, 931, 938, 939, 941, 1.041, 1.048, 1.050, 1.055, 1.083, 1.092, 1.101, 1.168, 1.169, 1.170, 1.173, 1.179 e 1.279, de 2010.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

PRIMEIRA-SECRETARIA
Em 27, 6, 12
De ordem, ao Senhor Secretário
Geral da Mesa, para as devidas
providências.
CLAUDIO AUGUSTO A. SANTANA
Chefe de Gabinete

119348
Ass.:
Sec. Geral da Mesa SENPO 27/06/2012 - 16:45
D-198M: 12800

TVR 216/2012

FORMULÁRIO PARA PREPARO DA PORTARIA

Processo Administrativo nº 53000.038180/2007

Art. 1º -

Nome da Entidade: Associação Rádio Comunitária de Marataízes

Sede: Rua Padre Henrique Huben, 80, Bairro Cidade Nova

Município: Marataízes

Estado: Espírito Santo

Art. 3º -

Coordenadas: Latitude em 21°01'25"S e Longitude em 40°49'02"W

Frequência: 87,9 Mhz

Número de Volumes: 01

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 11/11/10

45

240 formalizar

**REQUERIMENTO PARA OBTENÇÃO DO ASSENTIMENTO PRÉVIO PARA EXECUÇÃO
DO SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 036180/2007-43

SEAP4/SC

06/07/2007-10:54

Senhor Secretário-Executivo do Conselho de Defesa Nacional da Presidência da República,

A **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.919.828/0001-50, com sede na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, telefone (28) 3532.1877, correio eletrônico evaldopferreira@gmail.com, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, em conformidade com a Lei nº. 6.634, de 2 de maio de 1979, a Lei 10.610, de 22 de janeiro de 2002, o Decreto nº. 85.064, de 26 de agosto de 1980 e nos termos de que trata o item 11 da Norma Complementar nº. 1/2004, solicitar o assentimento prévio para instalar estação de Radiodifusão Comunitária, com centro localizado na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo.

Declaro ter conhecimento de que o presente requerimento se destina a obtenção do assentimento prévio por tratar-se de local situado em faixa de fronteira, vez que a mesma é imprescindível para que a autorização junto ao Ministério seja outorgada e ainda, afirmo ter conhecimento de que apenas o assentimento prévio, caso seja concedido, declaro não gera qualquer direito referente à autorização para a execução do serviço pretendido.

Marataízes, 02 de julho de 2007.


EVALDO PRAÇA FERREIRA

Nome do representante da entidade: **EVALDO PRAÇA FERREIRA**

CPF: 031.794.997-70

Endereço para correspondência: Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000,

Telefone para contato: (28) 3532.1877;

Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

Sedap

02
J

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO

EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

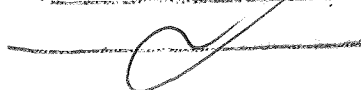
A **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.919.828/0001-50, com sede Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, Telefone (28) 3532.1877, correio eletrônico evaldopferreira@gmail.com, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, respeitosamente à presença de V. Ex^a., em atendimento ao Aviso 02/2007, apresentar a documentação de que trata o item 7 da Norma nº 1/2004 – Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria MC nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 26 subsequente.

Marataízes, 02 de julho de 2007.


EVALDO PRAÇA FERREIRA

Nome do representante da entidade: **EVALDO PRAÇA FERREIRA**
CPF: 031.794.997-70

SERVIÇO DE RÁDIO COMUNITÁRIO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 10



I – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS

1 – Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF	Sim	Não
2 – Estatuto Social, devidamente registrado	Sim	Não
3 – Ata de Constituição da entidade devidamente registrada	Sim	Não
4 – Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada	Sim	Não
5 – Relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais e jurídicas	Sim	Não
6 – Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos	Sim	Não
7 – Prova de que seus diretores são maiores de dezoito anos ou emancipados	Sim	Não
8 – Declaração, assinada pelo representante legal, especificando o endereço completo da sede da entidade	Sim	Não
9 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso	Sim	Não
10 – Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço	Sim	Não
11 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados	Sim	Não
12 – Declaração, assinada pelo representante legal, constando a denominação de fantasia da emissora, se houver	Sim	Não
13 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1 da Norma Complementar nº 1/2004	Sim	Não

SECRETARIA PÚBLICA FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09.11.10

04

14 – Declaração, assinada por profissional habilitado ou por representante legal da entidade, confirmando as coordenadas geográficas, na padronização GPS-SAD69 ou WGS 84, e o endereço proposto para instalação do sistema irradiante	Sim	Não
15 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma Complementar nº 1/2004 e com os dados indicados em seu requerimento, caso seja selecionado	Sim	Não
16 – Comprovante de recolhimento de taxa relativa às despesas de cadastramento	Sim	Não

II – MANIFESTAÇÕES DE APOIO

1 – Manifestação de apoio individual contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura do declarante	Sim	Não
1.1 – Soma das manifestações individuais apresentadas		
2 – Manifestação de apoio coletiva, apresentada sob a forma de abaixo-assinado, contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura de cada declarante	Sim	Não
2.1 – Soma das assinaturas constantes das manifestações de apoio coletivas, apresentadas sob a forma de abaixo-assinado		
3 – Manifestação de apoio apresentada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço, contendo a denominação da entidade apoiadora, o endereço da sede, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e assinatura do representante legal	Sim	Não
3.1 – Soma das manifestações de apoio das entidades associativas e comunitárias apresentadas		
4 – Manifestação de apoio dos associados da entidade requerente comprovada por meio de assinaturas constantes de Ata de Assembléia Geral, convocada especialmente para manifestar apoio à iniciativa de requerer a autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária	Sim	Não
4.1 – Soma das assinaturas constantes da Ata de Assembléia Geral		


RECEBIDO PELA O FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CUMPRE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo relativo a solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada em original ou cópia autenticada e em conformidade com o subitem 7.2 da Norma Complementar nº 1/2004, bem como as afirmações feitas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.


EVALDO PRAÇA FERREIRA

Endereço para correspondência: Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000;
Telefone para contato: (28) 3532.1877;
Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,

Pretende instalar o sistema irradiante de sua estação na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, de coordenadas geográficas: 21° 01' 24.78"S de latitude e 40° 49' 2.1"W de longitude.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 10


06
S

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
02/07/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:14:22
008377564 1593

TRANSFERENCIA PARA CONTA UNICA DO TESOURO

CLIENTE: REGINA CELIA F GUIMARAES*
AGENCIA: 3079-1 CONTA: 6.036-4

=====

VALOR:	20,00
--------	-------

=====

IDENTIFICADOR:

1 = 41000300001188220
2 = 3521487725

=====

SERA COBRADA CPMF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11 140

07



DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

EVALDO PRAÇA FERREIRA, na qualidade de representante legal da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM**, declaro para os devidos fins que:


- o endereço completo da sede da entidade é na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo;
- todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou, se a localidade for menor ou igual a 3,5 Km, na área urbana da localidade;
- a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- o nome fantasia da Entidade ou da emissora, se este for utilizado, será _____
- o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1 da Norma Complementar nº 1/2004.
- as coordenadas geográficas, na padronização GPS-SAD69 ou WGS 84, são: 21° 01' 24.78"S de latitude e 40° 49' 2.1"W de longitude e o endereço proposto para instalação do sistema irradiante é: Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, nesta cidade;
- a entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma Complementar nº 1/2004 e com os dados indicados em seu requerimento, caso seja selecionada;
- a Entidade requerente não possui qualquer vínculo de subordinação ou que a sujeite à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, em respeito ao disposto no art. 11 da lei 9612/98.

Marataízes, 02 de julho de 2007.


EVALDO PRAÇA FERREIRA

Endereço para correspondência: Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000,
Telefone para contato: (28) 3532.1877;
Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,

RECEBUELO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 10




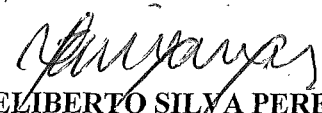
DECLARAÇÃO ASSINADA PELOS DIRIGENTES DA ENTIDADE


08
8


Nós, abaixo-assinados, na qualidade de dirigentes da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM**, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Marataízes, 02 de julho de 2007.


EVALDO PRAÇA FERREIRA
Diretor Presidente
CPF/MF nº. 031.794.997-70
Representante Legal


ELIBERTO SILVA PEREIRA
Diretor Vice-Presidente
CPF/MF nº. 620.766.127-34


WANDERLÉIA CARVALHO CAMPOS
Diretor Secretário
CPF/MF nº. 584.211.5776-04


MARIA DE FÁTIMA DELBONA
Diretor Executivo
CPF/MF sob o nº. 882.888.977-20

Endereço para correspondência: Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000,
Telefone para contato: (28) 3532.1877;
Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,

SECRETARIA FEDERAL
DE TELECOMUNICAÇÕES
COMPARE COM O ORIGINAL

Em, 09/11/10

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

Raondro Guimarães de Moreno (nome da
pessoa que está manifestando apoio), portador da cédula de identidade nº.
428.498 SSP/ES, residente na Rua Dr. Anton de Moreno, 121, na cidade
de Maratáizes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, pessoa física, vem, nos termos de que trata
o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

Maratáizes - ES, 2 de Julho de 2007.
(local e data)

Raondro
assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

RECEBUEMOS
FEDERAL
COMUNICAÇÕES
ORIGINAL
Em, 09, 11, 10

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

10
6
9

Marcelo Mendes Lobato (nome da
pessoa que está manifestando apoio), portador da cédula de identidade nº.
10650994-6, residente na Rua Leonel Porto nº 07, na cidade
de Maratáizes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, pessoa física, vem, nos termos de que trata
o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

Maratáizes, 30 de Junho de 2007.
(local e data)

Marcelo Mendes Lobato
/ assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09 / 11 / 10

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

11
3

Joze Alberto Soares Lobato (nome da
pessoa que está manifestando apoio), portador da cédula de identidade nº.
1751107 IFP RJ, residente na Rua Pe. Henrique Hubert, 29, na cidade
de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, pessoa física, vem, nos termos de que trata
o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

Marataízes, 30 de junho de 2007.
(local e data)

Joze Alberto Soares Lobato
assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

DEPARTAMENTO NACIONAL DE RÁDIO COMUNITÁRIAS
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 09/11/10

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

12
B
(1)

Aleionia Naudes Soliato (nome da
pessoa que está manifestando apoio), portador da cédula de identidade nº.
366885, residente na Rua. Padre Henrique Heubens 29, na cidade
de Maratáizes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, pessoa física, vem, nos termos de que trata
o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

Maratáizes, 30 de junho de 2004.
(local e data)

Aleionia Naudes Soliato
assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

ORIGINAL
Em, 09, 11, 10

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL



5

Mariane de Lourdes Marvila Canallo (nome da
pessoa que está manifestando apoio), portador da cédula de identidade nº.
03463578466 residente na Barro Vermelho Sº na cidade
de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, pessoa física, vem, nos termos de que trata
o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

Marataízes, 01 de 7 de 200 7.
(local e data)

Mariane de Lourdes M. Canallo
assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

FEDERAL
www.arcom.org.br
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

Norma Leiza da Silva Brunara (nome da
pessoa que está manifestando apoio), portador da cédula de identidade nº.
578.242, residente na R. José Brunara - 315, na cidade
de Marataízes; Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, pessoa física, vem, nos termos de que trata
o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

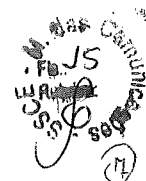
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

Marataízes, 02 de julho de 2007
(local e data)

Norma Leiza da Silva Brunara
assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/07
C

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL



Maristela Simonato (nome da
pessoa que está manifestando apoio), portador da cédula de identidade nº.
574.837, residente na Av. Simão Soares - 790, na cidade
de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, pessoa física, vem, nos termos de que trata
o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

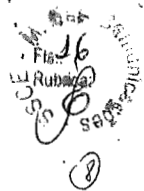
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

Marataízes, 1º de Julho de 2007.
(local e data)

Maristela Simonato
assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11 2007

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL



ILDA ENTENGER (nome da
pessoa que está manifestando apoio), portador da cédula de identidade nº.
CPF 043.115.637-14, residente na AV. SIMONE SOARES 117, na cidade
de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, pessoa física, vem, nos termos de que trata
o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

MARATAÍZES, 02 de Julho de 2007
(local e data)

Ilda Entenger
assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL



Irina Barbosa Barbuato (nome da
pessoa que está manifestando apoio), portador da cédula de identidade nº.
355 605, residente na R. Cel. Luiz Soares, 14, Barra do Itap, na cidade
de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, pessoa física, vem, nos termos de que trata
o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

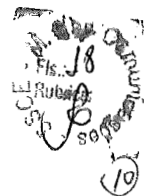
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

Marataízes, _____ de junho de 2007.
(local e data)

Irina Barbosa Barbuato
assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09 / 11 / 2007

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL



Janet Quinteiro Gomes (nome da
pessoa que está manifestando apoio), portador da cédula de identidade nº.
334 258, residente na R. José A. M. de Almeida nº 74 - Barra, na cidade
de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 291345-000, pessoa física, vem, nos termos de que trata
o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

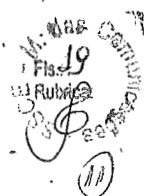
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

Barra do Hapemission, 02 de julho de 2007.
(local e data) Marataízes

Janet Quinteiro Gomes
assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

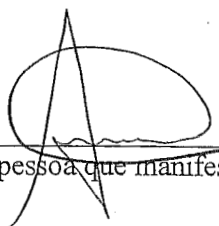
MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL



ANDRÉ CONTREIRO AZEVEDO (nome da
pessoa que está manifestando apoio), portador da cédula de identidade nº.
1250264, residente na RUA ALVERINO SILVA, na cidade
de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000, pessoa física, vem, nos termos de que trata
o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

MARATAÍZES, 02 de JULHO de 2007.
(local e data)



assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 08 / 11 / 10

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstramos o nosso total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmamos ainda que os endereços, abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação do Serviço.

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO / CEP	ASSINATURA
01	ma da Cunha D. Carvalho	2061959-ES	Rua João Pinheiro 110 marataízes	<i>[assinatura]</i>
02	JOSE BONIFACIO MARTINS SILVA	130485-ES	RUA MARIA ORTIZ, 5/N 29.345000	<i>[assinatura]</i>
03	Elyth Carvalho Candal	230 58-ES	ESPIRITO SANTO S/N CEP 29345000	<i>[assinatura]</i>
04	Iera Lucia B Wandermum	112726377-86	Rua Rui Barbosa n.º 190 CEP 29345-000	<i>[assinatura]</i>
05	Ademir Francisco Wandermum	693.211.537-68	Rua Rui Barbosa n.º 182 CEP 29345-000	<i>[assinatura]</i>
06	Gláucia B Pereira Porto	1.356-842-ES	Rua Clóvis Benéfico n.º 80 CEP 29345000	<i>[assinatura]</i>
07	Lanciana Schano da S. Budge	17-90700077	Rua Sebastião Alves Batista 29345000	<i>[assinatura]</i>
08	Alexandra Duarte Carvalho	22.67.899-ES	Rua São Paulo, 110, B. Sta Teresa, Marataízes	<i>[assinatura]</i>
09	Miraei das Neves P. Carvalho	101.172.427	Clóvis Benéfico n.º 290 29.345000	<i>[assinatura]</i>
10	Lidia Pereira da Silva	114.533.	Sebastião Alves Batista 29345000	<i>[assinatura]</i>
11	Alexe Sapiati Silva	112.67515708	Rua Clóvis Benéfico 279. (CEP: 29.345-000)	<i>[assinatura]</i>
12	Ma Silvana Bittencourt Carvalho	2.133.879	Rua Leonardo Carvalho n.º 513	<i>[assinatura]</i>
13	Antônio Lino R. Lino	MM10616	AV Rui Bums Rongel N.º 04	<i>[assinatura]</i>
14	Adriano Carvalho Costa	223 993 417-91	AV. Alexandre Duarte n.º 120 CEP 2934500	<i>[assinatura]</i>
15	Paulo da Luz Silva	11-7103-413	Rua Rui Barbosa n.º 87 CEP 29345-000	<i>[assinatura]</i>
16	Denise Dutra Marques	2101920-ES	Leonardo Carvalho n.º 20 29.345.00-	<i>[assinatura]</i>
17	Maria de Lourdes Sapiati Wald	03039550-2	Clóvis Benéfico S/N CEP 29345.000	<i>[assinatura]</i>
18	Anete Carvalho Costa	GT 437265	AV. Alexandre Duarte n.º 124 CEP 29345000	<i>[assinatura]</i>
19	MARID EDSON ARAUJO	CI 484363	RUA RUI BARBOSA N.º 75 29345000	<i>[assinatura]</i>
20	Maria das Neves Araújo Silva	CI 239.888	Rua Rui Barbosa n.º 87 29345000	<i>[assinatura]</i>

V: 18
IN: 2

10/05/2004
15:20
10/05/2004

Em 09/05/2004
MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstramos o nosso total apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM**, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmamos ainda que os endereços, abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação do Serviço.

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO /CEP	ASSINATURA
01	Araceli Venturim	1940665779	Rua (av.) Riode Janeiro 153	Araceli Venturim
02	Abel Lacerdes D. Venturim	esp. 02	" " " "	Abel Lacerdes D. Venturim
03	M ^{te} Shery de Gequilda Perin	CPF. 780329.977/68	Johri Kennedy nº 176	Shery Perin
04	Jaime Scantamburlo da Cunha	148226.CI	Rua São Paulo nº 14 Orpege	Jaime Scantamburlo
05	Adilson Alói da Cunha	346049.CI	" " " "	Adilson Alói da Cunha
06	Althayde Rodrigues Jabo	66300974	Rua João Cândido 36	Althayde Rodrigues
07	Maria Inez Lias de Medeiros	234272	Rua 13 de maio nº 46 Centro	Maria Inez Lias de Medeiros
08	Geovanny Lopes de Aze	1381214.CI	Rua das Castanheiras, nº 166, Centro	Geovanny Lopes de Aze
09	Roberta Conceição de Aguiar	204.802.CI	Rua Carvalho de Brito nº 80 centro	Roberta Conceição de Aguiar
10	Marta Siqueira Machado	103665.CI-	Av. DOMINGOS MARTINS - 162º	Marta Siqueira Machado
11	Candida Pandal de Carvalho	352.805.CI	Rua Guacuí nº 206	Candida Pandal de Carvalho
12	Alida Maria da Silva Pereira	615.125.CI	Rua da Rosa - Bairro Porto 5º - Aparecida	Alida Maria da Silva Pereira
13	Rita Kouriet Oliveira dos Santos	CPF. 971214372/53	Rua 8 de Setembro nº 30. B. Atlântica	Rita Kouriet Oliveira dos Santos
14	Daniel Carvalho	030700.CI	Avenida Domingos Martins 5/nº Centro	Daniel Carvalho
15	Clancy Zucolote	CPF. 130098607/87	Av. Domingos Martins nº 1628	Clancy Zucolote
16	Resumoria da Silva	CPF 947469407/97	Rua Carvalho de Brito nº 12	Resumoria da Silva
17	Silvia Silva Bitencourt	163056.CI	Av. Atlântica nº 1170	Silvia Silva Bitencourt
18	Luciete Carvalho do Vale	CPF. 123582457/80	Rua Amazonas nº 52	Luciete Carvalho do Vale
19	Maria Jose de Souza Ramer	M.1.005.965.CI	Avenida W. Finas Gerais 5/nº	Maria Jose de Souza Ramer
20	Renha Nélia de Carvalho Bitencourt	774902587-15	Av. Atlântica nº 830	Renha Nélia de Carvalho Bitencourt

V: 20
IN = Q

W. 435
Fib-21
M. Ruben
SSD
SOS

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstramos o nosso total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmamos ainda que os endereços, abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação do Serviço.

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO / CEP	ASSINATURA
01	Barb. Carlos do R. Machado	5760432	Rua. Moreira s/nº B.B.H. Marataízes	<i>[assinatura]</i>
02	Maria da Penha Feitosa da Silva	570.862	Rua. Elzeu Ribeiro nº109 B.B.H. Marataízes	<i>[assinatura]</i>
03	Emecilda Galandini	860193	Av. Central s/nº B.B. Horizonte	<i>[assinatura]</i>
04	Chenina Elias Vieira	121.160	Pz. Antonio S. Soares, 34 Barra	<i>[assinatura]</i>
05	Manoel Sylvio Ferreira do Bulhã	892-336	Ob. Simão Soares n: 751 - Barra	<i>[assinatura]</i>
06	Idel. Lúcio Brandão	1.234-285	Beco dos Patos	<i>[assinatura]</i>
07	Guacira Marques Brandão	098 6524572	Galpão das Artes	
08	Idelga de Almeida M. Pereira	1.431.522-85	Rua. Bogaia Pontões	
09	Mônica Feitosa V. Mendel	108255028	R. Aguiar M. Feltes Gazzoni, 16	<i>[assinatura]</i>
10	Queres Vazquez Maria Nunes	193.976.407-01	R. Edmundo Lima, 133 Marataízes	
11	Enes de Adato	386-687	Av. Espinha de Peixe, Cacapulo	
12	Emangela M. O. Dey	648.289-9071	R. Odalberto Soares, 85	
13	Raquelina Elias Costa	341.707	R. Antonio Rodrigues Pontes - 35	<i>[assinatura]</i>
14	Luiza Maria e sua família	351.702	Rua Amadeu Rondon 72 - Marataízes	<i>[assinatura]</i>
15	Cesar Rodrigues Fagundes	726657	Av. Soares Soares 686, 100 Barra	<i>[assinatura]</i>
16				
17				
18				
19				
20				

V = 9
N = 6



Em 09/11/2004
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE Cópia ORIGINAL

M. das Comun. 23
Fisc.
Rubrica
S. C. 507

MANIFESTAÇÃO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS

A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA CIDADE NOVA (ASMOCIN)
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 00.546.061/0001-59, com
sede RUA GRAZELLE ZELTZER GAZZANI, na cidade de
MARATIZES, Estado de ESPÍRITO SANTO, CEP
29345-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente
registrada no órgão competente, vem, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma
Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da

(denominação da entidade requerente), que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão
Comunitária. Afirmo ainda que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a prestação do
Serviço.

MARATIZES, 02 de JULHO de 2007.
(local e data)

assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal:

CPF: 379.937.127-34

Rubens

RUBENS RODRIGUES JARGAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO
CONFERE O ORIGINAL
Em, 09/11/20

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstramos o nosso total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmamos ainda que os endereços, abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação do Serviço.

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO / CEP	ASSINATURA
01	Walter Mendes de Araújo	353.852-85	Al. Francisco de Assis 417	<i>[Assinatura]</i>
02	Marcelo M. de S. S.	753.182-85	R. Adalberto Sobrinho 159	<i>[Assinatura]</i>
03	Carla de Brito Viçosa	121828-53	João Cândido - Bairro 5477-419	<i>[Assinatura]</i>
04	Maria Helena Affonso Viana	209.941	1500 Cândido - " "	<i>[Assinatura]</i>
05	Valcyrino Manta comelli	571.930	Rua Antonio Barbosa 30 - Barra	<i>[Assinatura]</i>
06	Bernardo de Oliveira Soares Gade	254.946-60	Rua Amândeo Campos 134 GUAÍTO	<i>[Assinatura]</i>
07	Jorge Paole	211.438-60	Rua Aristides de Oliveira 134 Centro	<i>[Assinatura]</i>
08	Krista Botini Naim	2.053.327-85	R. Gore Ilmonita 259 - CEP: 29365-000	<i>[Assinatura]</i>
09	Marielinda Moura Sobrinho	552.532	R. Algina Cordeiro 119	<i>[Assinatura]</i>
10	Sora Verônica Silveira	580244	" " " "	<i>[Assinatura]</i>
11	Marlene Salomão Loureiro	100.655-55	Av. Francisco de Assis 397	<i>[Assinatura]</i>
12	Dupre Camoni		Chela Miravim 459	<i>[Assinatura]</i>
13	Andressa Campos Bastos	2050238-85	Rua Paracatu nº 01	<i>[Assinatura]</i>
14	Paulo Gabriel R. Campos	2.171.48-85	Av. Francisco de Assis nº 817	<i>[Assinatura]</i>
15	Leandro Oliveira	354-518	Av. F. L. - 17501-AR 417	<i>[Assinatura]</i>
16	Guilherme R. Mendes	213.540	Av. Miravim nº 51	<i>[Assinatura]</i>
17	Jorge Luiz Maroni	36.457-452-91	Rua Melo L. Sobrinho 511	<i>[Assinatura]</i>
18	McGarcia B Basto	620.771.717-5	Rua Medeiros Sobrinho 517	<i>[Assinatura]</i>
19				
20				

V= 17
IN= 1

Em 09/11/2009
COMPROVAÇÃO ORIGINAL



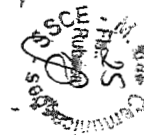
MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstramos o nosso total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmamos ainda que os endereços, abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação do Serviço.

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO / CEP	ASSINATURA
01	Rubens de Oliveira Barbosa	202047558	Rodovia Safra Marataízes Km 1, 204	Rubens
02	João Gimenez da Rosa	236284	Av. Rio de Janeiro 209 2º andar	João
03	Walter H. R. Nogueira	43.1037.527	R. PROJETADA 211. SAU/HERED	Walter
04	Sabage Moreira Andrade	30.958 ES	Rod. Safra Marataízes	Sabage
05	Rogério Cantuária	76441085	AV. CENTRAL B. H.	Rogério Cantuária
06	Guilherme Benedito da Cunha Pereira	1.239.7095	R. Tirolenses, 81. Cidade Nova.	Guilherme
07	IRMA LUCIA DA SILVA	606.136 ES	AV. CENTRAL, 90. BELO HORIZONTE	IRMA
08	Walter H. R. Nogueira	N-1017919	R. MIGUEL LEONARDO CARVALHO 10	Walter
09	Maria Aparecida Gomes Barbosa	42077702753	Rod. Safra Marataízes Km 1 nº 204	Maria
10	Emilia Rita Martins	4764677184	R. Pedro Custódio, 139	Emilia
11	Fabiana Cyprina da Silva	1.474553ES	Av. Góias nº 200 CEP 29345-000 Marat.	Fabiana
12	Mr. Gesseli J. Gomes	C.R. 740689	R. Rio de Janeiro 209 Ap. 201	Gesseli
13	Leonardo Gomes Barbosa	C. 1921311ES	Rod. Safra Marataízes Km 1 nº 204	Leonardo
14	Rubens Gomes Barbosa	101918047-11	Rod. Safra marat. Km 01 nº 204	Rubens
15	Maria José Bilo Wandermusen	02260323207	Rod. Marataízes x Safra B. Belo Horizonte	Maria José
16	cel. Benício Magalhães	02464910783	Rod. Marataízes x Safra B. Belo Horizonte	Benício
17	Simone E. Batista	12860473771	Rod. Marataízes x Safra B. Belo Horizonte	Simone
18	Suellem Duarte Silva	2.202.154 ES	R. Santilho Machado nº 100 B. Belo Horizonte	Suellem
19	Cina Maira do Rosario Machado	460-431 ES	R. Santilho Machado nº 100 B. B. H. Marataízes	Cina
20	Marcelo da Penha do R. Machado	555.107	R. Santilho Machado nº 100 B. B. H. Marat	Marcelo

V: 20
JN: 0



MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstramos o nosso total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmamos ainda que os endereços, abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação do Serviço.

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO / CEP	ASSINATURA
01	Luzia de Fátima Guinancio	13.000.015	Al. Rubens Rangel, 204 Maratáizes ES	[Assinatura]
02	ALESSANDRA A. CASSOLI	578 130	RUA ALZIRA CORDEIRO 98	[Assinatura]
03	Miriam Tezoz Sabra Randal	3642495	Rua Domingos Martins - 2026	[Assinatura]
04	SILMAR BEQUINHO FILHO	016.112598	RUA PAKA N° 22	[Assinatura]
05	Paulo Roberto Ribeiro Ayuda	1370063	RUA RUBENS RANGEL	[Assinatura]
06	Luiz Fernando dos Reis	178919537-34	RUA MARLIO NEZENDE 111	[Assinatura]
07	Consiliadora de Souza	186 890	Rua Soares 68	[Assinatura]
08	Ilma Freyde Ribeiro	6.209.638	R. Maria Freyde 26.	[Assinatura]
09	Letícia Olavo Lima	857.4216-5	Alti. Viveiros R° 205	[Assinatura]
10	Silvana M. Costalunga	1.061.806-65	Av. Rubens Rangel 585-Aptº 101	[Assinatura]
11	Maria da Silva Pinheiro	2.010.688-65	Al. Maria Vignone 226 e. casa Vardaga	[Assinatura]
12	Aliciana Binot Bastos	1574500-65	R. Abda Pa Sabra 51N entre Maratáizes	[Assinatura]
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

V: 12
IN: 0

CSCE
RUBENS
Fig. 26
M. 0100
0100

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

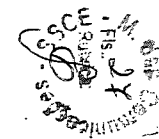
Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstramos o nosso total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmamos ainda que os endereços, abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação do Serviço.

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO / CEP	ASSINATURA
01	EDNA LERALIS. h/1111	03376045-5	R: GOIÁS, 352 S. RITA MARAT.	Edna Leralis
02	Luiz Clemente Janta	14149211FP		Luiz Clemente
03	Ana Paula Roza Moura	J-108-036	R. Cristóvão Campos, 222 Centro - Marataízes	Ana Moura
04	Aluísio M.B. de V. Vicentini	1339.241-85	Av. Atlântica, 1200	Aluísio Vicentini
05	Maria Dulceine	350850	Rua Acre nº 26 Ilmeite	Maria Dulceine
06	ANAMARIA RODRIGUES	04824276-72	R. Cachoeira de Itapemirim nº 70/201	Ana Maria
07	MARIA CLARA MIDDELDORF	M. 11001546	Av. Rubens Rangel, 158 - 2º	Maria Clara
08	Emil Rulow	Id. 012	29985-5 R. Z. Marataízes	Emil Rulow
09	Fabiano, marriela moeiro	1.786 396	Rua Espírito Santo, 307	Fabiano
10	Maíra Cristina P. Pedra	01516400	Av. Mario Rezende 115 - Marataízes - B. P	Maíra
11	Aline Pereira Pedra	2238433	R. Mario Rezende 135	Aline
12	Cliete Wiegler Pedra	98255	R. Mario Rezende - 07	Cliete
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

V: 12
N: 0



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

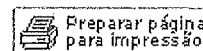


		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 08.919.828/0001-50	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/07/2007
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DE MARATAIZES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCOM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 0.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO R PADRE HENRIQUE HUBEN	NUMERO 80	COMPLEMENTO	
CEP 29.345-000	BAIRRO/DISTRITO CIDADE NOVA	MUNICÍPIO MARATAIZES	UF ES
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/07/2007	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

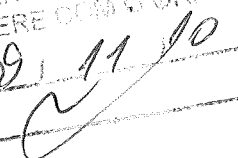
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 568, de 8 de setembro de 2005.

Emitido no dia 5/7/2007 às 11:55:56 (data e hora de Brasília).

Voltar

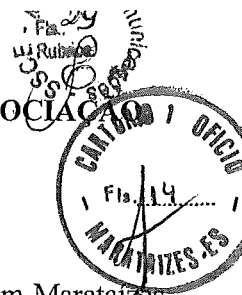


A SRF agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10


ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM.



Aos 30 dias do mês de junho do ano de 2007, às 16:00 horas, em Marataízes,

Estado do Espírito Santo, reuniram-se com o propósito de constituírem uma sociedade cooperativa, nos termos da legislação vigente, as seguintes pessoas: **EVALDO PRAÇA FERREIRA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado a Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000; portador da cédula de identidade nº. 1110720, expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº. 031.794.997-70; **WANDERLÉIA CARVALHO CAMPOS**, brasileira, divorciada, professora, portadora da cédula de identidade nº. 5361296, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº. 584.211.5776-04, residente e domiciliada na Rua Professora Rosalina Sobrosa, nº. 176, Barra do Itapemirim - Espírito Santo, CEP: 29.349-000; **ELIBERTO SILVA PEREIRA**, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade nº. 388449, expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº. 620.766.127-34, residente e domiciliado na Rua Doutor Brício Mesquita, nº. 32 - Centro - Marataízes - CEP: 29.345-000 e **MARIA DE FÁTIMA DELBONA**, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade nº. 1221975, expedida pela SSP/ES, inscrita no CPF/MF sob o nº. 882.888.977-20, residente e domiciliada na Rua Antônio Barcelos Vieira, nº. 170, Barra do Itapemirim - Espírito Santo, CEP: 29.349-000, com 25 (vinte e cinco) quotas cada, um no valor total de R\$ 1.000,00 (mil reais). Foi aclamado para coordenar os trabalhos o Senhor **EVALDO PRAÇA FERREIRA**, que convidou a mim **WANDERLÉIA CARVALHO CAMPOS**, para lavrar a presente Ata, tendo participado ainda da Mesa as seguintes pessoas: (nome e função das pessoas). Assumindo a direção dos trabalhos, o coordenador solicitou fosse lido, explicado e debatido o projeto de estatuto da sociedade, anteriormente elaborado, o que foi feito artigo por artigo. O estatuto foi aprovado pelo voto dos associados fundadores, cujos nomes estão devidamente consignados nesta Ata. A seguir, o Senhor Coordenador determinou que se procedesse à eleição dos membros dos órgãos sociais, conforme dispõe o estatuto recém-aprovado. Procedida à votação, foram eleitos para comporem a Diretoria, os seguintes associados: **Diretor Presidente: EVALDO PRAÇA FERREIRA**, **Diretor Vice- Presidente: ELIBERTO SILVA PEREIRA**, **Diretor Secretário: WANDERLÉIA CARVALHO CAMPOS** e **Diretor Executivo: MARIA DE FÁTIMA DELBONA**; **Conselho Fiscal:** os Senhores **MARÍLCE PORTO FERNANDES DEMORENO**, brasileira, casada, cartorária, portadora da cédula de identidade nº. 798127/SSP-ES, inscrita no CPF/MF sob o nº. 031.069.087-00, **ANA MAURA DO ROSÁRIO MACHADO**, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade nº. 460431, expedida pela SSP-ES, inscrita no

[Handwritten signatures]

SERVIÇO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

FLÁVIO DE F. GUIMARAES
Advogado
OAB/ES 13 180

CPF/MF sob o n.º. 031.069.087-00 e **EDUARDO LEONARDO RIBEIRO**, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade n.º. 1249992, expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n.º. 034.633.847-60, para seus respectivos suplentes, os senhores **NAILDA LEONARDO RIBEIRO**, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade n.º. 122145-7, expedida pelo SSP/ES, inscrita no CPF/MF sob o n.º. 017.061.737-84, **RICARDO PEPE REIS**, brasileiro, casado, motorista, portador da cédula de identidade n.º. 1563938, expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n.º. 007.977.677-97 e **DANUSA MAGALHÃES CARDOSO**, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade n.º. 968218, expedida pela SSP/ES, inscrita no CPF/MF sob o n.º. 008.135.287-55. Prosseguindo, todos foram empossados nos seus cargos e o Diretor Presidente, assumindo a direção dos trabalhos, agradeceu a colaboração de todos e declarou definitivamente constituída, desta data para o futuro, a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM**, com sede na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, nesta cidade, Estado do Espírito Santo, que tem por objetivo: **a)** dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; **b)** oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; **c)** prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessários; **d)** contribuir par o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; **e)** permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. Em ato contínuo, os membros fundadores aprovaram por unanimidade o Estatuto da Associação Rádio Comunitária de Marataízes - ARCOM, nos termos que se seguem, em anexo. Como nada mais houvesse a ser tratado, o Senhor Presidente da sociedade deu por encenados os trabalhos e eu, _____ **WANDERLÉIA CARVALHO CAMPOS** que servi de Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, contém as assinaturas de todos os associados fundadores, como prova a livre vontade de cada um de organizar a associação.

Marataízes, 30 de junho de 2007.


Firma no
"Walmery"
Marataízes - ES



WANDERLÉIA CARVALHO CAMPOS

(Secretária da Assembléia)

Firma no
"Walmery"
Marataízes - ES


EVALDO PRAÇA FERREIRA
(Diretor Presidente)


ELIBERTO SILVA PEREIRA
(Diretor Vice-Presidente)


MARIA DE FÁTIMA DELBONA
(Diretor Executivo)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10


MARÍLCE PORTO FERNANDES DEMORENO

(Conselheira Fiscal)


ANA MAURA DO ROSÁRIO MACHADO

(Conselheira Fiscal)


EDUARDO LEONARDO RIBEIRO

(Conselheira Fiscal)


NAILDA LEONARDO RIBEIRO


(Suplente do Conselho)


RICARDO PEPE REIS

(Suplente do Conselho)

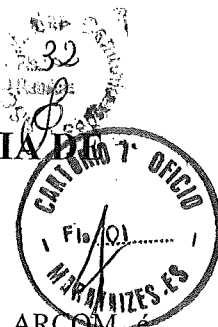

DANUSA MAGALHÃES CARDOSO

(Suplente do Conselho)


Flávio de Figueiredo Guimarães
OAB/ES 13.189

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em. 09/11/20

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM.



Art. 1º - A Associação Rádio Comunitária de Marataízes, doravante denominada ARCOM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo, com sede, na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, nesta cidade, e que tem por fins:

I – Beneficiar a comunidade com vistas:

- a) dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessários;
- d) contribuir par o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§ 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a associação poderá firmar convênios com associações congêneres e com o Poder Público.

Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Marataízes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000

SERVIÇO PÚBLICO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/90

CLAYTON DE F. GUIMARÃES
Advogado
OAB/ES 13.180



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM

§ 2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matéria polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

§ 1º - Para cumprir o seu propósito a associação atuará por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações; doação de recursos físicos, humanos e organizações sem fins lucrativos e a Órgãos do setor Público que atuam em áreas afins.

§ 2º - A programação da emissora deverá respeitar e observar os princípios e normas dispostas na legislação vigentes no território nacional sobre radio difusão comunitária, ficando vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em lei. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissão dos serviços de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

§ 3º - As subvenções e doações recebidas serão integralmente aplicadas nas finalidades as que estejam vinculadas.

§ 4º - Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro das atividades inerentes à manutenção e ampliação da rádio

Art. 3º - A associação poderá adotar um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Diretor, com a finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto.

Art. 4º - Para a consecução dos objetivos e fins a que se propôs, a associação adota os seguintes princípios e diretrizes:

I – Não há, entre os associados e beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, sexo, cor, condição social e credo, político ou religioso.

II – Todos os cargos de direção são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nessa condição, a remuneração de qualquer natureza.

III – Não há distribuição, aos associados, colaboradores ou dirigentes, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio social, auferido mediante o exercício das atividades sociais.

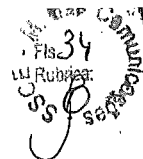
Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Marataízes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000.

2

SERVIÇO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/40

FLAVIO DE F. GUERINHAES
Advogado
OAB/ES 13.100

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM



IV – Todas as receitas e despesas são escrituradas regularmente, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais.

V – Na manutenção das finalidades e dos objetivos da associação, todos os recursos são aplicados no território nacional.

CAPÍTULO II – DO QUADRO SOCIAL.

Seção I – Dos Associados.

Art. 5º - A associação é constituída por número ilimitado de associados, que compartilham os objetivos e princípios da associação assim distribuídos:

I – associados fundadores: aqueles que participaram da Assembléia de fundação da associação, assinando a respectiva ata e comprometendo-se com as suas finalidades;

II – associados efetivos: os que forem incorporados pela aprovação da Assembléia Geral;

III – associados colaboradores: pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da associação, solicitem seu ingresso e, sendo aprovadas pela Diretoria, paguem as contribuições correspondentes;

Parágrafo único: Os associados, independente da categoria, não respondem subsidiariamente, nem solidariamente pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizado pela Diretoria.

Seção II – Da admissão e do Desligamento.

Art. 6º - A admissão do associado dar-se-á por meio de proposta subscrita por um outro associado efetivo ou fundador, no pleno gozo de seus direitos, sendo aprovado pela Diretoria em reunião ordinária.

Art. 7º - O desligamento do associado ocorrerá:

I – por motivo de falecimento, de interdição, de doença e por ausência, na forma da lei civil;

II – voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao Presidente;

Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Marataízes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000.

3

SERVIÇO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/90

FLAVIO DE F. BOMBALES
Advogado
OAB/ES 13.100

Fls. 35
CARTÓRIO I OFÍCIO
Fls. 04
MARATAÍZES-ES

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM

III – compulsoriamente, por decisão da maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, quando a conduta do associado constituir causa de perturbação ou descrédito para a associação.

Parágrafo Único – O associado que venha sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá pedir reconsideração, sem efeitos suspensivos, à Assembléia Geral, no prazo de trinta dias contados da ciência de sua exclusão.

Seção III – Dos Direitos e dos Deveres.

Art. 8º - São direitos dos associados:

- I** – votar na Assembléia Geral e ser votado para os cargos eletivos;
- II** – participar, desfrutar benefícios e vantagens assegurados pela associação, desde que sejam atendidas as disposições do Regimento Interno e demais regulamentos;
- III** – assistir às reuniões sociais e participar de eventos e atividades promovidos pela associação, conforme dispuser o Regimento Interno.

Parágrafo Único - Não se aplica aos associados contribuintes o disposto no inciso I deste artigo.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- I** – cumprir e respeitar este Estatuto, o Regimento Interno, os regulamentos e as deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral;
- II** – manter o seu cadastro atualizado junto à associação;
- III** – contribuir mensalmente, na forma do presente Estatuto, no caso dos associados contribuintes;
- IV** – prestar à associação todo o concurso moral e material ao seu alcance, quer aceitando o cargo para o qual seja convocado ou o encargo que lhe for atribuído, quer propondo novo associado;
- V** – atender às convocações da Assembléia Geral e de outros órgãos da associação quando destes fizer parte.

Seção IV – Da Contribuição.

Art. 10º - O associado contribuinte contribui mensalmente com a mensalidade fixada pela Diretoria.

Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Marataízes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000.

SERVIÇO DE REGISTRO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

PLAQUE DE F. COMATAES
Advogado
OAB/RS 13 189



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM

Art. 11º - O associado contribuinte que, por extrema escassez de recursos pecuniários, solicitar dispensa da contribuição ficará isento, a critério da Diretoria, até que afastadas as razões que motivaram o pedido de isenção.

Parágrafo Único – O associado dispensado da contribuição financeira, conforme o disposto nesse artigo, continuará com os mesmos direitos e deveres.

Art. 12º - O associado que faltar ao pagamento de suas mensalidades por mais de seis meses, utilizar-se da faculdade que lhe é outorgada pelo artigo anterior, será considerado renunciante aos seus direitos e terá, em consequência, a matrícula cancelada, salvo quando a Diretoria conceder novo prazo.

CAPÍTULO III – DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA.

Art. 13º - O patrimônio da associação constitui-se de todos os bens moveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, por doação de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil.

Art. 14º - Os bens imóveis de propriedade da instituição não poderão ser vendido, alienados ou gravados em hipotecas, no todo ou em parte, salvo se, mediante proposta submetida à Assembléia Geral, esta o aprovara, delegando poderes à Diretoria, que realizará a respectiva operação.

Parágrafo Único – Os bens móveis poderão ser alienados, trocados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembléia Geral.

Art. 15º - Constituem fontes de recursos da associação:

- I – as contribuições dos associados e colaboradores;
- II – as subvenções financeiras do Poder Público e convênios;
- III – as doações, os legados, os aluguéis, os subsídios e quaisquer auxilio que forem concedidos por pessoa física ou jurídica;
- IV – os juros, os rendimentos financeiros e as rendas eventuais;
- V – as promoções beneficentes;
- VI – os provenientes dos serviços prestados, patrocínio sob forma de apoio cultural, por valores advindos de suas atividades comunitárias e de comunicação, bem como as receitas patrimoniais;

Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Marataízes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000.

SE
MINIST
CONFERE
ORIGINAL
Em, 09/11/40

JOSÉ F. MARATAÍZES
Advogado
OAB/ES 13.188

Ca.
37
1995

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM

VII – os provenientes de quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades.

CAPÍTULO IV – DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES.

Seção I – Disposições Gerais.



Art. 16º - São órgãos dirigentes da associação:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – Toda pessoa que ocupe cargo nos órgãos de administração:

a) deverá ser associado fundador ou efetivo, em pleno gozo de seus direitos;

b) não poderá obter, de forma individual ou coletiva, benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação em processo decisório, devendo par tanto ser adotadas práticas administrativas eficientes no cumprimento do disposto no presente artigo.

Art. 17º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não poderão usar a associação ou o seu patrimônio como garantia de quaisquer compromissos, como finanças, avais, endosso ou abonos, ressalvados os referentes a operações relativas à atividade da instituição autorizadas pela Assembléia Geral.

Seção I – da Assembléia Geral.

Art. 18º - A Assembléia Geral (AG), órgão soberano da associação, é constituída pelos associados fundadores e efetivos no uso de seus direitos.

§ 1º - A AG reunir-se-á, ordinariamente, a cada ano, no mês de janeiro, para aprovação das contas, e a cada dois anos, nos termos deste Estatuto, para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal.

§ 2º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral.

Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Maratáizes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000.

6

CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

FLAVIO DE F. GUIMARAES
Advogado
OAB/ES 18.188

38
Fis. 07

ARCOM

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM

§ 3º - Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§ 4º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ARCOM e estúdio, bem como divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§ 5º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §2º.

§ 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente toda vez que for convocada pelo Presidente, pela maioria da Diretoria ou por um quinto dos associados.

§ 7º - Quando a reunião da Assembléia Geral for solicitada pelos associados, as deliberações tomadas só serão válidas se o numero de participantes da mesma não for inferior ao numero de assinaturas contidas na solicitação.

§ 8º - Apurada a presença de numero legal par a instalação da Assembléia Geral, o Presidente da Diretoria ou seu substituto dará início aos trabalhos, presidindo-os.

§ 9º - Toda reunião da Assembléia Geral terá ata registrada em livro próprio.

Art. 19º - Além de outras atribuições dispostas neste Estatuto, compete à Assembléia Geral:

I – eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;

II – reformar este Estatuto e resolver os casos omissos;

III – destituir membros da Diretoria se for reconhecida à existência de motivo graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim;

IV – decidir sobre as contas anuais da Diretoria, considerando o parecer do Conselho Fiscal;

V – aprovar a reforma do Regimento Interno;

VI – deliberar sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria.

Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem os incisos II e III é exigido o voto concorde de dois terço dos presentes à reunião especialmente convocada para esse fim, não

Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Maratáizes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000.

7

SERVIÇO FEDERAL
MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

PLAQUEIA F. GOMARAS
Advogado
OAB/ES 13.183

39
CANTORIO / OFICINA
Fla. 08
MARATAÍZES ES

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM

podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Seção II – Da Diretoria.

Art. 20º - A Diretoria da ARCOM, órgão executivo e administrativo, será composta por:

I – Diretor Presidente;

II – Diretor Vice Presidente;

III – Diretor Secretário;

IV – Diretor Executivo.

§ 1º - O mandato dos membros da diretoria é de dois anos, podendo ser reeleitos isolados ou conjuntamente.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

§ 3º - A Diretoria poderá criar cargos de dirigentes auxiliares, de acordo com as suas atividades.

Art. 21º - Compete à Diretoria:

I – dirigir e administrar a Associação, principalmente as funções e atividades da rádio comunitária, de acordo com as disposições estatutárias e regimentais;

II – desenvolver programas de suas atividades;

III – estabelecer os regulamentos;

IV – decidir sobre mediada administrativa;

V – designar, entre os associados, dirigentes auxiliares, os quais poderão substituir os diretores em caso de impedimento temporário, quando não houver disposições estatutárias sobre o caso;

VI – autorizar operações financeira, até o limite estabelecido pela Assembléia Geral;

VII – providenciar a execução de quaisquer obras, reparos ou consertos imprescindíveis às atividades normais da associação;

VIII – propor reforma do Estatuto e do regimento Interno à Assembléia Geral;

IX – elaborar balancetes financeiros mensais e balanço anual.

§ 1º - Compete ao Diretor Presidente:

Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Marataízes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000.

SERVIÇO DE REGISTRO E
MINISTÉRIO DE JUSTIÇA
CONFERE O ORIGINAL
Em 09/11/10

FLAVIO DE F. GUIMARAES
Advogado
OAB/ES 13 100



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM

- I – representar a associação em juízo ou fora dele; ✓
- II – coordenar todas as atividades sociais, de acordo com o presente Estatuto e demais normas;
- III – convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- IV – assinar com o secretario a documentação da associação;
- V – assinar os documentos que se refiram à movimentação financeira;
- VI – elaborar relatórios anuais para aprovação da Assembléia Geral;
- VII – dirigir, administrar, organizar, deliberar, baixar determinações e ordens de serviços, admitir/demitir auxiliares e empregados, autorizar e aprovar inserções e programações radiofônicas, autorizar compras e serviços, bem como designar funções e tarefas dos auxiliares, empregados e diretores, em fim exercer todas as atividades inerentes ao funcionamento da rádio comunitária.

§2º - Compete ao Diretor Vice Presidente:

- I – substituir o Diretor Presidente nas licenças, férias, faltas e impedimentos, assumindo a presidência, em caso de vaga, até a posse do novo titular, na forma do regimento interno;
- II – desempenhar atribuições delegadas pelo Diretor Presidente.

§3º - compete ao Diretor Secretario:

- I – organizar e manter em ordem os serviços de secretaria;
- II – assessorar o Diretor Presidente durante as reuniões e substituí-lo, em suas faltas e impedimentos;
- III – redigir e encaminhar ao Diretor Presidente a correspondência de rotina a ser expedida, dentro de suas funções;
- IV - assinar com o Diretor Presidente a documentação dirigida a terceiros;
- V – redigir as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- VI – cientificar os interessados, através de edital a ser fixado na sede social, a respeito das reuniões convocadas pela Diretoria ou pelo Diretor Presidente.

§4º - Compete ao Diretor Executivo:

- I – substituir o Diretor Vice Presidente na sua falta, impedimento ou licença;
- II – supervisionar, orientar e fiscalizar o funcionamento da área administrativa da associação;
- III – exercer outras competências que lhe venham a ser determinadas pelo Diretor Presidente, bem como auxilia-lo na direção da radio comunitária.

SERVIÇO DE REGISTRO E
MINISTÉRIO DE JUSTIÇA
CONFERE FOLHA ORIGINAL
Em, 09/11/10

FLAVIO DE F. GOMARAS
Advogado
OAB/ES 13.188

M. das Comun. 41
Fis. 41
Rubrica
S. 10

CARTÃO DE OFÍCIO
Fis. 10
MARATAÍZES ES

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOMES

Art. 22º – A Diretoria somente poderá aceitar auxílio, doação, contribuição ou subvenção, bem como firmar convênios, quando estiverem eles desvinculados de compromissos que modifiquem o objetivo da associação e não prejudiquem as suas atividades normais, para que seja preservada, em qualquer hipótese, a sua total independência administrativa.

Seção III – Do Conselho Fiscal.

Art. 23º – O Conselho Fiscal é o Órgão de fiscalização da associação, sendo composto de três membros titulares e até três membros suplentes, todos associados efetivos, eleitos e considerados empossados pela Assembléia Geral.

§ 1º - O Conselho Fiscal poderá ser convocado, em caráter extraordinário, mediante deliberação da Diretoria ou por solicitação escrita de um dos membros efetivos do Conselho Fiscal dirigida ao Presidente.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de dois anos, podendo ser reeleitos, isolados ou conjuntamente.

Art. 24º – Compete ao Conselho Fiscal:

- I – dar parecer nos balancetes financeiros mensais e no balanço anual;
- II – impugnar as contas quando necessário;
- III – reunir-se mensalmente ou quando julgar conveniente;
- IV – fiscalizar a gestão econômico-financeira da associação.

CAPÍTULO V – DAS ELEIÇÕES.

ART. 25º – A eleição dos membros da Diretoria e do conselho Fiscal será realizada a cada dois anos, no mês de dezembro, na seguinte forma:

- I – convocada a Assembléia Geral, serão escolhidos dois membros para auxiliar a eleição;
- II – não será permitido o voto por procuração;
- III – somente poderá votar o associado que estiver quite com os seus deveres e obrigações junto à associação;
- IV – apurados os votos e resolvidas as impugnações, se houver, o presidente da mesa proclamara os eleitos e a posse se dará de imediato, assumindo o exercício ao final da Assembléia Geral.

Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Marataízes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000.

10

SERVIÇO DE REGISTRO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERE O ORIGINAL
Em 09/11/10

PLAQUEIAÇÃO
Advogado
OAB/ES 13 10.



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM

CAPÍTULO VI - DA PROGRAMAÇÃO.

Art. 26º - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

CAPÍTULO VII - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO.

Art. 27º - O Patrimônio e Receita da ARCOM será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

CAPÍTULO VIII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO.

Art. 28º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 29º - A dissolução da ARCOM ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Marataízes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÕES
CONFERE Cópia ORIGINAL
Em 09/11/11
PLANO DEF. GUBERNATOS
Advogado
OAB/ES 15 180

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.



Art. 30º - Pela exoneração, saída ou outra forma qualquer de abandono, a nenhum associado será lícito pleitear ou reclamar direitos ou indenizações, sob qualquer título, forma ou pretexto, por possuir, apenas, a condição de associado.

Art. 31º – Não será permitida, aos associados e dirigentes, a representação por meio de procuração, para o exercício de quaisquer de suas atribuições.

Art. 32º – O exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 33º – A associação poderá firmar acordos, convênios e parcerias com outras organizações, visando à execução de todas as finalidades previstas neste Estatuto e no seu Regimento Interno.

§ 1º - Os acordos, convênios e parcerias serão precedidos da verificação de que a organização possui nível de orientação compatíveis com a prestação dos serviços a serem conveniados.

§ 2º - Os instrumentos do acordo, do convenio e da parceria consignarão normas de controle e fiscalização da ajuda prestada pela associação, inclusive a sua automática cessação pelo descumprimento do ajuste.

§ 3º - A associação, independente de celebrar ou não termo de parceria com o Poder Público, na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras devesse observar os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

§ 4º - Haverá a prestação de contas de eventuais recursos advindos dos Poderes Públicos, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

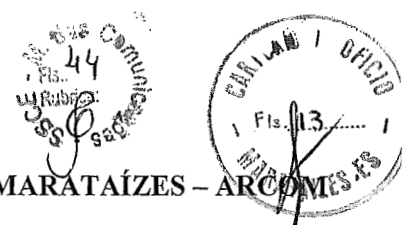
Art. 34º – A associação, ao término de cada exercício social, dará publicidade, por qualquer meio eficaz, do relatório de atividades e das demonstrações contábeis e financeiras, bem como providenciara as certidões de débito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de colocar tais documentos à disposição dos interessados.

Parágrafo Único – Nos exercícios em que a associação receber recursos oriundos de termos da parceria firmado com o Poder Público, as demonstrações contábeis e financeiras poderão ser auditadas por auditores externos independentes.

Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Marataízes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000.

12

SERVIÇO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERE ORIGINAL
Em 09/11
CLAYTON F. GUIMARÃES
Advogado
OAB/ES 18.180



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOMES ES

Art. 35º – Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ad referendo da Assembléia Geral.

Art. 36º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 37º - O presente estatuto foi aprovado na AG de 30 de junho de 2007 e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Firma no
"Walmery"
Marataízes - ES


EVALDO PRAÇA FERREIRA


WANDERLÊIA CARVALHO CAMPOS


ELIBERTO SILVA PEREIRA


MARIA DE FÁTIMA DELBONA


Flavio de Figueiredo Guimarães
OAB/ES 13.189

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09 11 / 10



Selo de Fiscalização

ATOS DE NOTAS E REGISTROS

PODER JUDICIÁRIO

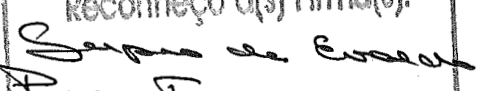
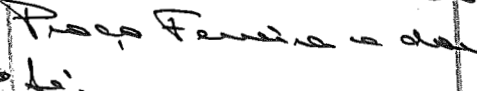
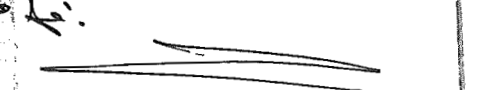
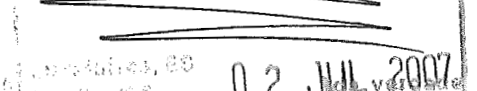

Estado do Espírito Santo

RECONHECIMENTO

DE FIRMA

ABO 75190

Cartório do "WALMERY"
MARATAÍZES
Wallace C. da Hora CI
Titular
Jussara V. M. A. Silva
Alexandre de Oliveira
Márcio A. C. Leite
Cec. Auxiliar
R. Rubens Rangel, 17
Marataízes - Esp. Santo
Fone (xx) 28 3632 - 2412

Reconheço a(s) Firma(s).





02 JUL 2007

Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova – Marataízes – Espírito Santo – CEP: 29.345-000.

45
Set

CARTÃO 1 OFÍCIO
Fls. 13
MARATAIZES-ES

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição

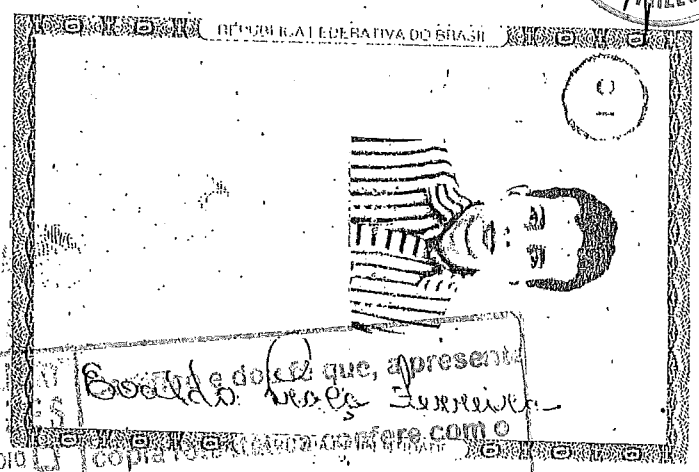
031.794.997-70

Nome

EVALDO PRACA FERREIRA

Data de nascimento

10/09/1973



Cartão de Identificação
MARATAIZES-ES
Wallace C. da Hora
Titular
Jussane V. M. A. Rosa
Mórcio A. C. Leite
Auxiliares
Av. Rubens Rangel, 1740
Marataizes - Esp. Santo
01.10.1973

É o documento que, apresentado, confere com o original que me foi apresentado

de 10.02 JUL 2007

Marataizes - ES



Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Espírito Santo
AUTENTICAÇÃO
AES 94192

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	1.110.720 -ES	DATA DE EXPEDIÇÃO	19.10.1993
NOME	EVALDO PRACA FERREIRA		
FILIAÇÃO	HILTON PRACA LEMOS E MARIA APARECIDA FERREIRA PRACA		
NATURALIDADE	ALEGRE - ES	DATA DE NASCIMENTO	10.09.1973
DOC ORIGEM	CERT NASC 11183 FL 140 V LV 16 CRC L.G.L.VIANA		
ALEGRE - ES - 01.03.1973			
Assinatura do Diretor			
LEI Nº 716 DE 29/08/83			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09.11.10

REGISTRO
CEPAL
1.221.978-ES

DATA DE
EMISSÃO
03.09.1982

CONTE
MAGIA DE PETITIA DELBORA

LOCAL
ANTONIO DELBORA E FILIADA, SPILAUD DELBORA

MAIORIDADE
DATA DE NASCIMENTO
07.07.1961

DATA DE EMISSÃO
07.07.1982

DOC. ORIGIN
CERT. NASC. SPILAUD, EL. 518, 11.08.1961, EPT. CARLOS BENEZ
EPT. DE PETITIA - ES
002.088.977-20

ASSINADO
ASINADO DIRETOR

102

ITAPEMIRIM

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ISSUOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO




Nome de feitura Delbora

MAIORIDADE
67.66.6.3

CONVENCION
MAGIA DE PETITIA DELBORA

MAIORIDADE
002.088.977-20

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

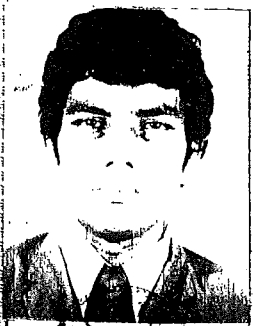
DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE CONTRIBUÍNTES FISCAIS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL


Nome de Petitia Delbora

Em, 09.11.80

(CÉDULA DE IDENTIDADE)



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO PORTADOR

Eriberto Silva Pereira

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
REGISTRO GERAL Nº 700.349

NOME: EIRIBERTO SILVA PEREIRA

PAPELO: Antonio Pereira e Lindoneza Silva Pereira

Idade: 16.12.1957

Assinatura: *Eriberto Silva Pereira*

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

44
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE RESSOAS FISCAIS

VALIDO EM TODA TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Eriberto Silva Pereira

C/C

NASCIMENTO: 16.12.57

INSCRIÇÃO NO CPF: 620.766.127-34

CONTRIBUINTE: EIRIBERTO SILVA PEREIRA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

SERVIÇO FISCAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

CONFERE

Em 09/11/80

[Signature]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SPTC/DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Eduardo Leonardo Ribeiro
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.249.982-ES DATA DE EXPEDIÇÃO 29.12.1972

NOME EDUARDO LEONARDO RIBEIRO

FILIAÇÃO ELISEU RIBEIRO E DIRCEMALVA LEONARDO RIBEIRO

NATURALIDADE ITAPEIRINH - ES DATA DE NASCIMENTO 28.02.1974

DOC ORIGEM CERT NASC 3628 FL 32 V LV 41 CRC G.G. DA FONSECA
ITAPEIRINH - ES - 04.03.1974
CPF 034.633.847-60

ASSINATURA DO DIRETOR
LETO 116 DE 29/08/83

Ass. Cont. 49
L. Ribeiro
38.8.83

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura *Eduardo Leonardo Ribeiro*
EDUARDO LEONARDO RIBEIRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 06/12/93

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome EDUARDO LEONARDO RIBEIRO

Nº de Inscrição 034633847-60 Data de Nascimento 28/02/74



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONFERE O ORIGINAL
Em 09/11/10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Ana Maura do Rosario Machado

ASSINATURA DO TITULAR

CARTERA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 460.431-ES DATA DE EXPEDIÇÃO 05.02.1986

NOME ANA MAURA DO ROSARIO MACHADO

FILIAÇÃO Santillo Antonio Machado
Maria do Rosario Machado

Itapemirim-ES 03.06.1959
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DCC ORIGEM Cert. Nasc. nº 15.948 Fts. 56 L. 34 exp. p/CRC. de M. L. Teles-Itapemirim-ES-25.02.1977.

CPF 151.116-5
Vitoria-ES

ASSINATURA DO DIRETOR

Ana Maura do Rosario Machado

RECEBIMOS DE 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CÁDASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Ana Maura do Rosario Machado

NASCIMENTO
03.06.59

INSCRIÇÃO NO CPF
576 201 137 20

CONTRIBUINTE

ANA MAURA DO ROSARIO MACHADO

João José de Souza
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

SERVIÇO DE REGISTRO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONFERE COM ORIGINAL

Em: 09/11/10

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 798.127-ES DATA DE EXPEDIÇÃO: 01.10.1985

NOME: MARILSE PORTO FERNANDES

FILIAÇÃO: Geraldo de Souza Fernandes
Heracélia Porto Fernandes

C.de Itapemirim-ES DATA DE NASCIMENTO: 12.02.1967

NATURALIDADE

DOC ORIGEM: Cert. Hasc. nº 5.404, L.A-05, fls. 251-V, exp. CRC de R.V. Almakdice, C.de Itapemirim-ES, 17.01.1980

CPF:

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Nº DE IDENTIFICAÇÃO: 031069087-00

NOME COMPLETO: MARILSE PORTO FERNANDES DE MORENO

DATA DE NASCIMENTO: 12.02.67

ASSINATURA

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A ASSINATURA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Comunicação

Fls. 52

30/01/88

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 09/11/40

USP COMUM 1988
33
LUIZ RIBEIRO
008

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SPTO/DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ITAPERIRIM-ES

CARTÃO DE IDENTIDADE

[Signature]

POLEGAR DIREITO

ORIGINAL
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERE
08/11/88
Em

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.563.938 -ES DATA DE EXPEDIÇÃO 10.10.1976

NOME RICARDO PEPE REIS

FILIAÇÃO ALTAIR ROBERTY REIS E YOLANDA PEPE REIS

NATURALIDADE CACHOEIRO DE ITAPERIRIM - ES DATA DE NASCIMENTO 26.02.1970

DOC. ORIGEM CERT CAS 1351 FL 56 - 10.10.1976 CRC G LAGES
RIBEIRÃO DAS NEVES - MG - 30.11.1972
CPF 007.977.677-97

LEI Nº 16 DE 29/08/85

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SPIC/DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR
Nailda Leonardo Ribeiro

TOLEGA: Direta

ITAPEMIRIM

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.221.457-ES DATA DE EXPEDIÇÃO 16.04.1992

NOME NAILDA LEONARDO RIBEIRO

FILIAÇÃO ANANIAS LEONARDO E DEJENITA SANTIAGO LEONARDO

NATURALIDADE ITAPEMIRIM - ES DATA DE NASCIMENTO 15.05.1958

DOC. ORIGEM CERT. CAS 760 FL. 40/V LV. 27 CRC N. N. CALIXTO

ITAPEMIRIM - ES - 07.12.1974

CPF 017.061.737-84

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/06/63

51
Fis.
N.º 111/92

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
NAILDA LEONARDO RIBEIRO

Nº de inscrição
017061737-84

Data do Nascimento
15/05/58

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
Nailda Leonardo Ribeiro
NAILDA LEONARDO RIBEIRO

S
E
R
V
I
D
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 06/12/93

SERVIÇO DE REGISTRO E COMUNICAÇÕES
MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONFÉRMICAÇÃO ORIGINAL

Em 09/11/93



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DESPACHO CONTAGEM DE MANIFESTÇÃO EM APOIO-
PARTICIPANTE DE AVISO

PROCESSO: 53000.038180/2007
LOCALIDADE: Maratáizer /UF: ES
ENTIDADE: Município Rádio Comunitária de Maratáizer
Aviso: 24 Publicação no DOU do dia: 07/05/2007 Prazo expirou em: 20/08/2007

Frente a análise inicial, cuja 1ª fase inclui a validação das manifestações em apoio apresentadas pela entidade requerente, em atendimento ao Aviso de habilitação acima especificado, constatou-se que a entidade conta com os seguintes apoios válidos:

I - MANIFESTAÇÕES DE APOIO

1 - Manifestação de apoio individual contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência e a assinatura do declarante.	Sim	Não
	<input checked="" type="checkbox"/>	
Soma das manifestações individuais apresentadas	Quantidade declarada	
Obs: São válidas apenas as manifestações completamente preenchidas e devidamente assinadas, entendendo-se que:		
- Endereçamento válido é aquele que indica o logradouro, validando-se até os que apenas indicam como n° da casa o termo s/n°.		
- Assinatura válida pode ser rubricada ou conter apenas o nome e sobrenome completos.	Quantidade validada	
	<u>11</u>	
PONTUAÇÃO PONDERADA TOTAL:	X 1	<u>11</u>
Obs: não foram validadas as manifestações às fls _____, considerando a falta de _____.		

Despacho Contagem de manifestações em apoio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em: 09/11/2007
40



2 - Manifestação de apoio coletiva, apresentada sob a forma de abaixo-assinado, contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura de cada declarante.	Sim	Não
	X	
Soma das assinaturas constantes das manifestações de apoio coletivas, apresentadas sob a forma de abaixo-assinado.	Quantidade declarada	
	—	
Obs: São válidas apenas as manifestações completamente preenchidas e devidamente assinadas, entendendo-se que: - Endereçamento válido é aquele que indica o logradouro, validando-se até os que apenas indicam como n° da casa o termo s/n°. - Assinatura válida pode ser rubricada ou conter apenas o 1° nome do declarante ou mesmo aquela assinatura que está no mesmo campo da indicação do nome. - o CEP é opcional.	Quantidade validada	
	108	
PONTUAÇÃO PONDERADA TOTAL: X 1	108	
Obs: não foram validadas as manifestações às fls <u>20, 22, 24</u> , considerando a falta de <u>assinatura ou número identidade</u> . - 10 número de manifestações inválidas foi 09.		

R

Despacho de contagem de manifestações em apoio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 10

	Sim	Não
3 - Manifestação de apoio apresentada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço, contendo a denominação da entidade apoiadora, o endereço da sede, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e assinatura do representante legal.	X	
Soma das manifestações de apoio das entidades associativas e comunitárias apresentadas. Obs: São válidas apenas as manifestações completamente preenchidas, devidamente assinadas e acompanhadas do comprovante de inscrição junto à Receita (CNPJ) e a Ata de eleição ou posse do representante legal que assinou, devidamente registrada. Entendo-se que: - Endereçamento válido é aquele que indica o endereço completo da sede, com logradouro e complemento. - CNPJ válido é aquele em que há a cópia impressa do site da receita e cujo nº é o mesmo declarado. - Assinatura válida pode ser a rubrica do representante ou conter aumenos o nome e o sobrenome completo, e cujo nome se confunda com o constante do termo de posse ou Ata de eleição apresentada. - o CEP é opcional. - O termo de posse ou ata de eleição devem contar pelo menos com a indicação do registro junto a um Cartório, não sendo obrigatória a sua cópia autenticada.	Quantidade declarada —	Quantidade validada 0
PONTUAÇÃO PONDERADA TOTAL:	X 5	0
Obs: não foram validadas as manifestações às fls 33 , considerando a falta de <u>comprovante CNPJ e. ata eleição.</u>		

MD

Despacho de contagem de manifestações em apoio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

4 - Manifestação de apoio dos associados da entidade requerente comprovada por meio de assinaturas constantes de Ata de Assembléia Geral, convocada especialmente para manifestar apoio à iniciativa de requerer a autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.	Sim	Não
		X
Soma das assinaturas constantes da Ata de Assembléia Geral. Obs: São válidas apenas, as manifestações dos associados que preencheram todos os seus dados ao final da Ata, devidamente assinadas e cuja Ata esteja registrada. - Dados válidos dos associados: Nome e assinatura, endereço, RG ou CPF; - Ata válida: Registrada em Cartório.	Quantidade declarada	
	—	
	Quantidade validada	
	—	
PONTUAÇÃO PONDERADA TOTAL: X 2	—	
Obs: não foram validadas as manifestações às fls _____, considerando a falta de _____.		

NÚMERO TOTAL DE MANIFESTAÇÕES VALIDAS:

Total Individuais	Total Coletivas	Total Entidades	de Total Associados dos	SOMA TOTAL DE MANIFESTAÇÕES VALIDADAS
11	108	0	0	119

II - ACORDO PARA ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES INTERESSADAS

Caso exista, mais de uma entidade interessada na execução do Serviço na mesma área de interesse, a requerente declara que concorda em tentar associar-se às demais entidades. <i>A entidade não se manifestou</i>	Sim	Não

Despacho de contagem de manifestações em apoio

SERVIÇO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/20
[Assinatura]



Deste modo, considerando a validação das manifestações em apoio apresentadas, tão logo estejam definidas as áreas de execução possíveis, considerando o interesse das entidades que porventura sejam concorrentes ao interesse desta entidade, esta Coordenação decidirá sobre o encaminhamento de ofícios de tentativa associativa, sobrestamento ou arquivamento, dependendo da caracterização das requerentes, frente à documentação apresentada, especialmente os atos constitutivos.

Brasília, 7 de novembro de 2007

Daniella Borges S. Ferreira
Analista Responsável / Siape: 1300472

Daniella Borges S. Ferreira
Administradora - Mat. 1300472
CORAC/SEDOP/SCE-MC

Despacho de contagem de manifestações em apoio

SERVIÇO DE REGISTRO E CONTROLE
MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONFÉRMICAÇÃO ORIGINAL
Em, 09 de 11 de 10

Sistema de
RÁDIO COMUNITÁRIA
- RadCom -
 Ministério das Comunicações



0 11 07/ v

Lista de Resultados - Processos

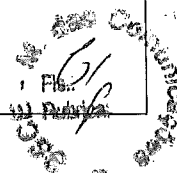
UF	Localidade	Aviso	No. Processo	Entidade / Representante	S
ES	Marataizes	24	53000.038180/07	08.919.828/0001-50 - associação rádio comunitária de marataizes 031.794.997-70 - Evaldo praça ferrelra	EM AI INICI
ES	Marataizes	24	53660.000032/00	03.714.097/0001-92 - ASSOCIAÇÃO EVANGELICA CULTURAL REDENCAO DE AMOR- AECRA 522.381.058-91 - Osiel Monteiro Costa	CONC ARQU 228
ES	Marataizes	5	53660.000839/98	02.830.831/0001-16 - ASSOCIAÇÃO CULT.COMUNIT.DE RADIODIF.DA BARRA DE ITAPEMIRIM	CONC ARQU 228

3 Itens.

VOLTAR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE O ORIGINAL
 Em, 09/11/10

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.038180/07 Localidade/UF: Marataizes/ES
Entidade: associação rádio comunitária de marataizes
Aviso: 25 Publicação: 07/05/2007 Prazo: 21/06/2007 Canal: 200

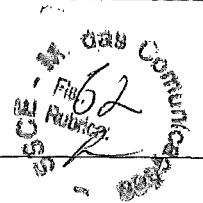
COORDENADAS		
	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	21S0125	21S0236
Longitude	40W4902	40W4928

DISTÂNCIA	
Distância A:B (IBGE)	2.32

Processo					
1.	Entregou documentação tempestivamente?				Sim
2.	Endereço da Antena Proposta				
	Rua Padre henrique huben , nº80 , Cidade Nova				
2.1.	Endereço do Studio				
	Rua Padre henrique huben , nº80 , Cidade Nova				
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)				
	Número do Processo	Distância		Status	
	53660.000032/00	2.320,00		ARQ	
4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)				
	Lote	Processo	Município	UF	Distância
	21	53000.063515/06	Itapemirim	ES	2.360,00
	5	53660.000839/98	Marataizes	ES	2.360,00
5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal				ACO
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?				Não
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.				Sim
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?				Sim
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?				Sim
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora				
	Rua Padre henrique huben , nº80 , Cidade Nova				
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?				Sim

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.038180/07 Localidade/UF: Marataizes/ES
Entidade: associação rádio comunitária de marataizes
Aviso: 25 Publicação: 07/05/2007 Prazo: 21/06/2007 Canal: 200

12.	Conclusão da Análise
Em relação a primeira análise técnica, o processo encontra-se instruído . *** Não tem concorrente	


Regina Aparecida Monteiro.
(Analista)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DESPACHO INICIAL – PARTICIPANTE DE AVISO

PROCESSO: 53000038180/2007

LOCALIDADE: Maratízes /UF: ES

ENTIDADE: Associação Rádio Comunitária de Maratízes

Aviso : 24º Publicação no DOU do dia : 21/05/2007 Prazo expirou em: 05/07/2007

- () Única entidade no local/bairro
(x) Com concorrente(s): arquivado(s) ou sobrestados

DESPACHO JURÍDICO

Frente a análise inicial da documentação encaminhada pela requerente em atendimento ao Aviso de habilitação acima especificado, constatou-se que a entidade:

Está apta com relação a pré-análise efetuada, podendo prosseguir mediante a análise detalhada da documentação, conforme Roteiro de Análise Jurídica a seguir anexado, as outras requerentes, na mesma área de execução do serviço, não tendo interesse no acordo e ainda, por contarem com menos manifestações em apoio válidos, terão seus processos sobrestados, até que esta entidade seja ou não selecionada de forma definitiva.

Brasília, 10 de março de 2008.

Renato Francisco Parente
Matrícula 17587
Assistente Administrativo

Analista Responsável / Siap: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
09/11/08

Despacho Inicial – Participante de Aviso– Processo nº 53000038180/2007 /UF: ES Em, 09/11/08

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.038180/07 Localidade/UF: Marataizes/ES
 Entidade: associação rádio comunitária de marataizes
 Aviso: 24 Publicação: 07/05/2007 Prazo: 21/06/2007 Canal: 200

Processo						
1.	A Entidade é uma:	Associação				
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim				
fl, 01						
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Não				
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Sim				
Ata da Fundação e Ata de Eleição datada de 30/06/07 - não se encontra devidamente Registrada Estatuto Social datado de 30/06/07 - Encontra-se devidamente Registrado no Livro-A das Pessoas Jurídicas.						
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim				
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?	Não se Aplica				
A Entidade não se situa na faixa de fronteira						
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou	Sim				
fl, 07						
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?	Não				
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Sim				
fl, 07						
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Sim				
fl, 07						
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim				
nº 08919828/0001-50 Ativo FI, 28						
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato:		Validade:		
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
	Evaldo Praça Ferreira	031.794.997-70	Diretor Presidenrte	Sim	Sim	Sim
	Eriberto Silva Pereira	620.766.127-34	Diretor Vice Presidente	Sim	Sim	Sim
	Wanderléia Carvalho Campos	584.211.577-60	Diretor Secretário	Sim	Sim	Sim
	Maria de Fátima Delbona	882.888.977-20	Diretor Executivo	Sim	Sim	Sim

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, 09/11/06

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.038180/07 Localidade/UF: Marataizes/ES
Entidade: associação rádio comunitária de marataizes
Aviso: 24 Publicação: 07/05/2007 Prazo: 21/06/2007 Canal: 200

taxa - fl, 06
sede - fl, 07
declaração do Fiel Cumprimento - FI, 08

13. Conclusão da Análise

Após a Análise contataram-se pendências:

a) Alterações Estatutária

- Inclusão dentre seus objetivos da finalidade específica de "executar o Serviços de Radiodifusão Comunitária"
- Inclusão de dispositivos direitos.

b) Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/ MF

c) cópia da ata de eleição

d) Comprovação por meio de Certidão Cartoria- Ata de fundação

e) Cópia da ata de fundação.

d) declaração assinada com nome fantasia da Entidade

Relação contendo todos os associados da entidade.

A Consideração Superior .

Renato Francisco Parente

Matrícula 17567

Assistente Administrativo

Renato Francisco Parente
(Analista)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 2008



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - 3º andar - anexo oeste - sala 300 - 70044-900 - Brasília/DF
Fone: (61) 3311-6177 - Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 1360 /2008/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 10 de março de 2008.

A Senhor

EVALDO PRAÇA FERREIRA

Associação Rádio Comunitária de Marataízes
Rua Padre Henrique Huben, 80 no Bairro Cidade Nova
29345000 / Marataízes / Espírito Santo

Assunto: **Solicitação de Documentação**

Senhor Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n.º 53000038180/2007, na localidade de Marataízes- CE, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, solicitamos a V. Sª que sejam enviados os seguintes documentos:

DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

a) cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, conforme disposto no subitem 7.1, alínea "a" da Norma Complementar 01/2004; constando a retificação do campo de descrição da atividade econômica principal, de modo a estar indicado: "atividades associativas não especificadas".

b) **cópia do Estatuto Social**, na íntegra, legível e modificado em respeito ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004, **constando as alterações estatutárias abaixo elencadas e devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas ou microfilmado em Pessoas Jurídicas:**

1 - inclusão dentre seus objetivos sociais da finalidade específica de "executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária", as finalidades do Serviço de Radiodifusão Comunitária conforme incisos I a V do art. 3º da Lei nº 9.612, de 1998;

2 - inclusão de dispositivo do Estatuto Social, trate dos direitos e deveres dos associados; assegure o ingresso, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na localidade; assegure a todos os seus associados, pessoas físicas, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes; assegure o ingresso, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive, por

rfp- DOS/SSCE-MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 10

intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes;



c) **cópia da Ata de Constituição** na íntegra e legível, devidamente registrada no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004; NAJ

d) **comprovação, por meio de Certidão Cartorária** de que a Ata de Constituição, foi devidamente registrada no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004; NAJ

e) **cópia da Ata de eleição dos atuais dirigentes da Entidade devidamente registrada, constando todos os cargos elencados no art 20º do Estatuto Social, e havendo alterações na composição do Quadro Diretivo, que os novos membros encaminhem as declarações e documentos referentes ao subitem 7.1, alíneas "e" e "i" da Norma Complementar nº 01/2004;** NAJ

f) **declaração, assinada pelo representante legal, constando a denominação de fantasia da emissora, de acordo com o disposto no subitem 7.1, alínea "i" da Norma Complementar 01/2004;** OK

g) **relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais, com o número do CPF, número do documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ, número de registro no órgão competente e endereço da sede, conforme disposto no subitem 7.1, alínea "d" da Norma Complementar 01/2004;** OK

Será facultado a essa entidade, **no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento deste ofício que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento),** apresentar os itens solicitados sob pena de arquivamento do processo.

Outrossim, informamos que o referido prazo poderá ser prorrogado, por uma única vez por igual período, desde que a requerente apresente, no prazo para cumprimento das exigências, uma solicitação formal neste sentido. E ainda, toda a **documentação enviada deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada,** conforme determinação disposta no subitem 7.3 da Norma Complementar 01/2004.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

24º
~~38105~~ 38180/07 EXIG

2

ES - Marataízes, 24 de abril de 2008.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 018597/2008-71

SEAPA/SC

06/05/2008-15:12



Ao Diretor do departamento de Outorga de Serviços,
Sr. Carlos Alberto Freire Resende.

EVALDO PRAÇA PEREIRA, representante da Rádio Comunitária de Marataízes, vem em resposta ao Ofício 1360/2008/RACOM/DOS/SSCE-MC., solicitar a prorrogação do prazo de entrega dos documentos.

Atenciosamente.

Evaldo Praça Pereira
EVALDO PRAÇA PEREIRA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/2008

SGDOR



Destinatário

Ministério das Comunicações
Esplanada dos Ministérios - Bloco
R - 3º andar - anexo oeste - sala
300 Brasília - DF
CEP: 70044-900



CORREIOS		REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY	
AR	PESO / WEIGHT (kg)	VALOR DECLARADO / INSURED VALUE	
<input type="checkbox"/>	000		
RC	4 2 1 8 1 5 0 0 7	BR	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SEÇÃO DE
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
09/11/05
Em...

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

Remetente

Associação Rádio Comunitária de
Marataízes
Rua: Padre Henrique Huben, 80
Cidade Nova- Marataízes
CEP: 29.345-000

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
NC	of n°1360/2008/RADCOM/DOS/SSCE-MC
EI	AVALDO PRAÇA FERREIRA
	ASSOC. RÁDIO COMUNIT. DE MARATEÍZES
	RUA PADRE HENRIQUE HUBEN, N° 80 NO BAIRRO
	CIDADE NOVA
CI	29345-000 MARATÍZES/ES
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
<input type="checkbox"/> EMS	
<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
<i>Avaldo Praça Ferreira</i>	20/3/8
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
<i>Avaldo Praça Ferreira</i>	20 MAR 2007
N° DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
	<i>Carteira</i>
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	

75240203-0

FC0463 / 16

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/40

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 04/11/10

 CORREIOS BRASIL	AVISO DE RECEBIMENTO	AR
	AVIS CN07 MAR 2003	
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT / /		
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT AGÊNCIA MINICOM		

RA 6 4 2 4 2 5 8 6 9 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA


ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR	
	Serviço Público Federal MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	
	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Entrega de Serviços	
	Edifício dos Ministérios, Bloco R, Anexo-B Sala 300-0	
	CIDADE / LOCALITÉ	UF
	04100 - BR - DF	BRASIL
	[] [] [] [] [] - [] [] []	



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.919.828/0001-50 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/07/2007
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DE MARATAIZES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO VIDA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO R PADRE HENRIQUE HUBEN		NÚMERO 80	COMPLEMENTO
CEP 29.345-000	BAIRRO/DISTRITO CIDADE NOVA	MUNICÍPIO MARATAIZES	UF ES
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/07/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia **22/06/2009** às **13:39:19** (data e hora de Brasília).

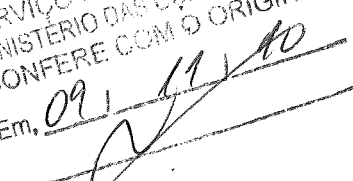
[Voltar](#)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF

53000 029667/2009-05

SEAPA/SCE


02/07/2009-08:54

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 10




ENDEREÇOS DOS CONSELHEIROS DA RÁDIO COMUNITÁRIA

1. Eriberto Silva Pereira
Rua: Dr. Brício Mesquita, 32 Centro - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-1651
2. Wanderléia Carvalho Campos
Rua: Cajueiro, 444 Arraías - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 9982-2051
3. Ana Maura Rozário Machado
Rua: Santilho Machado, 100 Belo-Horizonte - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-1668
4. Marilce Porto Fernandes de Moreno
Rua Airton de Moreno, 121 Ilmenita - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-2772
5. Nailda Leonardo Ribeiro
Rua Guaçuí, 250 Centro Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-3337
6. Ricardo Pepe Reis
Av. Rubens Rangel, 491 Apt. 201 Centro - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-2941
7. Danuza Magalhães Cardoso
Rua: Oliveira Sobrinho, 145 Barra do Itapemirim - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-2474
8. Maria de Fátima Delbona
Rua: Antonio Barcelos Vieira, 170 Cidade Nova - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-5137

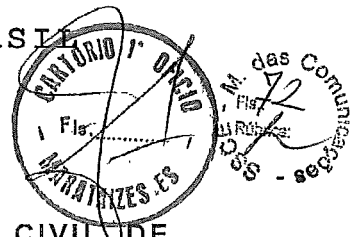

Evaldo Praça Feteira
Diretor Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/20

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE MARATAÍZES

Dr. Dorian Glauro de Moreno
OFICIAL



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS

LIVRO N.º A -
REG. DE PESSOAS JURÍDICAS

de Marataízes - E. Santo.

REGISTRO

FICHA

103

01

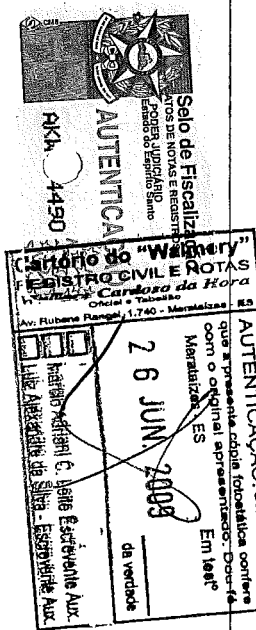
Marataízes, 03 de julho de 2007

ESTATUTO. Apresentado a registro pelo Pe. Evaldo Praça Ferreira, Protocolado sob n.º 2.887, livro A-1, Fls. 74, cujo teor diz o seguinte: **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM.** Art. 1º - A Associação Rádio Comunitária de Marataízes, doravante denominada ARCOM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo, com sede, na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, nesta cidade, e que tem por fins: **I** - Beneficiar a comunidade com vistas: **a)** dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; **b)** oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; **c)** prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessários; **d)** contribuir par o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; **e)** permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. **II** - Respeitar e atender aos seguintes princípios: **a)** preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; **b)** promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, integração dos membros da comunidade atendida; **c)** respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; **d)** não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias; § 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a associação poderá firmar convênios com associações congêneres e com o Poder Público. § 2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matéria polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados. Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. § 1º - Para cumprir o seu propósito a associação atuará por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações; doação de recursos físicos, humanos e organizações sem fins lucrativos e a Órgãos do setor Público que atuam em áreas afins. § 2º - A programação da emissora deverá respeitar e observar os princípios e normas dispostas na legislação vigentes no território nacional sobre radio difusão comunitária, ficando vedada à transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em lei. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissão dos serviços de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação. § 3º - As subvenções e doações recebidas serão integralmente aplicadas nas finalidades as que estejam vinculadas. § 4º - Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro das atividades inerentes à manutenção e ampliação da rádio. Art. 3º - A associação poderá adotar um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Diretor, com a finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto. Art. 4º - Para a consecução dos objetivos e fins a que se propôs, a associação adota os seguintes princípios e diretrizes: **I** - Não há, entre os associados e beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, sexo, cor, condição social e credo, político ou religioso. **II** - Todos os cargos de direção são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nessa condição, a remuneração de qualquer natureza. **III** - Não há distribuição, aos associados, colaboradores ou dirigentes, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações,

segue no verso.

R. Raimundo Lima, 32 - Barra do Itapemirim - CEP 29.349-000 - Marataízes (ES) - Fone/Fax (028) 3532-3796

MINISTÉRIO DAS COMUNICACÖES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/2007



REGISTRO

FICHA

103

01 verso

participações ou parcelas do patrimônio social, auferido mediante o exercício das atividades sociais. **IV** - Todas as receitas e despesas são escrituradas regularmente, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais. **V** - Na manutenção das finalidades e dos objetivos da associação, todos os recursos são aplicados no território nacional. **CAPÍTULO II - DO QUADRO SOCIAL. Seção I - Dos Associados. Art. 5º** - A associação é constituída por número ilimitado de associados, que compartilham os objetivos e princípios da associação assim distribuídos: **I** - associados fundadores: aqueles que participaram da Assembléia de fundação da associação, assinando a respectiva ata e comprometendo-se com as suas finalidades; **II** - associados efetivos: os que forem incorporados pela aprovação da Assembléia Geral; **III** - associados colaboradores: pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da associação, solicitem seu ingresso e, sendo aprovadas pela Diretoria, paguem as contribuições correspondentes; **Parágrafo único**: Os associados, independente da categoria, não respondem subsidiariamente, nem solidariamente pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizado pela Diretoria. **Seção II - Da admissão e do Desligamento. Art. 6º** - A admissão do associado dar-se-á por meio de proposta subscrita por um outro associado efetivo ou fundador, no pleno gozo de seus direitos, sendo aprovado pela Diretoria em reunião ordinária. **Art. 7º** - O desligamento do associado ocorrerá: **I** - por motivo de falecimento, de interdição, de doença e por ausência, na forma da lei civil; **II** - voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao Presidente; **III** - compulsoriamente, por decisão da maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, quando a conduta do associado constituir causa de perturbação ou descrédito para a associação. **Parágrafo Único** - O associado que venha sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá pedir reconsideração, sem efeitos suspensivos, à Assembléia Geral, no prazo de trinta dias contados da ciência de sua exclusão. **Seção III - Dos Direitos e dos Deveres. Art. 8º** - São direitos dos associados: **I** - votar na Assembléia Geral e ser votado para os cargos eletivos; **II** - participar, desfrutar benefícios e vantagens assegurados pela associação, desde que sejam atendidas as disposições do Regimento Interno e demais regulamentos; **III** - assistir às reuniões sociais e participar de eventos e atividades promovidos pela associação, conforme dispuser o Regimento Interno. **Parágrafo Único** - Não se aplica aos associados contribuintes o disposto no inciso I deste artigo. **Art. 9º** - São deveres dos associados: **I** - cumprir e respeitar este Estatuto, o Regimento Interno, os regulamentos e as deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral; **II** - manter o seu cadastro atualizado junto à associação; **III** - contribuir mensalmente, na forma do presente Estatuto, no caso dos associados contribuintes; **IV** - prestar à associação todo o concurso moral e material ao seu alcance, quer aceitando o cargo par o qual seja convocado ou o encargo que lhe for atribuído, quer propondo novo associado; **V** - atender às convocações da Assembléia Geral e de outros órgãos da associação quando destes fizer parte. **Seção IV - Da Contribuição. Art. 10º** - O associado contribuinte contribui mensalmente com a mensalidade fixada pela Diretoria. **Art. 11º** - O associado contribuinte que, por extrema escassez de recursos pecuniários, solicitar dispensa da contribuição ficará isento, a critério da Diretoria, até que afastadas as razões que motivaram o pedido de isenção. **Parágrafo Único** - O associado dispensado da contribuição financeira, conforme o disposto nesse artigo, continuará com os mesmos direitos e deveres. **Art. 12º** - O associado que faltar ao pagamento de suas mensalidades por mais de seis meses, utilizar-se da faculdade que lhe é outorgada pelo artigo anterior, será considerado renunciante aos seus direitos e terá, em consequência, a matrícula cancelada, salvo quando a Diretoria conceder novo prazo. **CAPÍTULO III - DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA. Art. 13º** - O patrimônio da associação constitui-se de todos os bens moveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, por doação de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil. **Art. 14º** - Os bens imóveis de propriedade da instituição não poderão ser vendidos, alienados ou gravados em hipotecas, no todo ou em parte, salvo se, mediante proposta submetida à Assembléia Geral, esta o aprovar, delegando poderes à Diretoria, que realizará a respectiva operação. **Parágrafo Único** - Os bens móveis poderão ser alienados, trocados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembléia Geral. **Art. 15º** - Constituem fontes de recursos da associação: **I** - as.....
segue ficha 02...

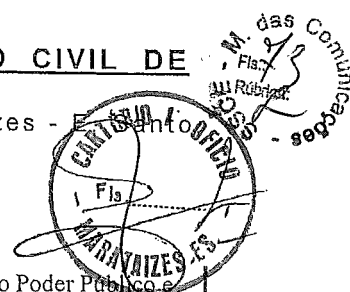
AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé
Em 26 JUN. 2009
da verdade
Marta Aguiar Leite Escrevente Aux.
Luiz Alexandre da Silva - Escrevente Aux.



R. Raimundo Lima, 32 - Barra do Itapemirim - CEP 29.349-000 - Marataizes (ES) - Fone/Fax (028) 3532-3736

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 09/11/10



contribuições dos associados e colaboradores; II - as subvenções financeiras do Poder Público e convênios; III - as doações, os legados, os aluguéis, os subsídios e quaisquer auxílio que forem concedidos por pessoa física ou jurídica; IV - os juros, os rendimentos financeiros e as rendas eventuais; V - as promoções beneficentes; VI - os provenientes dos serviços prestados, patrocínio sob forma de apoio cultural, por valores advindos de suas atividades comunitárias e de comunicação, bem como as receitas patrimoniais; VII - os provenientes de quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades. **CAPÍTULO IV - DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES. Seção I - Disposições Gerais. Art. 16º** - São órgãos dirigentes da associação. I - Assembléia Geral; II - Diretoria; III - Conselho Fiscal. **Parágrafo Único** - Toda pessoa que ocupe cargo nos órgãos de administração: a) deverá ser associado fundador ou efetivo, em pleno gozo de seus direitos; b) não poderá obter, de forma individual ou coletiva, benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação em processo decisório, devendo par tanto ser adotadas práticas administrativas eficientes no cumprimento do disposto no presente artigo. **Art. 17º** - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não poderão usar a associação ou o seu patrimônio como garantia de quaisquer compromissos, como finanças, avais, endosso ou abonos, ressalvados os referentes a operações relativas à atividade da instituição autorizadas pela Assembléia Geral. **Seção I - da Assembléia Geral. Art. 18º** - A Assembléia Geral (AG), órgão soberano da associação, é constituída pelos associados fundadores e efetivos no uso de seus direitos. § 1º - A AG reunir-se-á, ordinariamente, a cada ano, no mês de janeiro, para aprovação das contas, e a cada dois anos, nos termos deste Estatuto, para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal. § 2º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. § 3º - Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes. § 4º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ARCOM e estúdio, bem como divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião. § 5º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 2º. § 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente toda vez que for convocada pelo Presidente, pela maioria da Diretoria ou por um quinto dos associados. § 7º - Quando a reunião da Assembléia Geral for solicitada pelos associados, as deliberações tomadas só serão válidas se o numero de participantes da mesma não for inferior ao número de assinaturas contidas na solicitação. § 8º - Apurada a presença de numero legal par a instalação da Assembléia Geral, o Presidente da Diretoria ou seu substituto dará início aos trabalhos, presidindo-os. § 9º - Toda reunião da Assembléia Geral terá ata registrada em livro próprio. **Art. 19º** - Além de outras atribuições dispostas neste Estatuto, compete à Assembléia Geral: I - eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; II - reformar este Estatuto e resolver os casos omissos; III - destituir membros da Diretoria se for reconhecida à existência de motivo graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim; IV - decidir sobre as contas anuais da Diretoria, considerando o parecer do Conselho Fiscal; V - aprovar a reforma do Regimento Interno; VI - deliberar sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria. **Parágrafo Único** - Para as deliberações a que se referem os incisos II e III é exigido o voto concorde de dois terço dos presentes à reunião especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de um terço nas convocações seguintes. **Seção II - Da Diretoria. Art. 20º** - A Diretoria da ARCOM, órgão executivo e administrativo, será composta por: I - Diretor Presidente; II - Diretor Vice Presidente; III - Diretor secretário; IV - Diretor Executivo. § 1º - O mandato dos

segue no verso.

R. Raimundo Lima, 32 - Barra do Ilapernim - CEP 29.349-000 - Marataizes (ES) - Fone/Fax (028) 3532-3736

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

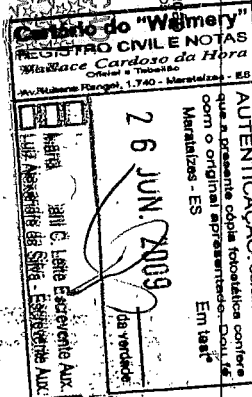


AKM 04492

AUTENTICACÃO

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Selo de Fiscalização



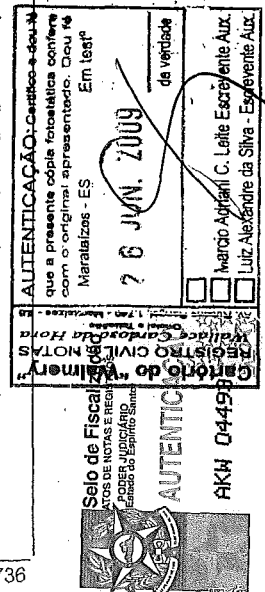
membros da diretoria é de dois anos, podendo ser reeleitos isolados ou conjuntamente. § 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. § 3º - A Diretoria poderá criar cargos de dirigentes auxiliares, de acordo com as suas atividades. Art. 21º - Compete à Diretoria: **I** - dirigir e administrar a Associação, principalmente as funções e atividades da rádio comunitária, de acordo com as disposições estatutárias e regimentais; **II** - desenvolver programas de suas atividades; **III** - estabelecer os regulamentos; **IV** - decidir sobre mediada administrativa; **V** - designar, entre os associados, dirigentes auxiliares, os quais poderão substituir os diretores em caso de impedimento temporário, quando não houver disposições estatutárias sobre o caso; **VI** - autorizar operações financeiras, até o limite estabelecido pela Assembléia Geral; **VII** - providenciar a execução de quaisquer obras, reparos ou consertos imprescindíveis às atividades normais da associação; **VIII** - propor reforma do Estatuto e do regimento Interno à Assembléia Geral; **IX** - elaborar balancetes financeiros mensais e balanço anual. § 1º - Compete ao Diretor Presidente: **I** - representar a associação em juízo ou fora dele; **II** - coordenar todas as atividades sociais, de acordo com o presente Estatuto e demais normas; **III** - convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral; **IV** - assinar com o secretário a documentação da associação; **V** - assinar os documentos que se refiram à movimentação financeira; **VI** - elaborar relatórios anuais para aprovação da Assembléia Geral; **VII** - dirigir, administrar, organizar, deliberar, baixar determinações e ordens de serviços, admitir/demitir auxiliares e empregados, autorizar e aprovar inserções e programações radiofônicas, autorizar compras e serviços, bem como designar funções e tarefas dos auxiliares, empregados e diretores, em fim exercer todas as atividades inerentes ao funcionamento da rádio comunitária. §2º - Compete ao Diretor Vice Presidente: **I** - substituir o Diretor Presidente nas licenças, férias, faltas e impedimentos, assumindo a presidência, em caso de vaga, até a posse do novo titular, na forma do regimento interno; **II** - desempenhar atribuições delegadas pelo Diretor Presidente. §3º - compete ao Diretor Secretário: **I** - organizar e manter em ordem os serviços de secretaria; **II** - assessorar o Diretor Presidente durante as reuniões e substituí-lo, em suas faltas e impedimentos; **III** - redigir e encaminhar ao Diretor Presidente a correspondência de rotina a ser expedida, dentro de suas funções; **IV** - assinar com o Diretor Presidente a documentação dirigida a terceiros; **V** - redigir as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral; **VI** - cientificar os interessados, através de edital a ser fixado na sede social, a respeito das reuniões convocadas pela Diretoria ou pelo Diretor Presidente. §4º - Compete ao Diretor Executivo: **I** - substituir o Diretor Vice Presidente na sua falta, impedimento ou licença; **II** - supervisionar, orientar e fiscalizar o funcionamento da área administrativa da associação; **III** - exercer outras competências que lhe venham a ser determinadas pelo Diretor Presidente, bem como auxiliá-lo na direção da rádio comunitária. Art. 22º - A Diretoria somente poderá aceitar auxílio, doação, contribuição ou subvenção, bem como firmar convênios, quando estiverem eles desvinculados de compromissos que modifiquem o objetivo da associação e não prejudiquem as suas atividades normais, para que seja preservada, em qualquer hipótese, a sua total independência administrativa. Seção III - Do Conselho Fiscal. Art. 23º - O Conselho Fiscal é o Órgão de fiscalização da associação, sendo composto de três membros titulares e até três membros suplentes, todos associados efetivos, eleitos e considerados empossados pela Assembléia Geral. § 1º - O Conselho Fiscal poderá ser convocado, em caráter extraordinário, mediante deliberação da Diretoria ou por solicitação escrita de um dos membros efetivos do Conselho Fiscal dirigida ao Presidente. § 2º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de dois anos, podendo ser reeleitos, isolados ou conjuntamente. Art. 24º - Compete ao Conselho Fiscal: **I** - dar parecer nos balancetes financeiros mensais e no balanço anual; **II** - impugnar as contas quando necessário; **III** - reunir-se mensalmente ou quando julgar conveniente; **IV** - fiscalizar a gestão econômico-financeira da associação. CAPÍTULO V - DAS ELEIÇÕES. ART 25º - A eleição dos membros da Diretoria e do conselho Fiscal será realizada a cada dois anos, no mês de dezembro, na seguinte forma: **I** - convocada a Assembléia Geral, serão escolhidos dois..... segue ficha 03...

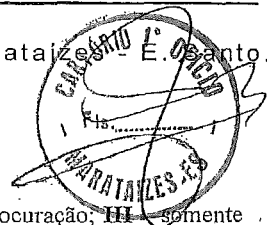
segue ficha 03...

R. Raimundo Lima, 32 – Barra do Itapemirim - CEP 29.349-000 - Marataízes (ES) - Fone/Fax (028) 3532-3736

R. Raimundo Lima, 32 - Barra do
SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
29/11/10

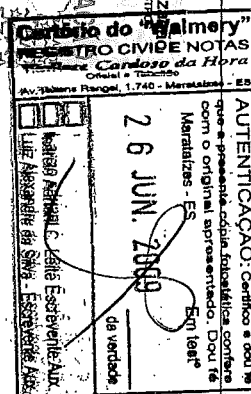
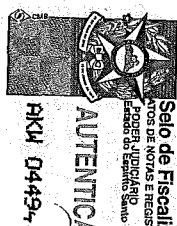
Em.





M. das Co.
Fls.
L. Rubrica
03 - 509

membros para auxiliar a eleição; **II** - não será permitido o voto por procuração; **III** - somente poderá votar o associado que estiver quite com os seus deveres e obrigações junto à associação; **IV** - apurados os votos e resolvidas as impugnações, se houver, o presidente da mesa proclamara os eleitos e a posse se dará de imediato, assumindo o exercício ao final da Assembléia Geral. **CAPÍTULO VI - DA PROGRAMAÇÃO.** Art. 26º - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária. **Parágrafo Único** - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação. **CAPÍTULO VII - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO.** Art. 27º - O Patrimônio e Receita da ARCOM será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural. **Parágrafo Único** - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado. **CAPÍTULO VIII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO.** Art. 28º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes. Art. 29º - A dissolução da ARCOM ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênera, definida na Assembléia. Art. 30º - Pela exoneração, saída ou outra forma qualquer de abandono, a nenhum associado será lícito pleitear ou reclamar direitos ou indenizações, sob qualquer título, forma ou pretexto, por possuir, apenas, a condição de associado. Art. 31º - Não será permitida, aos associados e dirigentes, a representação por meio de procuração, para o exercício de quaisquer de suas atribuições. Art. 32º - O exercício social coincidirá com o ano civil. Art. 33º - A associação poderá firmar acordos, convênios e parcerias com outras organizações, visando à execução de todas as finalidades previstas neste Estatuto e no seu Regimento Interno. § 1º - Os acordos, convênios e parcerias serão precedidos da verificação de que a organização possui nível de orientação compatíveis com a prestação dos serviços a serem conveniados. § 2º - Os instrumentos do acordo, do convenio e da parceria consignarão normas de controle e fiscalização da ajuda prestada pela associação, inclusive a sua automática cessação pelo descumprimento do ajuste. § 3º - A associação, independente de celebrar ou não termo de parceria com o Poder Público, na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras devesse observar os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade. § 4º - Haverá a prestação de contas de eventuais recursos advindos dos Poderes Públicos, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal. Art. 34º - A associação, ao término de cada exercício social, dará publicidade, por qualquer meio eficaz, do relatório de atividades e das demonstrações contábeis e financeiras, bem como providenciara as certidões de débito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de colocar tais documentos à disposição dos interessados. **Parágrafo Único** - Nos exercícios em que a associação receber recursos oriundos de termos da parceria firmado com o Poder Público, as demonstrações contábeis e financeiras poderão ser auditadas por auditores externos independentes. Art. 35º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ad referendum da Assembléia Geral. Art. 36º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso, a AG, pelo associado que se achar prejudicado. Art. 37º - O presente estatuto foi aprovado na AG de 30 de junho de 2007 e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar. a) Ass. Ilegível Evaldo Praça Ferreira. a) Ass. Ilegível Wanderléia Carvalho Campos. a) segue no verso...



REGISTRO

FICHA

103

03 verso

Ass. Ilegível Eliberto Silva Pereira. a) Ass. Ilegível Maria de Fátima Delbona. a) Ass. Ilegível Flavio de Figueiredo Guimarães. OAB/ES 13.189. CARIMBO. Cartório do WALMERY. MARATAÍZES. Wallace C. da Hora. Titular. Jussara V. M. A. Hora. Luiz Alexandre da Silva. Márcio A. C. Leite. Esc. Auxiliares. Av. Rubens Rangel, 1740. Maratáizes - Esp. Santo. Tel (0xx) 28 3532-2412. Reconheço a(s) Firma(s) supra de Evaldo Praça Ferreira e dou fé. Maratáizes, ES 02 JUL 2007. Em testº (Ass. Ilegível) da verdade. a) A ss. Ilegível. Conforme Ata de eleição da Assembléia Geral de Constituição da Associação Rádio Comunitária de Maratáizes - ARCOM, datada de 30/06/2007, foi aprovado o Estatuto e a Diretoria ficou composta pelos seguintes membros: Diretor Presidente - Evaldo Praça Ferreira; Diretor Vice Presidente - Eliberto Silva Pereira; Diretor Secretário - Wanderléia Carvalho Campos; Diretor Executivo - Maria de Fátima Delbona; Conselho Fiscal - Marílce Porto Fernandes Demoreno, Ana Maura do Rosário Machado, Eduardo Leonardo Ribeiro, Nailda Leonardo Ribeiro, Ricardo Pepe Reis, Danusa Magalhães Cardoso. Era o que se continha no Estatuto, ora transcrito do seu próprio original com o qual confiro e dou fé. Enilze Marques Paz/ Esc. Auxiliar. O Oficial.

Dorian Glauro de Moreno

R-001-00.103 protocolo n.º 03.125 de 04/05/2009. **ALTERAÇÃO.** A Alteração do Estatuto da Associação Rádio Comunitária de Maratáizes - ARCOM, foi aprovada em Ata de 26/01/2009, alterando-se o seguinte: **Artigo 1º, §3º**, passa a ter seguinte redação: A ARCOM utilizará como denominação fantasia RÁDIO VIDA e reger-se-á pelas disposições deste Estatuto e pelas Leis vigentes no território Nacional. **Artigo 4º**, passa a ter a seguinte redação: **Art. 4º** - A ARCOM tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE REDIOFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como: **I** - Não há, entre os associados e beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, sexo, cor, condição social e credo, político ou religioso. **II** - Todos os cargos de direção são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nessa condição, a remuneração de qualquer natureza. **III** - Não há distribuição, aos associados, colaboradores ou dirigentes, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio social, auferido mediante o exercício das atividades sociais. **IV** - Todas as receitas e despesas são escrituradas regularmente, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais. **V** - Na manutenção das finalidades e dos objetivos da associação, todos os recursos são aplicados no território nacional. **Artigo 5º** passa a ter dois parágrafos, a saber: **Parágrafo Primeiro:** Poderá ser associado, de qualquer categoria, todos os cidadãos, bem como pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliados na localidade. **Parágrafo Segundo:** Os associados, independente da categoria, não respondem subsidiariamente, nem solidariamente pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizado pela Diretoria. **Artigo 6º** passa a ter a seguinte redação: **Art. 6º** - A Admissão do associado dar-se-á por meio do preenchimento de formulário próprio. O **Artigo 8º** tem nova redação: **Art. 8º** - São direitos dos associados: **I** - votar na Assembléia Geral e ser votado para os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos; **II** - participar, desfrutar benefícios e vantagens assegurados pela associação, desde que sejam atendidas as disposições do Regimento Interno e demais regulamentos; **III** - assistir às reuniões sociais e participar de eventos e atividades promovidos pela associação, conforme dispuser o Regimento Interno, bem como ter voz nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes. **Parágrafo Único** - No caso do associado ser pessoa jurídica, o representante legal da pessoa jurídica terá o direito de exercer as atividades elencadas no inciso III deste artigo. **Artigo 37** passa a ter a seguinte redação: O presente Estatuto, com a sua primeira alteração, foi aprovado na AGE de 26 de janeiro de 2009, averbando-se a este registro todas as alterações que passar. O Oficial

1º Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil
das Pessoas Jurídicas

DORIAN GLAURO DE MORENO

Oficial

Dorian Glauro de Moreno

A presente Certidão foi expedida nos
termos do Art. § 19 1º da Lei 6.015

de 31/12/1973 com alterações da Lei

nº 6216 de 30/06/75

Maratáizes - ES 04/05/2009

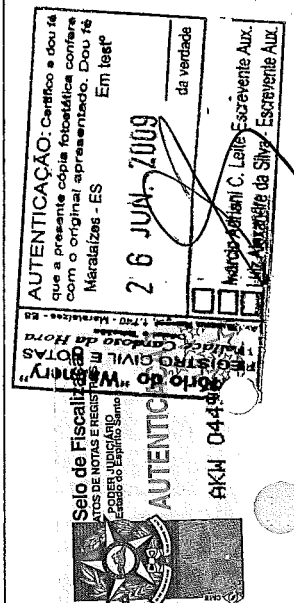
O Oficial

Dorian Glauro de Moreno

Cart. Reg. Geral de Imóveis

e Prot. de Títulos

R. Raimundo Lima, 37 - Centro do Itapemirim - CEP 29.349-000 - Maratáizes (ES) - Fone/Fax (028) 3532-3736



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 09/11/10

Aos Vinte e seis dias (26), do mês de janeiro, do ano de dois mil e nove, (2009), na sede da Associação Rádio Comunitária de Maratáizes - ARCOM, localizada na rua: Padre Henrique Huben, 80, bairro: Cidade Nova, em Maratáizes, Estado do Espírito Santo, reuniram-se os Senhores (as) Evaldo Praça Ferreira - Diretor presidente da Arcom, Sr. Eliberto Silva Pereira - Diretor Vice Presidente, Sr^a. Maria de Fátima Delbona - Diretora Executiva, Sr^a. Marilce Porto Fernandes de Moreno - Conselheira Fiscal, Sr. Eduardo Leonardo Ribeiro - Conselheiro Fiscal, Sr^a. Nailda Leonardo Ribeiro - Suplente do Conselho, Sr. Ricardo Pepe Reis - suplente do Conselho e Sr^a. Danusa Magalhães Cardoso - Suplente do Conselho, como também, a Sr^a. Wanderléia Carvalho Campos - Diretora Secretária, para deliberar com base na Seção I - da Assembléia Geral, em seu Art. 18º, § 1º, com a seguinte redação: "A Assembléia Geral reunir-se-á. Ordinariamente, a cada ano, no mês de janeiro, para aprovação das contas"... e dessa forma, todos ficam cientes, neste momento, que não houve movimentação de conta ou valores, devido ainda estarem os documentos da ARCOM em aprovação junto ao Ministério das Comunicações, aproveitando para a demonstração dos procedimentos, dentre os quais a leitura do Ofício n.º 1360/2008/RADCOM/DOS/SSCE-MC, que solicita algumas modificações, as quais foram lidas e dada ciência a toda a Assembléia, em especial a condicionante "a" que solicita a retificação do campo de descrição da atividade econômica principal, de modo a estar indicado: "atividades associativas não especificadas" e onde todos os presentes aprovaram a mudança do campo solicitado no CNPJ da ARCOM, sendo que todos os itens do referido anterior ofício, foram lidos e discutidas as formas de melhor atendimento, para posterior envio da documentação solicitada para o Ministério das Comunicações, sendo assim após ciência, debate, sugestões e aprovação unânime de todos da Assembléia no sentido de um atendimento às condicionantes solicitadas, e não mais havendo assuntos na pauta de discussões, o senhor presidente declara encerrados os trabalhos e após lida e achada conforme a presente ata, vai por mim, Wanderléia Carvalho Campos, quem subscreveu e pelos demais presentes, assinada e após, digitada.

Evaldo Praça Ferreira
Evaldo Praça Ferreira
Diretor Presidente.

Eliberto Silva Pereira
Eliberto Silva Pereira
Diretor Vice Presidente.

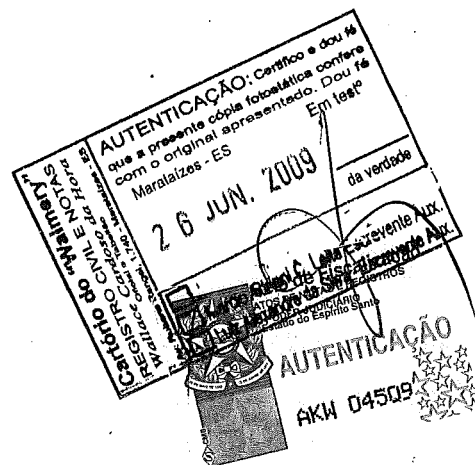


Reconheço a Firma SUPRA
DE EVALDO
PRAÇA FERREIRA
C 000 FR

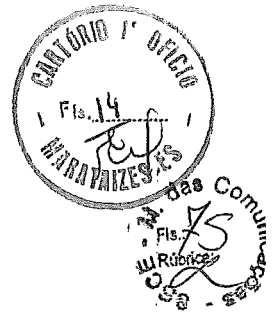
Mar. 08 de Abril de 2009

Em test

Wanderléia Carvalho Campos
da verdade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10



Maria de Fátima Delbona
Maria de Fátima Delbona
Diretora Executiva.

Wanderléia Carvalho Campos
Wanderléia Carvalho Campos
Diretora Secretária.

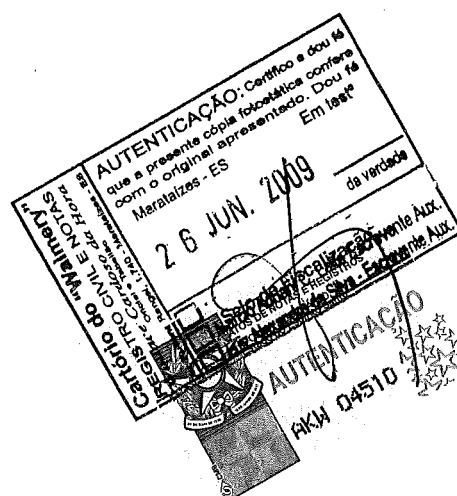
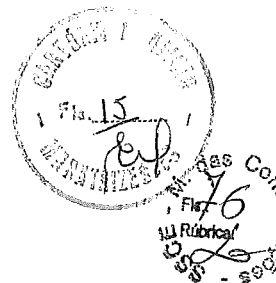
Eduardo Leonardo Ribeiro
Eduardo Leonardo Ribeiro
Conselheiro Fiscal.

Marilce Porto Fernandes de Moreno
Marilce Porto Fernandes de Moreno
Conselheira Fiscal.

Nailda Leonardo Ribeiro
Nailda Leonardo Ribeiro
Suplente do Conselho

Ricardo Pepe Reis
Ricardo Pepe Reis
Suplente do Conselho

Danusa Magalhães Cardoso
Danusa Magalhães Cardoso
Suplente do Conselho.



RECONHECIMENTO
DE FIRMA
ADN 45701
MARATÁIZES
Registro Civil e Notas
Wallace Cardoso da Hora
Oficial e Tabelião
Av. Rubens Rangel, 1740
Maratáizes - Esp. Santo

Reconheço a Firma SUPRA
DE WANDERLEIA
CARVALHO CAMPOS
E DOU FE

Mar. 08 de Abril de 2009
Em teste da verdade

[Signature]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM



Art. 1º - A Associação Rádio Comunitária de Marataízes, doravante denominada ARCOM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural, social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo, com sede, na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, nesta cidade, e que tem por fins:

I - Beneficiar a comunidade com vistas:

- a) dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessários;
- d) contribuir par o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§ 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a associação poderá firmar convênios com associações congêneres e com o Poder Público.

§ 2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matéria polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.



Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Espírito Santo
AUTENTICAÇÃO
AKW 04496

Selo do "Mármory" Cartório Civil e Notas Município de Marataízes - ES Cidade - Rua Padre Henrique Huben, 80 - 1º andar - 26010-000	AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé Marataízes - ES Em testº
	26 JUN. 2009 da verdade Márcio Adriani G. Leite Escrevente Aux. Luz Alexandra da Silva - Escrevente Aux.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 08/11/2009

§ 3º - A ARCOM utilizará como denominação fantasia RÁDIO VIDA e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

§ 1º - Para cumprir o seu propósito a associação atuará por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações; doação de recursos físicos, humanos e organizações sem fins lucrativos e a Órgãos do setor Público que atuam em áreas afins.

§ 2º - A programação da emissora deverá respeitar e observar os princípios e normas dispostas na legislação vigentes no território nacional sobre radio difusão comunitária, ficando vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em lei. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissão dos serviços de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

§ 3º - As subvenções e doações recebidas serão integralmente aplicadas nas finalidades as que estejam vinculadas.

§ 4º - Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro das atividades inerentes à manutenção e ampliação da rádio

Art. 3º - A associação poderá adotar um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Diretor, com a finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto.

Art. 4º - A ARCOM tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I - Não há, entre os associados e beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, sexo, cor, condição social e credo, político ou religioso.

II - Todos os cargos de direção são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nessa condição, a remuneração de qualquer natureza.

III - Não há distribuição, aos associados, colaboradores ou dirigentes, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio social, auferido mediante o exercício das atividades sociais.

IV - Todas as receitas e despesas são escrituradas regularmente, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais.



Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Espírito Santo
AUTENTICAÇÃO
AKW 04497

Cartório do "Walney" REGISTRO CIVIL E NOTAS Walfreia Cardoso da Hora Ourem, 1.240 - Maratáizes - ES	AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé Maratáizes - ES Em testº
	26 JUN. 2009 da verdade <input checked="" type="checkbox"/> Marcio Adriani C. Leite Escrevente Aux. <input checked="" type="checkbox"/> Luiz Alexandre da Silva - Escrevente Aux.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/2009

V – Na manutenção das finalidades e dos objetivos da associação, todos os recursos são aplicados no território nacional.

CAPÍTULO II DO QUADRO SOCIAL.

Seção I – Dos Associados.

Art. 5º - A associação é constituída por número ilimitado de associados, que compartilham objetivos e princípios da associação assim distribuídos:

I – associados fundadores: aqueles que participaram da Assembléia de fundação da associação, assinando a respectiva ata e comprometendo-se com as suas finalidades;

II – associados efetivos: os que forem incorporados pela aprovação da Assembléia Geral;

III – associados colaboradores: pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da associação, solicitem seu ingresso e, sendo aprovadas pela Diretoria, paguem as contribuições correspondentes;

Parágrafo Primeiro: Poderá ser associado, de qualquer categoria, todos os cidadãos, bem como pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliados na localidade.

Parágrafo Segundo: Os associados, independente da categoria, não respondem subsidiariamente, nem solidariamente pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizado pela Diretoria.

Seção II – Da admissão e do Desligamento.

Art. 6º - A admissão do associado dar-se-á por meio do preenchimento de formulário próprio.

Art. 7º - O desligamento do associado ocorrerá:

I – por motivo de falecimento, de interdição, de doença e por ausência, na forma da lei civil;

II – voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao Presidente;

III – compulsoriamente, por decisão da maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, quando a conduta do associado constituir causa de perturbação ou descrédito para a associação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09 11 00

Parágrafo Único – O associado que venha sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá pedir reconsideração, sem efeitos suspensivos, à Assembléia Geral, no prazo de trinta dias contados da ciência de sua exclusão.

Seção III – Dos Direitos e dos Deveres.

Art. 8º - São direitos dos associados:

- I – votar na Assembléia Geral e ser votado para os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos;
- II – participar, desfrutar benefícios e vantagens assegurados pela associação, desde que sejam atendidas as disposições do Regimento Interno e demais regulamentos;
- III – assistir às reuniões sociais e participar de eventos e atividades promovidos pela associação, conforme dispuser o Regimento Interno, bem como ter voz nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes.

Parágrafo Único - No caso do associado ser pessoa jurídica, o representante legal da pessoa jurídica terá o direito de exercer as atividades elencadas no inciso III deste artigo.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- I – cumprir e respeitar este Estatuto, o Regimento Interno, os regulamentos e as deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral;
- II – manter o seu cadastro atualizado junto à associação;
- III – contribuir mensalmente, na forma do presente Estatuto, no caso dos associados contribuintes;
- IV – prestar à associação todo o concurso moral e material ao seu alcance, quer aceitando o cargo par o qual seja convocado ou o encargo que lhe for atribuído, quer propondo novo associado;
- V – atender às convocações da Assembléia Geral e de outros órgãos da associação quando destes fizer parte.

Seção IV – Da Contribuição.

Art. 10º - O associado contribuinte contribui mensalmente com a mensalidade fixada pela Diretoria.

Art. 11º - O associado contribuinte que, por extrema escassez de recursos pecuniários, solicitar dispensa da contribuição ficará isento, a critério da Diretoria, até que afastadas as razões que motivaram o pedido de isenção.



Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Espírito Santo

AUTENTICA

AKW 04499

Cartório do "Walmery" Registro Civil e Notas Rua Carlos de Almeida, 1700 - Maratá - ES Telefone: (51) 3241.1111	AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática contém o original apresentado. Dou fé da verdade.	
	26 JUN. 2009	Em test.
<input type="checkbox"/> Marcio Adriani C. Leite - Escrevente Aux.		<input checked="" type="checkbox"/> Luiz Alexandre da Silva - Escrevente Aux.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09.11.10

Parágrafo Único – O associado dispensado da contribuição financeira, conforme o disposto nesse artigo, continuará com os mesmos direitos e deveres.



Art. 12º - O associado que faltar ao pagamento de suas mensalidades por mais de seis meses, utilizar-se da faculdade que lhe é outorgada pelo artigo anterior, será considerado renunciante aos seus direitos e terá, em consequência, a matrícula cancelada, salvo quando a Diretoria conceder novo prazo.



CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA.

Art. 13º - O patrimônio da associação constitui-se de todos os bens moveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, por doação de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil.

Art. 14º - Os bens imóveis de propriedade da instituição não poderão ser vendido, alienados ou gravados em hipotecas, no todo ou em parte, salvo se, mediante proposta submetida à Assembléia Geral, esta o aprovar, delegando poderes à Diretoria, que realizará a respectiva operação.

Parágrafo Único – Os bens móveis poderão ser alienados, trocados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembléia Geral.

Art. 15º - Constituem fontes de recursos da associação:

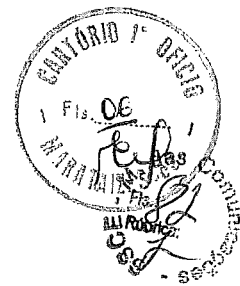
- I – as contribuições dos associados e colaboradores;
- II – as subvenções financeiras do Poder Público e convênios;
- III – as doações, os legados, os aluguéis, os subsídios e quaisquer auxílio que forem concedidos por pessoa física ou jurídica;
- IV – os juros, os rendimentos financeiros e as rendas eventuais;
- V – as promoções beneficentes;
- VI – os provenientes dos serviços prestados, patrocínio sob forma de apoio cultural, por valores advindos de suas atividades comunitárias e de comunicação, bem como as receitas patrimoniais;
- VII – os provenientes de quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades.



Cartório "Walmery" REGISTRO CIVIL E NOTAS Rua: Rua da Hora Várzea - Vitória Av. Rubens Baggio, 1.740 - Maratões - ES	AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé Maratões - ES Em testº
	26 JUN. 2008 da verdade
<input type="checkbox"/> Marcio Adriani C. Leite - Escrevente Aux. <input type="checkbox"/> Luiz Alexandre da Silva - Escrevente Aux.	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/12/10

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES.
Seção I – Disposições Gerais.



Art. 16º - São órgãos dirigentes da associação:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – Toda pessoa que ocupe cargo nos órgãos de administração:

a) deverá ser associado fundador ou efetivo, em pleno gozo de seus direitos;

b) não poderá obter, de forma individual ou coletiva, benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação em processo decisório, devendo par tanto ser adotadas práticas administrativas eficientes no cumprimento do disposto no presente artigo.

Art. 17º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não poderão usar a associação ou o seu patrimônio como garantia de quaisquer compromissos, como finanças, avais, endosso ou abonos, ressalvados os referentes a operações relativas à atividade da instituição autorizadas pela Assembléia Geral.

Seção I - Da Assembléia Geral.

Art. 18º - A Assembléia Geral (AG), órgão soberano da associação, é constituída pelos associados fundadores e efetivos no uso de seus direitos.

§ 1º - A AG reunir-se-á, ordinariamente, a cada ano, no mês de janeiro, para aprovação das contas, e a cada dois anos, nos termos deste Estatuto, para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal.

§ 2º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral.

§ 3º - Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.



Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Espírito Santo

AUTENTICAÇÃO

AKH 04501

Cantório "Wemery" REGISTRO CIVIL E NOTAS Validação Cartório da Hora Av. Rubens Bunge, 1.740 - Maratizes - ES	AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé Maratizes - ES Em testº
	26 JUN. 2009 de verdade
<input type="checkbox"/> Inacio Adriani C. Leite Escrevente Aux. <input checked="" type="checkbox"/> Luiz Alexandre da Silva - Escrevente Aux.	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

§ 4º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ARCOM e estúdio, bem como divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§ 5º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §2º.

§ 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente toda vez que for convocada pelo Presidente, pela maioria da Diretoria ou por um quinto dos associados.

§ 7º - Quando a reunião da Assembléia Geral for solicitada pelos associados, as deliberações tomadas só serão válidas se o numero de participantes da mesma não for inferior ao numero de assinaturas contidas na solicitação.

§ 8º - Apurada a presença de numero legal par a instalação da Assembléia Geral, o Presidente da Diretoria ou seu substituto dará início aos trabalhos, presidindo-os.

§ 9º - Toda reunião da Assembléia Geral terá ata registrada em livro próprio.

Art. 19º - Além de outras atribuições dispostas neste Estatuto, compete à Assembléia Geral:

I – eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;

II – reformar este Estatuto e resolver os casos omissos;

III – destituir membros da Diretoria se for reconhecida à existência de motivo graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim;

IV – decidir sobre as contas anuais da Diretoria, considerando o parecer do Conselho Fiscal;

V – aprovar a reforma do Regimento Interno;

VI – deliberar sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria.

Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem os incisos II e III é exigido o voto concorde de dois terço dos presentes à reunião especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de um terço nas convocações seguintes.



Selo de Fiscalização
dos Atos de Notas e Registros
do Poder Judiciário
Estado do Espírito Santo

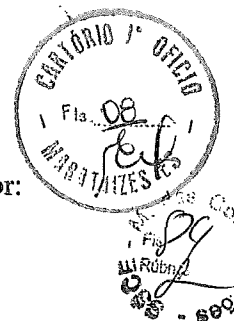
AUTENTICAÇÃO

AKW 04502

<p>Cartório do "Palmeirinha" REGISTRO CIVIL DE NOTAS Walter Cardoso da Hora Rua Santa Rosa, 1.740 - Maratá - ES</p>	
<p>AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé Maratá - ES</p>	
<p>26 JUN. 2009</p>	
<p>Em testº</p>	
<p>da veracidade</p>	
<p><input type="checkbox"/> Márcio Adriani C. Leite Escrevente Aux. <input checked="" type="checkbox"/> Luiz Alexandre da Silva - Escrevente Aux.</p>	

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/07/2009

Seção II – Da Diretoria.



Art. 20º - A Diretoria da ARCOM, órgão executivo e administrativo, será composta por:

- I – Diretor Presidente;
- II – Diretor Vice Presidente;
- III – Diretor Secretário;
- IV – Diretor Executivo.

§ 1º - O mandato dos membros da diretoria é de dois anos, podendo ser reeleitos isolados ou conjuntamente.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

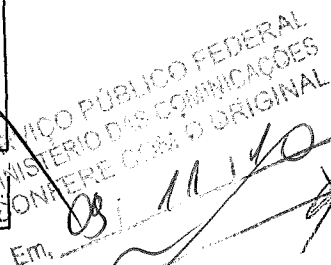
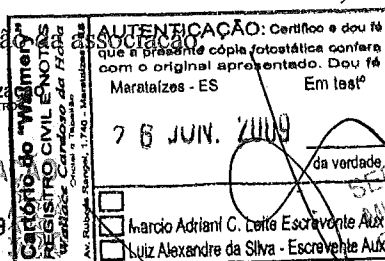
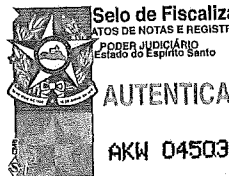
§ 3º - A Diretoria poderá criar cargos de dirigentes auxiliares, de acordo com as suas atividades.

Art. 21º - Compete à Diretoria:

- I – dirigir e administrar a Associação, principalmente as funções e atividades da rádio comunitária, de acordo com as disposições estatutárias e regimentais;
- II – desenvolver programas de suas atividades;
- III – estabelecer os regulamentos;
- IV – decidir sobre mediada administrativa;
- V – designar, entre os associados, dirigentes auxiliares, os quais poderão substituir os diretores em caso de impedimento temporário, quando não houver disposições estatutárias sobre o caso;
- VI – autorizar operações financeira, até o limite estabelecido pela Assembléia Geral;
- VII – providenciar a execução de quaisquer obras, reparos ou consertos imprescindíveis às atividades normais da associação;
- VIII – propor reforma do Estatuto e do regimento Interno à Assembléia Geral;
- IX – elaborar balancetes financeiros mensais e balanço anual.

§ 1º - Compete ao Diretor Presidente:

- I – representar a associação em juízo ou fora dele;
- II – coordenar todas as atividades sociais, de acordo com o presente Estatuto e demais normas;
- III – convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- IV – assinar com o secretario a documentação da associação



V – assinar os documentos que se refiram à movimentação financeira;

VI – elaborar relatórios anuais para aprovação da Assembléia Geral;

VII – dirigir, administrar, organizar, deliberar, baixar determinações e ordens de serviços, admitir/demitir auxiliares e empregados, autorizar e aprovar inserções e programações radiofônicas, autorizar compras e serviços, bem como designar funções e tarefas dos auxiliares, empregados e diretores, em fim exercer todas as atividades inerentes ao funcionamento da rádio comunitária.

§2º - Compete ao Diretor Vice Presidente:

I – substituir o Diretor Presidente nas licenças, férias, faltas e impedimentos, assumindo a presidência, em caso de vaga, até a posse do novo titular, na forma do regimento interno;

II – desempenhar atribuições delegadas pelo Diretor Presidente.

§3º - compete ao Diretor Secretario:

I – organizar e manter em ordem os serviços de secretaria;

II – assessorar o Diretor Presidente durante as reuniões e substituí-lo, em suas faltas e impedimentos;

III – redigir e encaminhar ao Diretor Presidente a correspondência de rotina a ser expedida, dentro de suas funções;

IV - assinar com o Diretor Presidente a documentação dirigida a terceiros;

V – redigir as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;

VI – cientificar os interessados, através de edital a ser fixado na sede social, a respeito das reuniões convocadas pela Diretoria ou pelo Diretor Presidente.

§4º - Compete ao Diretor Executivo:

I – substituir o Diretor Vice Presidente na sua falta, impedimento ou licença;

II – supervisionar, orientar e fiscalizar o funcionamento da área administrativa da associação;

III – exercer outras competências que lhe venham a ser determinadas pelo Diretor Presidente, bem como auxilia-lo na direção da radio comunitária.

Art.22º – A Diretoria somente poderá aceitar auxílio, doação, contribuição ou subvenção, bem como firmar convênios, quando estiverem eles desvinculados de compromissos que modifiquem o objetivo da associação e não prejudiquem as suas atividades normais, para que seja preservada, em qualquer hipótese, a sua total independência administrativa.



Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Espírito Santo
AUTENTICAÇÃO
AKM 04504

<p>Cartório do "Vainery" REGISTRO CIVIL E NOTAS Walter Cardoso de Hora Rua da Paz, 1.740 - Maratá - ES</p>		<p>AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé Maratá - ES Em 10/06/2009</p>
<p>7 B JUN. 2009</p>		<p>de verdade</p>
<p><input type="checkbox"/> Marcio Adriani C. Leite Escrevente Aux.</p>		<p><input checked="" type="checkbox"/> Luiz Alexandre da Silva - Escrevente Aux.</p>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/2009

Seção III – Do Conselho Fiscal.



Art. 23º – O Conselho Fiscal é o Órgão de fiscalização da associação, sendo composto de três membros titulares e até três membros suplentes, todos associados efetivos, eleitos e considerados empossados pela Assembléia Geral.

§ 1º - O Conselho Fiscal poderá ser convocado, em caráter extraordinário, mediante deliberação da Diretoria ou por solicitação escrita de um dos membros efetivos do Conselho Fiscal dirigida ao Presidente.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de dois anos, podendo ser reeleitos, isolados ou conjuntamente.

Art. 24º – Compete ao Conselho Fiscal:

- I – dar parecer nos balancetes financeiros mensais e no balanço anual;
- II – impugnar as contas quando necessário;
- III – reunir-se mensalmente ou quando julgar conveniente;
- IV – fiscalizar a gestão econômico-financeira da associação.

CAPÍTULO V DAS ELEIÇÕES.

ART. 25º – A eleição dos membros da Diretoria e do conselho Fiscal será realizada a cada dois anos, no mês de dezembro, na seguinte forma:

- I – convocada a Assembléia Geral, serão escolhidos dois membros para auxiliar a eleição;
- II – não será permitido o voto por procuração;
- III – somente poderá votar o associado que estiver quito com os seus deveres e obrigações junto à associação;
- IV – apurados os votos e resolvidas as impugnações, se houver, o presidente da mesa proclamara os eleitos e a posse se dará de imediato, assumindo o exercício ao final da Assembléia Geral.

Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Espírito Santo

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé
que a presente cópia fotostática confere
com o original apresentado. Dou fé
Maratizes - ES
Em 26 JUN. 2009
da verdade

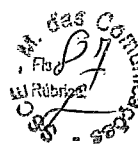
Cartório do Waimã
REGISTRO CIVIL E NOTARIAL
Waimã - Espírito Santo

AUTENTICAÇÃO
AKW 0450

☒ Marcio Adriani C. Leite Escrevente Aux.
☒ Luiz Alexandre da Silva - Escrevente Aux.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/12/10

CAPÍTULO VI DA PROGRAMAÇÃO.



Art. 26º - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

CAPÍTULO VII DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO.

Art. 27º - O Patrimônio e Receita da ARCOM será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

CAPÍTULO VIII DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO.

Art. 28º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 29º - A dissolução da ARCOM ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.



Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Espírito Santo

AUTENTICAÇÃO

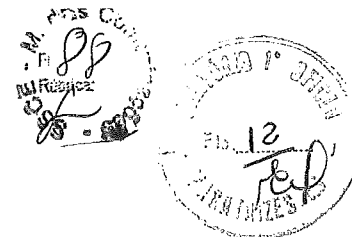
AKW 04505

Cartório do Walmary REGISTRO CIVIL E NOTAS Maratáizal - ES Rua 1740 - Maratáizal - ES CEP: 1740-000	AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé Maratáizal - ES Em 06 de Junho de 2009
	<input type="checkbox"/> Marcio Adriani C. Leite Escrevente Aux. <input type="checkbox"/> Luiz Alexandre da Silva - Escrevente Aux.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em 09/12/2009

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.



Art. 30º - Pela exoneração, saída ou outra forma qualquer de abandono, a nenhum associado será lícito pleitear ou reclamar direitos ou indenizações, sob qualquer título, forma ou pretexto, por possuir, apenas, a condição de associado.

Art. 31º - Não será permitida, aos associados e dirigentes, a representação por meio de procuração, para o exercício de quaisquer de suas atribuições.

Art. 32º - O exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 33º - A associação poderá firmar acordos, convênios e parcerias com outras organizações, visando à execução de todas as finalidades previstas neste Estatuto e no seu Regimento Interno.

§ 1º - Os acordos, convênios e parcerias serão precedidos da verificação de que a organização possui nível de orientação compatíveis com a prestação dos serviços a serem conveniados.

§ 2º - Os instrumentos do acordo, do convenio e da parceria consignarão normas de controle e fiscalização da ajuda prestada pela associação, inclusive a sua automática cessação pelo descumprimento do ajuste.

§ 3º - A associação, independente de celebrar ou não termo de parceria com o Poder Público, na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras devesse observar os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

§ 4º - Haverá a prestação de contas de eventuais recursos advindos dos Poderes Públicos, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Art. 34º - A associação, ao termino de cada exercício social, dará publicidade, por qualquer meio eficaz, do relatório de atividades e das demonstrações contábeis e financeiras, bem como providenciara as certidões de debito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de colocar tais documentos à disposição dos interessados.

Parágrafo Único - Nos exercícios em que a associação receber recursos oriundos de termos da parceria firmado com o Poder Público, as demonstrações contábeis e financeiras poderão ser auditadas por auditores externos independentes.



Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Espírito Santo

AUTENTICAÇÃO

AKW 04507

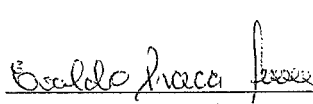
AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé Maratázeas - ES Em testº	
26 JUN. 2009	
da verdade	
<input type="checkbox"/>	Marcio Adriani S. Leite Escrevente Aux.
<input type="checkbox"/>	Luiz Alexandre da Silva - Escrevente Aux.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
CONTABILIDADE GERAL E ORÇAMENTO
Em 09/11/2009

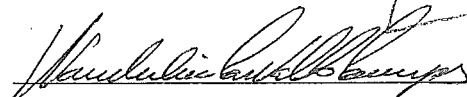
Art. 35º – Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ad referendo da Assembléia Geral.

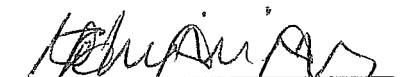
Art. 36º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 37º - O presente estatuto, com a sua primeira alteração, foi aprovado na AGE de 26 de janeiro de 2009, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.


EVALDO PRAÇA FERREIRA
 Diretor –Presidente

Firma no
 "Walmery"
 Marataízes - ES


WANDERLÊIA CARVALHO CAMPOS
 Diretora Secretária


ELIBERTO SILVA PEREIRA
 Diretor – Vice Presidente


MARIA DE FÁTIMA DELBONA
 Diretora Executiva



Selo de Fiscalização
 ATOS DE NOTAS E REGISTROS
 PODER JUDICIÁRIO
 Estado do Espírito Santo

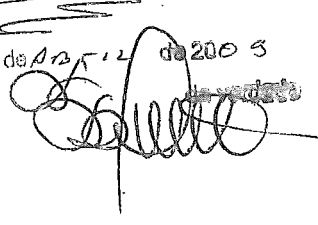
RECONHECIMENTO
 DE FIRMA

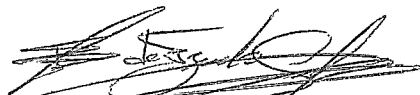
ADN 45713

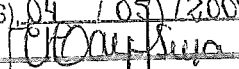
ADN 45712

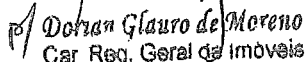
WALMERY
 MARATAÍZES
 Registro Civil e Notas
 Wallace Cardoso da Hora
 Oficial e Tabelião
 Av. Rubens Rangel, 1740
 Marataízes - Esp. Santo

Reconheço a Firma Supra
DE EVALDO PRAÇA
FERREIRA E
WANDERLÊIA
CAMPOS E DOU
FE

Mar. 08 de ABRIL de 2009
 Em test 


 OAB/ES 13.189
 FLÁVIO DE F. GUIMARÃES

1º Serviço Registral de Títulos e Documentos a Civil
 das Pessoas Jurídicas
 Dorian Glauro de Moreno
 Titular
 PROTOCOLO nº 3.125, livro A-1, fls 83
 REGISTRADO sob nº 1-103, livro A, fls 030
 Marataízes (ES), 04/05/2009.
 O Oficial, 


 Dorian Glauro de Moreno
 Car. Reg. Geral de Imóveis
 e Prot. de Títulos

AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé
 que a presente cópia fotostática confere
 com o original apresentado. Dou fé
 Em test
 Marataízes - ES
 26 JUN 2009
 26 JUN 2009
 WANDERLÊIA CARVALHO CAMPOS
 DIRETORA SECRETÁRIA
 WANDERLÊIA CARVALHO CAMPOS
 DIRETORA SECRETÁRIA

Selo de Fiscalização
 ATOS DE NOTAS E REGISTROS
 PODER JUDICIÁRIO
 Estado do Espírito Santo



AAE 33580

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, 09/11/10

DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE



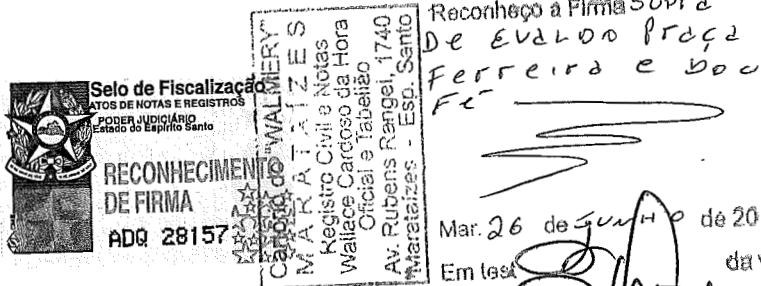
EVALDO PRAÇA FERREIRA, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM**, declaro para os devidos fins que:

- o nome fantasia da Entidade ou da emissora, se este for utilizado, será **VIDA - FM**.

Marataízes, 24 de junho de 2009.

Evaldo Praça Ferreira
EVALDO PRAÇA FERREIRA

Endereço para correspondência: Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000,
Telefone para contato: (28) 3532.1877;
Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo relativo a solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada em original ou cópia autenticada e em conformidade com o subitem 7.2 da Norma Complementar nº 1/2004, bem como as afirmações feitas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.



Evaldo P. Ferreira
EVALDO PRAÇA FERREIRA

Endereço para correspondência: Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000;
Telefone para contato: (28) 3532.1877;
Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,

Pretende instalar o sistema irradiante de sua estação na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, de coordenadas geográficas: 21° 01' 24,69"S de latitude e 40° 49' 02,10"W de longitude.



Cartório de Marataízes
M. A. PRAÇA FERREIRA
Registro Civil e Notas
Wallace Cardoso da Hora
Oficial e Tabelião
Av. Rubens Rangel, 1740
Marataízes - Esp. Santo

Reconheço a Firma sobre
De Evaldo Praça
Ferreira e sou
Fe

Mar. 26 de 2009
Em test da verdade

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 40



Departamento de Outorga e Serviço
Esplanada dos Ministérios
Bloco R - Anexo B - Sala 300
CEP 70.044-900
Brasília DF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 08/11/10

das Communiqué
H. 93
LWC
93

de 14 / 07 / 09

Entidade: Associação Rádio Comunitária de Maratizes

Analista responsável:

Assessoria Administrativa
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/16

912

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3311-6177 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 2 979 /2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC

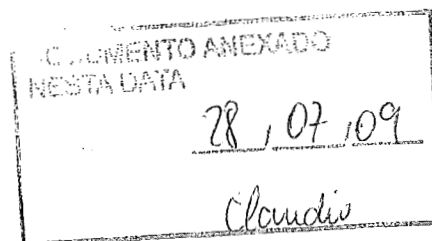
Brasília, 16 de julho de 2009.

A Senhor

EVALDO PRAÇA FERREIRA

Associação Rádio Comunitária de Maratáizes
Rua Padre Henrique Huben, 80 no Bairro Cidade Nova
29345000 / Maratáizes / Espírito Santo

Assunto: **Solicitação de Documentação**



Senhor Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n.º 53000038180/2007, na localidade de Maratáizes- CE, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, solicitamos a V. Sª que sejam enviados os seguintes documentos:

DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

a) **cópia da Ata de Constituição** na íntegra e legível, devidamente registrada no Livro “A” do Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004;

b) **comprovação, por meio de Certidão Cartorária** de que a Ata de Constituição, foi devidamente registrada no Livro “A” do Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004;

c) **cópia da Ata de eleição dos atuais dirigentes da Entidade devidamente registrada, constando todos os cargos elencados no art 20º do Estatuto Social, e havendo alterações na composição do Quadro Diretivo, que os novos membros encaminhem as declarações e documentos referentes ao subitem 7.1, alíneas “e” e “f” da Norma Complementar nº 01/2004;**

d) **relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais, com o número do CPF, número do documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ, número de registro no órgão competente e endereço da sede, conforme disposto no subitem 7.1, alínea “d” da Norma Complementar 01/2004;**

rfp- DOS/SSCE-MC

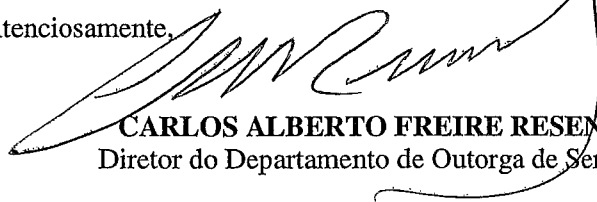
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 46

Min. das Comunicações
95
10/05/07

Será facultado a essa entidade, **no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento deste ofício que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento)**, apresentar os itens solicitados sob pena de arquivamento do processo.

Outrossim, informamos que o referido prazo poderá ser prorrogado, por uma única vez por igual período, desde que a requerente apresente, no prazo para cumprimento das exigências, uma solicitação formal neste sentido. E ainda, toda a **documentação enviada deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada**, conforme determinação disposta no subitem 7.3 da Norma Complementar 01/2004.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/07

38180/07 EXIG 24º

32

Aos Vinte e seis dias (26), do mês de janeiro, do ano de dois mil e nove, (2009), na sede da Associação Rádio Comunitária de Maratáizes - ARCOM, localizada na rua: Padre Henrique Huben, 80, bairro: Cidade Nova, em Maratáizes, Estado do Espírito Santo, reuniram-se os Senhores (as) Evaldo Praça Ferreira - Diretor presidente da Arcom, Sr. Eliberto Silva Pereira - Diretor Vice Presidente, Srª. Maria de Fátima Delbona - Diretora Executiva, Srª. Marilce Porto Fernandes de Moreno - Conselheira Fiscal, Sr. Eduardo Leonardo Ribeiro - Conselheiro Fiscal, Srª. Nailda Leonardo Ribeiro - Suplente do Conselho, Sr. Ricardo Pepe Reis - suplente do Conselho e Srª. Danusa Magalhães Cardoso - Suplente do Conselho, como também, a Srª. Wanderléia Carvalho Campos - Diretora Secretária, para deliberar com base na Seção I - da Assembléia Geral, em seu Art. 18º, § 1º, com a seguinte redação: "A Assembléia Geral reunir-se-á. Ordinariamente, a cada ano, no mês de janeiro, para aprovação das contas"... e dessa forma, todos ficam cientes, neste momento, que não houve movimentação de conta ou valores, devido ainda estarem os documentos da ARCOM em aprovação junto ao Ministério das Comunicações, aproveitando para a demonstração dos procedimentos, dentre os quais a leitura do Ofício n.º. 1360/2008/RADCOM/DOS/SSCE-MC, que solicita algumas modificações, as quais foram lidas e dada ciência a toda a Assembléia, em especial a condicionante "a" que solicita a retificação do campo de descrição da atividade econômica principal, de modo a estar indicado: "atividades associativas não especificadas" e onde todos os presentes aprovaram a mudança do campo solicitado no CNPJ da ARCOM, sendo que todos os itens do referido anterior ofício, foram lidos e discutidas as formas de melhor atendimento, para posterior envio da documentação solicitada para o Ministério das Comunicações, sendo assim após ciência, debate, sugestões e aprovação unânime de todos da Assembléia no sentido de um atendimento às condicionantes solicitadas, e não mais havendo assuntos na pauta de discussões, o senhor presidente declara encerrados os trabalhos e após lida e achada conforme a presente ata, vai por mim, Wanderléia Carvalho Campos, quem subscreveu e pelos demais presentes, após, digitada.

Evaldo Praça Ferreira
Evaldo Praça Ferreira
Diretor Presidente.

Eliberto Silva Pereira
Eliberto Silva Pereira
Diretor Vice Presidente.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53000 037177/2009-74
SEAPA/SCE
07/08/2009-08:44



Reconheço a Firma SUPRA
DE EVALDO
Praça Ferreira
C. Dou Fe

Mar. 08 de Abril de 2009
Em test

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

12108
Suro

BRASILIA - DF
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 03/11/10

Suro

Maria de Fátima Delbona
Maria de Fátima Delbona
Diretora Executiva.

Wanderléia Carvalho Campos
Wanderléia Carvalho Campos
Diretora Secretária.

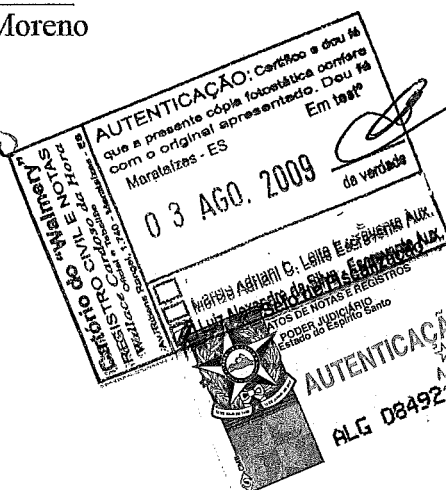
Eduardo Leonardo Ribeiro
Eduardo Leonardo Ribeiro
Conselheiro Fiscal.

Marilce Porto Fernandes de Moreno
Marilce Porto Fernandes de Moreno
Conselheira Fiscal.

Nailda Leonardo Ribeiro
Nailda Leonardo Ribeiro
Suplente do Conselho

Ricardo Pepe Reis
Ricardo Pepe Reis
Suplente do Conselho

Danusa Magalhães Cardoso
Danusa Magalhães Cardoso
Suplente do Conselho.



Reconheço a Firma SUPR2
DE WANDERLEIA
CARVALHO CAMPOS
e dou fé

Mar. 08 de 2009
Em test da verdade

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM



Art. 1º - A Associação Rádio Comunitária de Marataízes, doravante denominada ARCOM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo, com sede, na Rua Padre Henrique Huber, 80, no Bairro Cidade Nova, nesta cidade, e que tem por fins:

I - Beneficiar a comunidade com vistas:

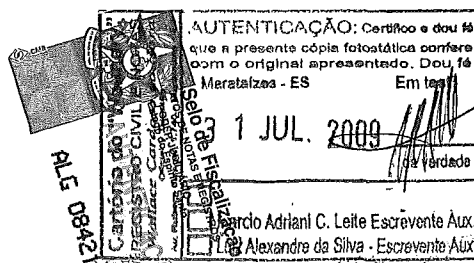
- a) dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessários;
- d) contribuir par o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§ 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a associação poderá firmar convênios com associações congêneres e com o Poder Público.

§ 2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matéria polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/20

§ 3º - A ARCOM utilizará como denominação fantasia RÁDIO VIDA e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

§ 1º - Para cumprir o seu propósito a associação atuará por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações; doação de recursos físicos, humanos e organizações sem fins lucrativos e a Órgãos do setor Público que atuam em áreas afins.

§ 2º - A programação da emissora deverá respeitar e observar os princípios e normas dispostas na legislação vigentes no território nacional sobre radio difusão comunitária, ficando vedada à transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em lei. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissão dos serviços de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

§ 3º - As subvenções e doações recebidas serão integralmente aplicadas nas finalidades as que estejam vinculadas.

§ 4º - Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro das atividades inerentes à manutenção e ampliação da rádio

Art. 3º - A associação poderá adotar um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Diretor, com a finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto.

Art. 4º - A ARCOM tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - Não há, entre os associados e beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, sexo, cor, condição social e credo, político ou religioso.

II - Todos os cargos de direção são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nessa condição, a remuneração de qualquer natureza.

III - Não há distribuição, aos associados, colaboradores ou dirigentes, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio social, auferido mediante o exercício das atividades sociais.

IV - Todas as receitas e despesas são escrituradas regularmente, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais.



AUTENTICAÇÃO: Certifico a dou té que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé	
Maratá - ES	Em 31 JUL. 2009
<input type="checkbox"/> Inácio Adilson C. Leite Escrivão Aux. <input type="checkbox"/> Luiz Alexandre da Silva - Escrivão Aux.	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

V – Na manutenção das finalidades e dos objetivos da associação, todos os recursos são aplicados no território nacional.

CAPÍTULO II

DO QUADRO SOCIAL.

Seção I – Dos Associados.



Art. 5º - A associação é constituída por número ilimitado de associados, que compartilham os objetivos e princípios da associação assim distribuídos:

I – associados fundadores: aqueles que participaram da Assembléia de fundação da associação, assinando a respectiva ata e comprometendo-se com as suas finalidades;

II – associados efetivos: os que forem incorporados pela aprovação da Assembléia Geral;

III – associados colaboradores: pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da associação, solicitem seu ingresso e, sendo aprovadas pela Diretoria, paguem as contribuições correspondentes;

Parágrafo Primeiro: Poderá ser associado, de qualquer categoria, todos os cidadãos, bem como pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliados na localidade.

Parágrafo Segundo: Os associados, independente da categoria, não respondem subsidiariamente, nem solidariamente pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizado pela Diretoria.

Seção II – Da admissão e do Desligamento.

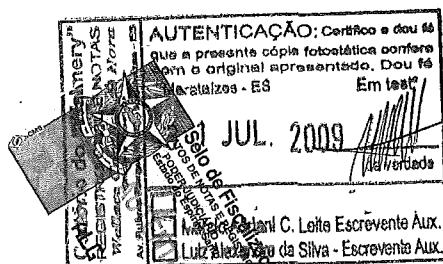
Art. 6º - A admissão do associado dar-se-á por meio do preenchimento de formulário próprio.

Art. 7º - O desligamento do associado ocorrerá:

I – por motivo de falecimento, de interdição, de doença e por ausência, na forma da lei civil;

II – voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao Presidente;

III – compulsoriamente, por decisão da maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, quando a conduta do associado constituir causa de perturbação ou descrédito para a associação.



SERVILIO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

Parágrafo Único – O associado que venha sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá pedir reconsideração, sem efeitos suspensivos, à Assembléia Geral, no prazo de trinta dias contados da ciência de sua exclusão.

Seção III – Dos Direitos e dos Deveres.

Art. 8º - São direitos dos associados:

- I – votar na Assembléia Geral e ser votado para os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos;
- II – participar, desfrutar benefícios e vantagens assegurados pela associação, desde que sejam atendidas as disposições do Regimento Interno e demais regulamentos;
- III – assistir às reuniões sociais e participar de eventos e atividades promovidos pela associação, conforme dispuser o Regimento Interno, bem como ter voz nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes.

Parágrafo Único - No caso do associado ser pessoa jurídica, o representante legal da pessoa jurídica terá o direito de exercer as atividades elencadas no inciso III deste artigo.

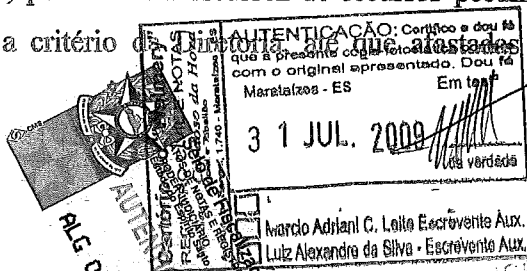
Art. 9º - São deveres dos associados:

- I – cumprir e respeitar este Estatuto, o Regimento Interno, os regulamentos e as deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral;
- II – manter o seu cadastro atualizado junto à associação;
- III – contribuir mensalmente, na forma do presente Estatuto, no caso dos associados contribuintes;
- IV – prestar à associação todo o concurso moral e material ao seu alcance, quer aceitando o cargo par o qual seja convocado ou o encargo que lhe for atribuído, quer propondo novo associado;
- V – atender às convocações da Assembléia Geral e de outros órgãos da associação quando destes fizer parte.

Seção IV – Da Contribuição.

Art. 10º - O associado contribuinte contribui mensalmente com a mensalidade fixada pela Diretoria.

Art. 11º - O associado contribuinte que, por extrema escassez de recursos pecuniários, solicitar dispensa da contribuição ficará isento, a critério da Diretoria, até que apresente as razões que motivaram o pedido de isenção.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

Parágrafo Único – O associado dispensado da contribuição financeira, conforme o disposto nesse artigo, continuará com os mesmos direitos e deveres.

Art. 12º - O associado que faltar ao pagamento de suas mensalidades por mais de seis meses, utilizar-se da faculdade que lhe é outorgada pelo artigo anterior, será considerado renunciante aos seus direitos e terá, em consequência, a matrícula cancelada, salvo quando a Diretoria conceder novo prazo.

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA.



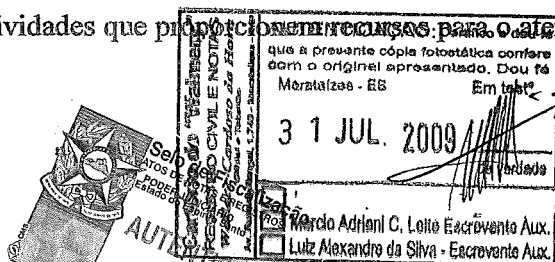
Art. 13º - O patrimônio da associação constitui-se de todos os bens moveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, por doação de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil.

Art. 14º - Os bens imóveis de propriedade da instituição não poderão ser vendido, alienados ou gravados em hipotecas, no todo ou em parte, salvo se, mediante proposta submetida à Assembléia Geral, esta o aprovar, delegando poderes à Diretoria, que realizará a respectiva operação.

Parágrafo Único – Os bens móveis poderão ser alienados, trocados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembléia Geral.

Art. 15º - Constituem fontes de recursos da associação:

- I – as contribuições dos associados e colaboradores;
- II – as subvenções financeiras do Poder Público e convênios;
- III – as doações, os legados, os aluguéis, os subsídios e quaisquer auxílio que forem concedidos por pessoa física ou jurídica;
- IV – os juros, os rendimentos financeiros e as rendas eventuais;
- V – as promoções beneficentes;
- VI – os provenientes dos serviços prestados, patrocínio sob forma de apoio cultural, por valores advindos de suas atividades comunitárias e de comunicação, bem como as receitas patrimoniais;
- VII – os provenientes de quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades.



CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES.

Seção I – Disposições Gerais.



Art. 16º - São órgãos dirigentes da associação:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – Toda pessoa que ocupe cargo nos órgãos de administração:

- a) deverá ser associado fundador ou efetivo, em pleno gozo de seus direitos;
- b) não poderá obter, de forma individual ou coletiva, benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação em processo decisório, devendo par tanto ser adotadas práticas administrativas eficientes no cumprimento do disposto no presente artigo.

Art. 17º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não poderão usar a associação ou o seu patrimônio como garantia de quaisquer compromissos, como finanças, avais, endosso ou abonos, ressalvados os referentes a operações relativas à atividade da instituição autorizadas pela Assembléia Geral.

Seção I - Da Assembléia Geral.

Art. 18º - A Assembléia Geral (AG), órgão soberano da associação, é constituída pelos associados fundadores e efetivos no uso de seus direitos.

§ 1º - A AG reunir-se-á, ordinariamente, a cada ano, no mês de janeiro, para aprovação das contas, e a cada dois anos, nos termos deste Estatuto, para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal.

§ 2º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral.

§ 3º - Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocatórias subsequentes.



CONFIRMAÇÃO
ALG 08425
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

§ 4º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital, comunicado afixado na sede da ARCOM e estúdio, bem como divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§ 5º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §2º.

§ 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente toda vez que for convocada pelo Presidente, pela maioria da Diretoria ou por um quinto dos associados.

§ 7º - Quando a reunião da Assembléia Geral for solicitada pelos associados, as deliberações tomadas só serão válidas se o numero de participantes da mesma não for inferior ao numero de assinaturas contidas na solicitação.

§ 8º - Apurada a presença de numero legal par a instalação da Assembléia Geral, o Presidente da Diretoria ou seu substituto dará início aos trabalhos, presidindo-os.

§ 9º - Toda reunião da Assembléia Geral terá ata registrada em livro próprio.

Art. 19º - Além de outras atribuições dispostas neste Estatuto, compete à Assembléia Geral:

I - eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;

II - reformar este Estatuto e resolver os casos omissos;

III - destituir membros da Diretoria se for reconhecida a existência de motivo graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim;

IV - decidir sobre as contas anuais da Diretoria, considerando o parecer do Conselho Fiscal;

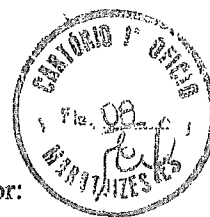
V - aprovar a reforma do Regimento Interno;

VI - deliberar sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria.

Parágrafo Único - Para as deliberações a que se referem os incisos II e III é exigido o voto concorde de dois terço dos presentes à reunião especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de um terço nas convocações seguintes.



Seção II - Da Diretoria.



Art. 20º - A Diretoria da ARCOM, órgão executivo e administrativo, será composta por:

- I - Diretor Presidente;
- II - Diretor Vice Presidente;
- III - Diretor Secretário;
- IV - Diretor Executivo.



§ 1º - O mandato dos membros da diretoria é de dois anos, podendo ser reeleitos isolados ou conjuntamente.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

§ 3º - A Diretoria poderá criar cargos de dirigentes auxiliares, de acordo com as suas atividades.

Art. 21º - Compete à Diretoria:

- I - dirigir e administrar a Associação, principalmente as funções e atividades da rádio comunitária, de acordo com as disposições estatutárias e regimentais;
- II - desenvolver programas de suas atividades;
- III - estabelecer os regulamentos;
- IV - decidir sobre mediada administrativa;
- V - designar, entre os associados, dirigentes auxiliares, os quais poderão substituir os diretores em caso de impedimento temporário, quando não houver disposições estatutárias sobre o caso;
- VI - autorizar operações financeira, até o limite estabelecido pela Assembléia Geral;
- VII - providenciar a execução de quaisquer obras, reparos ou consertos imprescindíveis às atividades normais da associação;
- VIII - propor reforma do Estatuto e do regimento Interno à Assembléia Geral;
- IX - elaborar balancetes financeiros mensais e balanço anual.

§ 1º - Compete ao Diretor Presidente:

- I - representar a associação em juízo ou fora dele;
- II - coordenar todas as atividades sociais, de acordo com o preceito estatutário e de acordo com as normas;
- III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- IV - assinar com o secretário a documentação da associação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 31/07/2009

Ministério das Comunicações
1946

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09.11.46



V – assinar os documentos que se refiram à movimentação financeira;

VI – elaborar relatórios anuais para aprovação da Assembléia Geral;

VII – dirigir, administrar, organizar, deliberar, baixar determinações e ordens de serviços, admitir/demitir auxiliares e empregados, autorizar e aprovar inserções e programações radiofônicas, autorizar compras e serviços, bem como designar funções e tarefas dos auxiliares, empregados e diretores, em fim exercer todas as atividades inerentes ao funcionamento da rádio comunitária.

§2º - Compete ao Diretor Vice Presidente:

I – substituir o Diretor Presidente nas licenças, férias, faltas e impedimentos, assumindo a presidência, em caso de vaga, até a posse do novo titular, na forma do regimento interno;

II – desempenhar atribuições delegadas pelo Diretor Presidente.

§3º - compete ao Diretor Secretario:

I – organizar e manter em ordem os serviços de secretaria;

II – assessorar o Diretor Presidente durante as reuniões e substituí-lo, em suas faltas e impedimentos;

III – redigir e encaminhar ao Diretor Presidente a correspondência de rotina a ser expedida, dentro de suas funções;

IV – assinar com o Diretor Presidente a documentação dirigida a terceiros;

V – redigir as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;

VI – cientificar os interessados, através de edital a ser fixado na sede social, a respeito das reuniões convocadas pela Diretoria ou pelo Diretor Presidente.

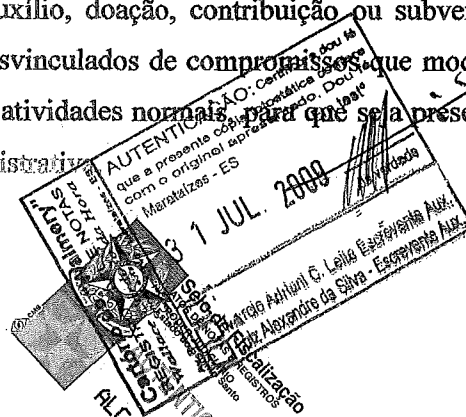
§4º - Compete ao Diretor Executivo:

I – substituir o Diretor Vice Presidente na sua falta, impedimento ou licença;

II – supervisionar, orientar e fiscalizar o funcionamento da área administrativa da associação;

III – exercer outras competências que lhe venham a ser determinadas pelo Diretor Presidente, bem como auxilia-lo na direção da radio comunitária.

Art.22º – A Diretoria somente poderá aceitar auxílio, doação, contribuição ou subvenção, bem como firmar convênios, quando estiverem eles desvinculados de compromissos que modifiquem o objetivo da associação e não prejudiquem as suas atividades normais, para que se preserve, em qualquer hipótese, a sua total independência administrativa.



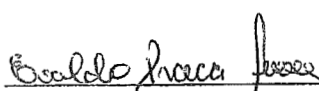
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/2009

Art. 35º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ad referendo da Assembléia Geral.




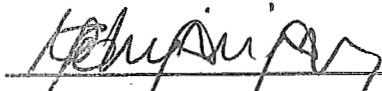
Art. 36º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 37º - O presente estatuto, com a sua primeira alteração, foi aprovado na AGE de 26 de janeiro de 2009, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.


EVALDO PRAÇA FERREIRA
 Diretor - Presidente




WANDERLÊIA CARVALHO CAMPOS
 Diretora Secretária


ELIBERTO SILVA PEREIRA
 Diretor - Vice Presidente


MARIA DE FÁTIMA DELBONA
 Diretora Executiva




RECONHECIMENTO DE FIRMA

ADN 45713
 ADN 45712

WALMERY
 MARATÕES
 Registro Civil e Notas
 Wallace Cardoso da Hora
 Oficial e Tabelião
 Av. Rubens Rangel, 1740
 Maratões - Esp. Santo

Reconheço a Firma SUPRA
DE EVALDO PRAÇA
FERREIRA E
WANDERLÊIA
CAMPOS e
outros

Mar. 08 de 2012 de 2003
 Em test




048/ES 13.189
 FLÁVIO DE SOUZA



1º Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas

Dorian Glauro de Moreno
 Titular

PROTOCOLO nº 3.125, livro 8-1, fls. 83
 REGISTRADO sob nº 1-103, livro 8, fls. 0302
 Maratões (ES) 04/05/2009.
 O Oficial,


 Dorian Glauro de Moreno
 Car. Reg. Geral de Imóveis
 e Prot. de Títulos



Selo de Fiscalização de Notas e Registros

ARE 33180



SERVIÇO DE REGISTRO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, 09/11/2009

Maratães (ES) - Fone/Fax (028) 3532-3
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 10

contribuições dos associados e colaboradores; II - as subvenções financeiras do Poder Público e convênios; III - as doações, os legados, os aluguéis, os subsídios e quaisquer auxílio que forem concedidos por pessoa física ou jurídica; IV - os juros, os rendimentos financeiros e as rendas eventuais; V - as promoções beneficentes; VI - os provenientes dos serviços prestados, patrocínio sob forma de apoio cultural, por valores advindos de suas atividades comunitárias e de comunicação, bem como as receitas patrimoniais; VII - os provenientes de quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades. **CAPÍTULO IV - DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES. Seção I - Disposições Gerais. Art. 16º - São órgãos dirigentes da associação. I - Assembléia Geral; II - Diretoria; III - Conselho Fiscal. Parágrafo Único - Toda pessoa que ocupe cargo nos órgãos de administração: a) deverá ser associado fundador ou efetivo, em pleno gozo de seus direitos; b) não poderá obter, de forma individual ou coletiva, benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação em processo decisório, devendo par tanto ser adotadas práticas administrativas eficientes no cumprimento do disposto no presente artigo. Art. 17º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não poderão usar a associação ou o seu patrimônio como garantia de quaisquer compromissos, como finanças, avais, endosso ou abonos, ressalvados os referentes a operações relativas à atividade da instituição autorizadas pela Assembléia Geral. Seção I - da Assembléia Geral. Art. 18º - A Assembléia Geral (AG), órgão soberano da associação, é constituída pelos**

Art. 18º - A Assembléia Geral (AG), órgão soberano da associação, é constituída pelos associados fundadores e efetivos no uso de seus direitos. § 1º - A AG reunir-se-á, ordinariamente, a cada ano, no mês de janeiro, para aprovação das contas, e a cada dois anos, em termos deste Estatuto, para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal. § 2º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. § 3º - Quando a deliberação se tratar de destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes. § 4º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ARCOM, bem como divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a vigência da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião. § 5º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 2º. § 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente toda vez que for convocada pelo Presidente, pela maioria da Diretoria ou por um quinto dos associados. § 7º - Quando a reunião da Assembléia Geral for solicitada pelos associados, as deliberações tomadas só serão válidas se o numero de participantes da mesma não for inferior ao número de assinaturas contidas na solicitação. § 8º - Apurada a presença de número legal par a instalação da Assembléia Geral, o Presidente da Diretoria ou seu substituto dará início aos trabalhos, presidindo-os. § 9º - Toda reunião da Assembléia Geral terá ata registrada em livro próprio. Art. 19º - Além de outras atribuições dispostas neste Estatuto, compete à Assembléia Geral: I - eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; II - reformar este Estatuto e resolver os casos omissos; III - destituir membros da Diretoria se for reconhecida a existência de motivo graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim; IV - decidir sobre as contas anuais da Diretoria, considerando o parecer do Conselho Fiscal; V - aprovar a reforma do Regimento Interno; VI - deliberar sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria. Parágrafo Único - Para as deliberações a que se referem os incisos II e III é exigido o voto concorde de dois terço dos presentes à reunião especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de um terço nas convocações seguintes. Seção II - Da Diretoria. Art. 20º - A Diretoria da ARCOM, órgão executivo e administrativo, será composta por: I - Diretor Presidente; II - Diretor Vice Presidente; III - Diretor secretário; IV - Diretor Executivo. § 1º - O mandato dos segue no verso...

Cartório do "Walmes"
REGISTRO CIVIL E NOTAS
Wallace Cardoso da Abreu
Orcel e Tabilly

Av. Rubens Rangel, 1.740 - Maratáizes - ES

31 JUL 2009

Maratáizes - ES

En 111

Cartório do "Walmes"

REGISTRO CIVIL E NOTAS

Wallace Cardoso da Abreu

Orcel e Tabilly

Av. Rubens Rangel, 1.740 - Maratáizes - ES

31 JUL 2009

Maratáizes - ES

En 111

Cartório do "Walmes"

REGISTRO CIVIL E NOTAS

Wallace Cardoso da Abreu

Orcel e Tabilly

Av. Rubens Rangel, 1.740 - Maratáizes - ES

31 JUL 2009

Maratáizes - ES

En 111

Cartório do "Walmes"

REGISTRO CIVIL E NOTAS

Wallace Cardoso da Abreu

Orcel e Tabilly

Av. Rubens Rangel, 1.740 - Maratáizes - ES

31 JUL 2009

Maratáizes - ES

En 111

Cartório do "Walmes"

REGISTRO CIVIL E NOTAS

Wallace Cardoso da Abreu

Orcel e Tabilly

Av. Rubens Rangel, 1.740 - Maratáizes - ES

31 JUL 2009

Maratáizes - ES

En 111

Cartório do "Walmes"

REGISTRO CIVIL E NOTAS

Wallace Cardoso da Abreu

Orcel e Tabilly

Av. Rubens Rangel, 1.740 - Maratáizes - ES

31 JUL 2009

Maratáizes - ES

En 111

Cartório do "Walmes"

REGISTRO CIVIL E NOTAS

Wallace Cardoso da Abreu

Orcel e Tabilly

Av. Rubens Rangel, 1.740 - Maratáizes - ES

31 JUL 2009

Maratáizes - ES

En 111

Cartório do "Walmes"

REGISTRO CIVIL E NOTAS

Wallace Cardoso da Abreu

Orcel e Tabilly

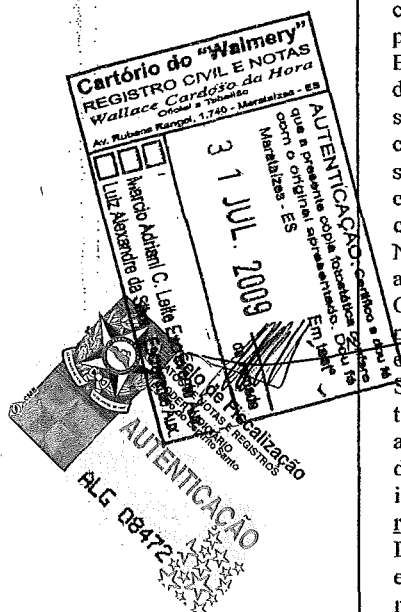
Av. Rubens Rangel, 1.740 - Maratáizes - ES

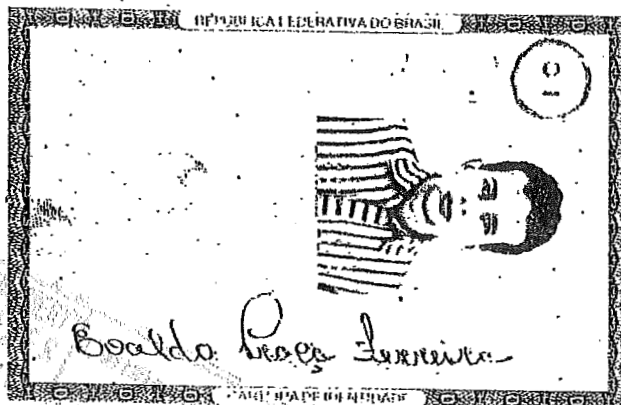
31 JUL 2009

Maratáizes - ES

En 111

membros para auxiliar a eleição; II - não será permitido o voto por procuração; III - somente poderá votar o associado que estiver quite com os seus débitos e obrigações junto à associação; IV - apurados os votos e resolvidas as impugnações, se houver, o presidente da mesa proclamara os eleitos e a posse se dará de imediato, assumindo o exercício ao final da Assembleia Geral. **CAPÍTULO VI - DA PROGRAMAÇÃO.** Art. 26º - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária. **Parágrafo Único** - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação. **CAPÍTULO VII - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO.** Art. 27º - O Patrimônio e Receita da ARCOM será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural. **Parágrafo Único** - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado. **CAPÍTULO VIII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO.** Art. 28º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes. Art. 29º - A dissolução da ARCOM ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênera, definida na Assembleia. Art. 30º - Pela exoneração, saída ou outra forma qualquer de abandono, a nenhum associado será lícito pleitear ou reclamar direitos ou indenizações, sob qualquer título, forma ou pretexto, por possuir, apenas, a condição de associado. Art. 31º - Não será permitida, aos associados e dirigentes, a representação por meio de procuração, para o exercício de quaisquer de suas atribuições. Art. 32º - O exercício social coincidirá com o ano civil. Art. 33º - A associação poderá firmar acordos, convênios e parcerias com outras organizações, visando à execução de todas as finalidades previstas neste Estatuto e no seu Regimento Interno. § 1º - Os acordos, convênios e parcerias serão precedidos da verificação de que a organização possui nível de orientação compatíveis com a prestação dos serviços a serem conveniados. § 2º - Os instrumentos do acordo, do convênio e da parceria consignarão normas de controle e fiscalização da ajuda prestada pela associação, inclusive a sua automática cessação pelo descumprimento do ajuste. § 3º - A associação, independente de celebrar ou não termo de parceria com o Poder Público, na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras deverá observar os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade. § 4º - Haverá a prestação de contas de eventuais recursos advindos dos Poderes Públicos, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal. Art. 34º - A associação, ao término de cada exercício social, dará publicidade, por qualquer meio eficaz, do relatório de atividades e das demonstrações contábeis e financeiras, bem como providenciara as certidões de débito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de colocar tais documentos à disposição dos interessados. **Parágrafo Único** - Nos exercícios em que a associação receber recursos oriundos de termos da parceria firmado com o Poder Público, as demonstrações contábeis e financeiras poderão ser auditadas por auditores externos independentes. Art. 35º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ad referendum da Assembleia Geral. Art. 36º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso, a AG, pelo associado que se achar prejudicado. Art. 37º - O presente estatuto foi aprovado na AG de 30 de junho de 2007 e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar. a) Ass. Ilegível Evaldo Praça Ferreira. a) Ass. Ilegível Wanderléia Carvalho Campos. a) segue no verso,...

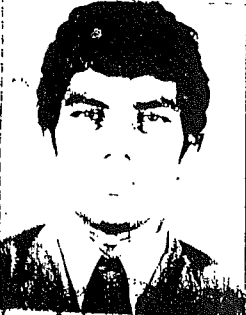





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	1.110.720 - ES
NOME	EVALDO PRAGA FERREIRA
FILIAÇÃO	HILTON PRAGA LEHOS E MARIA APARECIDA FERREIRA PRAGA
NATURALIDADE	ALEGRE - ES
DOC ORIGEM	CERT NASC 11183 FL 140 V LV 16
	ALEGRE - ES - 01.03.1993
	CRE L.G.L. VIANA
Assinatura: Luiz Carlos Nobre Gomes	
LEI Nº 116 DE 29/08/83	

SEPT. 1993
MINISTÉRIO DA FAZENDA
COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/93

CEGULA DE IDENTIDADE



POLEGAR DIREITO
ES S



ASSINATURA DO PORTADOR

ERIBERTO SILVA PEREIRA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL Nº 1788/349

NOME: **ERIBERTO SILVA PEREIRA**
FILIAÇÃO: **Antonio Virgílio Pereira e Lindoneza Silva Pereira**
Data de Nascimento: **16.12.1957**
Data de Registro: **08.1982**

ERIBERTO SILVA PEREIRA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ALG DB474

AUTENTICAÇÃO

Cartório "Walmary"
Pólice Civil e Notas
Rua José Carlos da Hora
170, Centro, Vitória, ES

AUTENTICAÇÃO: Certifico a dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé

Maralizes - ES

Em 31 JUL. 2009

[Signature]

das Comunicações

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

QUARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

[Signature]

INSCRIÇÃO NO CPF

NASCIMENTO: **16.12.57**

INSCRIÇÃO NO CPF: **620.766.127-34**

CONTRIBUINTE: **ERIBERTO SILVA PEREIRA**

[Signature]

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 09/11/10

[Signature]

CONFIDENTIAL
Em. 09/11/76

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

01

ANA MAURA DO ROSARIO MACHADO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

POLEGAR IMPR.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 460.431-ES DATA DE EXPEDIÇÃO 05.02.1986

NOME ANA MAURA DO ROSARIO MACHADO

FILIAÇÃO Santílio Antonio Machado
Maria do Rosario Machado

Itapemirim-ES 03.06.1959
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM Cert. Nasc. nº 15.948-F1s. 56 L. 34 exp. p/CRC. de M. L. Teles-Itapemirim-ES-25.02.1977.

CPF

Vitória-ES

ASSINATURA DO DIRETOR



AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé.

Maratões - ES

Em 31 JUL 2009

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

COORDENADOR DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Marcelo Adriano G. Leite Escrevente Aut.

Luiz Alexandre da Silva Escrevente Aut.

IMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FISICAIS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

ANA MAURA DO ROSARIO MACHADO

NASCIMENTO 03.06.59

INSCRIÇÃO NO CPF 576 201 137 20

CONTRIBUINTE
ANA MAURA DO ROSARIO MACHADO

Luiz Alexandre da Silva
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Rec. Comunic. 120
1997

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
MÍNIMO DE 10 DIAS DE COMUNICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 08/11/40

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SPCO/DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

MADEIRA

Eduardo Leonardo Ribeiro
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.249.982 -ES DATA DE EXPEDIÇÃO 29.12.1992

NOME EDUARDO LEONARDO RIBEIRO

FILIAÇÃO ELISEU RIBEIRO E DIRCENALVA LEONARDO RIBEIRO

NATURALIDADE ITAPEIRIM - ES DATA DE NASCIMENTO 28.02.1974

DOC ORIGEM CERT NASC 3628 FL 32 V LV 41 CRC G.G. DA FONSECA
ITAPEIRIM - ES - 04.03.1974
CPF 034.633.847-60

ASSINATURA DO DETECTOR
LEI Nº 116 DE 29/08/83



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, válida e exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura *Eduardo Leonardo Ribeiro*
EDUARDO LEONARDO RIBEIRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome EDUARDO LEONARDO RIBEIRO

No de inscrição 034633847-60 Data do nascimento 28/02/74

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em: 06/12/93

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome EDUARDO LEONARDO RIBEIRO

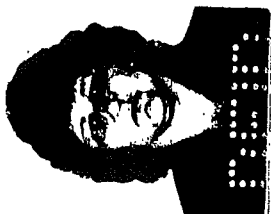
No de inscrição 034633847-60 Data do nascimento 28/02/74

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SPIC/DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Assinatura do Titular

Maílda Leonardo Ribeiro



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1 221 457 -ES DATA DE EXPEDIÇÃO 16.04.1992

NOME NAILDA LEONARDO RIBEIRO

FILIAÇÃO ANANIAS LEONARDO E DEUCENITA SANTIAGO LEONARDO

NATURALIDADE ITAPEMIRIM - ES DATA DE NASCIMENTO 15.05.1958

DOO ORIGEM CERT CAS 760 FL 40/V LV 27 CRC N.N.CALIXTO

ITAPEMIRIM - ES - 07.12.1974

CPF 017.061.737-84

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

032



AUTENTICAÇÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original apresentado. Dou fé

Maratões - ES

Em test

03 JUL 2009

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos em lei.

Assinatura

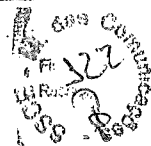
Maílda Leonardo Ribeiro

NAILDA LEONARDO RIBEIRO

SER

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 06/12/93



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome


NAILDA LEONARDO RIBEIRO

Nº de Inscrição

017061737-84

Data do Nascimento

15/05/58



SECRETARIA FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 09/11/92

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.563.938-ES DATA DE EXPEDIÇÃO 10.10.1996

NOME RICARDO PEPE REIS

FILIAÇÃO ALTAIR ROBERTY REIS E YOLANDA PEPE REIS

NATURALIDADE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES

DOC. ORIGEM

CERT. CAS 1331 FL. 36
RIBEIRÃO DAS NEVES - MG - 24.11.1992
007.977.677-97

CRC 6 LAGES

DATA DE NASCIMENTO 26.02.1970

ITAPEMIRIM-ES

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SPIC/DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

CARTÃO DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO

SELO DE ATESTADO

ALC 08481

AUTENTICAÇÃO

que a presente cópia documental corresponde com o original apresentado

Em test

3 1 JUL. 2009

da verdade

Maratiz - ES

Marinete Adriani G. Leite Escrevente Aux.
Luiz Alexandre da Silva - Escrevente Aux.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 09/11/20

[illegible]

Aos trinta dias (30), do mês de janeiro, do ano de dois mil e oito (2008), na sede da Associação Rádio Comunitária de Marataízes - ARCOM, localizada na rua: Padre Henrique Huben, 80, bairro: Cidade Nova, em Marataízes, Estado do Espírito Santo, reuniram-se os Senhores (as) Evaldo Praça Ferreira - Diretor presidente da Arcom, Sr. Eliberto Silva Pereira - Diretor Vice Presidente, Sr^a. Maria de Fátima Delbona - Diretora Executiva, Sr^a. Marilce Porto Fernandes de Moreno - Conselheira Fiscal, Sr. Eduardo Leonardo Ribeiro - Conselheiro Fiscal, Sr^a. Nailda Leonardo Ribeiro - Suplente do Conselho, Sr. Ricardo Pepe Reis - suplente do Conselho e Sr^a. Danusa Magalhães Cardoso - Suplente do Conselho, como também, a Sr^a. Wanderléia Carvalho Campos - Diretora Secretária, para deliberar com base na Seção I - da Assembléia Geral, em seu Art. 18º, § 1º, com a seguinte redação: "A Assembléia Geral reunir-se-á. Ordinariamente, a cada ano, no mês de janeiro, para aprovação das contas"... e dessa forma, todos ficam cientes neste momento que não houve movimentação de conta ou valores, devido ainda estarem os documentos da ARCOM em aprovação junto ao Ministério das Comunicações, aproveitando para a demonstração dos procedimentos, em não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente declara encerrados os trabalhos e após lida e achada conforme a presente ata, vai por mim, Wanderléia Carvalho Campos, quem subscreveu a presente ata, e pelos demais presentes, assinada e digitada.

Evaldo Praça Ferreira
Evaldo Praça Ferreira - Diretor Presidente.

Eliberto Silva Pereira
Eliberto Silva Pereira - Diretor Vice Presidente.

Maria de Fátima Delbona
Maria de Fátima Delbona - Diretora Executiva.

Marilce Porto Fernandes de Moreno
Marilce Porto Fernandes de Moreno - Conselheira Fiscal.

Eduardo Leonardo Ribeiro
Eduardo Leonardo Ribeiro - Conselheiro Fiscal.

Nailda Leonardo Ribeiro
Nailda Leonardo Ribeiro - Suplente do Conselho.

Ricardo Pepe Reis
Ricardo Pepe Reis - suplente do Conselho.

Danusa Magalhães Cardoso
Danusa Magalhães Cardoso - Suplente do Conselho.

Wanderléia Carvalho Campos
Wanderléia Carvalho Campos - Diretora Secretária.



Reconheço a Firma Supra
DE EVALDO PRAÇA
FERREIRA E
WANDERLEIA
CARVALHO CAMPOS
E DOU FE

Mar. 08 de Abril de 2009

Em test da verdade

DEPARTAMENTO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE MARATAÍZES

Dorian Glauro de Moreno
OFICIAL

**1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS**
de Marataízes - E. Santo.

C E R T I F I C A D O

Eu, **DORIAN GLAURO DE MORENO**

Oficial Titular do 1º Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos da Comarca de Marataízes, Estado do Espírito Santo, República Federativa do Brasil

C E R T I F I C O

e dou fé, que encontra-se registrado sob o n.º 103 de ordem, no Livro A de REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS da Comarca de Marataízes - ES, em 03/07/2007, o ESTATUTO da "ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM", entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, com sede na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, Marataízes - ES, tendo a sua Diretoria e Conselho Fiscal, compostos pelos seguintes membros: **DIRETOR PRESIDENTE** - Evaldo Praça Ferreira; **DIRETOR VICE-PRESIDENTE** - Eliberto Silva Pereira; **DIRETOR SECRETÁRIO** - Wanderléia Carvalho Campos; **DIRETOR EXECUTIVO** - Maria de Fátima Delbona; e **CONSELHO FISCAL** - Marilce Porto Fernandes de Moreno, Ana Maura do Rosário Machado, Eduardo Leonardo Ribeiro; **Suplentes**: Nailda Leonardo Ribeiro, Ricardo Pepe Reis e Danusa Magalhães Cardoso. O referido é verdade e dou fé. Marataízes - E. Santo, 04 de julho de 2007. O Oficial.

Dorian Glauro de Moreno
Cart. Reg. Geral de Imóveis
e Prot. De Títulos

CARTÓRIO 1º OFÍCIO
DORIAN GLAURO DE MORENO - TITULAR

Av. Simão Soares, n.º 489

Cópia Xerox tirada neste Cartório

AUTENTICAÇÃO

Confere com o Documento Apresentado

Marataízes-ES 04 07 2007

O Oficial

Dorian Glauro de Moreno
Cart. Reg. Geral de Imóveis
e Prot. De Títulos

Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Espírito Santo

AAB 46096

R. Raimundo Lima, 32 - Barra do Itapemirim - CEP 29.349-000 - Marataízes-ES - Fone/Fax: (28) 3532-3736

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Em, 04/11/2010

ral
 ações
 ação Eletrônica
 e Serviços
 "R" – 3º andar,
 0 – Brasília / DF



75240317-0

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

☐ AR ☒ PESO / WEIGHT (kg) VALOR DECLARADO / INSURED VALUE

RK 1 4 8 8 3 3 4 7 9 BR

SERVIÇO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, 09/11/2009

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO



ANÁLISE DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Referente Ofício nº 2979 /0 /RADCOM/DOS/SSCE-MC de 13 / 07 / 2009

Processo nº 53 000 038180 / 2007 Localidade: Maratázes

Entidade: Associação Rádio Comunitária de Maratázes

- () única entidade no local ou;
() com concorrentes: () arquivado(s), () em análise, () em exigência, () instruído

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

- () Cumpridas integralmente – Processo instruído (1ª Fase)
() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação abaixo descrita:
() Cumpridas integralmente – Processo instruído (2ª Fase) – ENTIDADE HABILITADA

Observações:

Brasília, ____/____/____

Analista responsável: _____

SIAPÉ: _____

EXIGÊNCIAS JURÍDICAS:

- () Cumpridas integralmente
() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação:

Observações:

nova ATA de ELEIÇÃO

* CONTINUAÇÃO - VERSO →

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09 / 11 / 2009

SEDE: FLS. 07 - Rua Padre Henrique Huber, 80 no BAIRRO
cidade nova

DENOMINAÇÃO FANTASIA: FLS. 90 - Vida FM

DENOMINAÇÃO:

CNPJ - FLS.

ESTATUTO SOCIAL - FLS. 98 a 111

ATA DE FUNDAÇÃO/CONSTITUIÇÃO - FLS. 114

ATA DE ALTERAÇÃO/DEFINIÇÃO DA DENOMINAÇÃO - FLS.

DIRETORIA: VÁLIDA ATÉ: 30/06/09 MANDATO: 2 ANOS - ART. 20º

MEMBROS FLS.

Diretor Presidente - EVALDO PRAÇA FERREIRA

Diretor Vice-Presidente - ELIBERTO SILVA PEREIRA

Diretor Secretário - Wandurilda CARVALHO Campos

Diretor Executivo - MARIA DE FATIMA DELBONA

Ata Vencida

Brasília, 13 / 08 / 2009

Analista responsável: _____

SIAPE:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11/10



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3311-6177 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 3625 /2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC

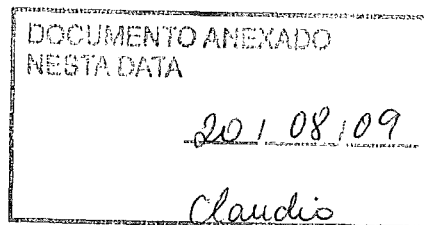
Brasília, 17 de agosto de 2009.

Ao Senhor

EVALDO PRAÇA FERREIRA

Associação Rádio Comunitária de Maratáizes
Rua Padre Henrique Huben, 80 no Bairro Cidade Nova
29345000/ Maratáizes/ Espírito Santos

Assunto: **Solicitação de Documentação**



Senhor Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n.º **53000038180/2007**, na localidade de **Maratáizes - RS**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, solicitamos a V. Sª que sejam enviados os seguintes documentos:

DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

a) cópia da **Ata de eleição dos atuais dirigentes da Entidade devidamente registrada, constando todos os cargos elencados no art 20 do Estatuto Social**, tendo em vista que o **mandato de 2 anos**, relativo à última diretoria, **expirou aos 30/06/2009**, e havendo **alterações na composição do Quadro Diretivo**, que os novos membros encaminhem as **declarações e documentos referentes ao subitem 7.1, alíneas “e” e “i” da Norma Complementar nº 01/2004**;

b) prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento e CPF) , de acordo com ao subitem 7.1, alínea “e” da Norma Complementar nº 01/2004;

c) declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 7.1, alínea “i” da Norma Complementar nº 01/2004;

d) declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com ao subitem 7.1, alínea “h” da Norma Complementar nº 01/2004;

e) declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço

RFP – DOS/SSCE-MC

SER. 0001 - DO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/2009



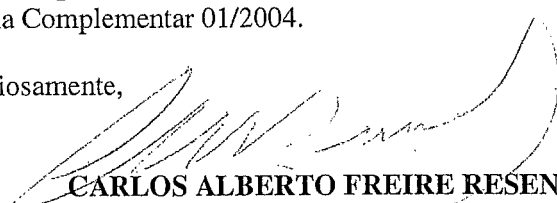
de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 7.1, alínea "j" da Norma Complementar 01/2004;

f) declaração, assinada pelo representante legal, especificando o endereço completo da sede da entidade, conforme disposto no subitem 7.1, alínea "g" da Norma Complementar 01/2004;

Será facultado a essa entidade, **no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento deste ofício que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento)**, apresentar os itens solicitados sob pena de arquivamento do processo.

Outrossim, informamos que o referido prazo poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, desde que a requerente apresente, no prazo para cumprimento das exigências, uma solicitação formal neste sentido e ainda, toda a **documentação enviada deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada**, conforme determinação disposta no subitem 7.3 da Norma Complementar 01/2004.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09 / 11 / 10

38180/07 Exig-24°

ARCOM – ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES-ES



Marataízes-ES, 18/09/2009.

Of. 05/2009 – doc/ARCOM.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 048883/2009-41

SEAPA/SCE

07/10/2009-08:46

Ao:

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços

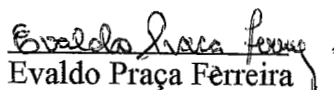
Ilmº. Sr. Carlos Alberto Freire Resende – Diretor Departamento de Outorga

Assunto: Apresentação de documentos.

Senhor Diretor:

Em resposta ao ofício 3625/2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC, de 17/08/2009, venho encaminhar docs. em anexo, para V. apreciação, em atendimento aos itens de "a" ate "f".

Atenciosamente,


Evaldo Praça Ferreira
Diretor Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 10

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

09, 10, 2009.







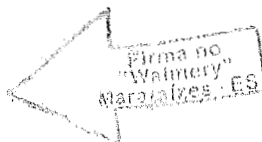
Aos onze dias (11), do mês de setembro (09), do ano de dois mil e nove (2009), na sede da Associação Rádio Comunitária de Maratáizes - ARCOM, localizada na rua: Padre Henrique Huben, 80, bairro: Cidade Nova, em Maratáizes, Estado do Espírito Santo, o Sr. Presidente abre a reunião e procede a leitura do Estatuto, com relação a convocação para proceder a pretendida Eleição de diretoria, conforme texto a seguir: previsto no capítulo V – DAS ELEIÇÕES, em seu art. 25º - que diz: A eleição dos membros da Diretoria e do conselho Fiscal será realizada a cada dois (02) anos, no mês de dezembro, na seguinte forma: I – convocada a Assembléia Geral, serão escolhidos dois membros para auxiliar a eleição; II – não será permitido o voto por procuração; III – somente poderá votar o associado que estiver quite com os seus deveres e obrigações junto à associação; IV- apurados os votos e resolvidas as impugnações, se houver, o presidente da mesa proclamará os eleitos e a posse se dará de imediato, assumindo o exercício ao final da Assembléia Geral, procedendo ainda a leitura da Seção III – Dos direitos e dos Deveres – Art. 8º - São Direitos e Deveres dos associados: I – votar na Assembléia Geral e ser votado para os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos; após a leitura, o Sr. presidente – Evaldo Praça Ferreira escolheu dois membros, sendo os Srs. Eriberto Silva Pereira e Sra. Maria de Fátima Delbona para atuarem com auxiliares da eleição. Perguntados aos presentes se havia outra chapa para concorrer às eleições e face à negativa, todos os presentes exerceram o seu direito à voto, previsto no Estatuto e votaram em cédulas fornecidas com os nomes da chapa : “Vida”, composta pelos seguintes nomes: Evaldo Praça Ferreira – Diretor presidente da Arcom, Sr. Eriberto Silva Pereira – Diretor Vice Presidente, Srª. Maria de Fátima Delbona – Diretora Executiva, Srª. Marilce Porto Fernandes de Moreno – Conselheira Fiscal, Sr. Eduardo Leonardo Ribeiro – Conselheiro Fiscal, Srª. Nailda Leonardo Ribeiro – Suplente do Conselho, Sr. Ricardo Pepe Reis – suplente do Conselho e Srª. Danusa Magalhães Cardoso – Suplente do Conselho, como também, a Srª. Wanderléia Carvalho Campos - Diretora Secretária, onde os mesmos obtiveram a maioria dos votos, sem que houvessem votos contra, abstenções ou impugnações e dessa forma, após a votação o Sr. Presidente reeleito proclamou os eleitos e deu posse a todos os presentes, reassumindo ao final da Assembléia Geral. O Sr. Presidente aproveitou ainda a oportunidade para explicar os avanços do processo n.º. 53000.038180/2007 – RADCOM/DOS/SSCE-MC, procedendo a leitura do of. 3625/2009, datado de 17/08/2009, proveniente do Ministério das Comunicações, que trata de Solicitação de documentos, para informar a todos os presentes e solicitar empenho de todos para rapidez em fornecer os dados necessários e envio da resposta do citado ofício e não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente declara encerrados os trabalhos e após lida e achada conforme, a presente ata, vai por mim, Wanderléia Carvalho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11/09

Campos, quem subscreveu a presente ata, e pelos demais presentes, assinada e digitada.



Evaldo Praça Ferreira
Evaldo Praça Ferreira – Diretor Presidente.



Eriberto Silva Pereira
Eriberto Silva Pereira – Diretor Vice Presidente.

Maria de Fátima Delbona
Maria de Fátima Delbona – Diretora Executiva.

Marrice Porto Fernandes de Moreno
Marrice Porto Fernandes de Moreno – Conselheira Fiscal.

Eduardo Leonardo Ribeiro
Eduardo Leonardo Ribeiro – Conselheiro Fiscal.

Nailda Leonardo Ribeiro
Nailda Leonardo Ribeiro – Suplente do Conselho.

Ricardo Pepe Reis
Ricardo Pepe Reis – suplente do Conselho.

Danusa Magalhães Cardoso
Danusa Magalhães Cardoso – Suplente do Conselho.

Wanderléia Carvalho Campos
Wanderléia Carvalho Campos – Diretora Secretária.



Reconheço a Firma Supra de Evaldo
Praça Ferreira e Wander
léia Carvalho Campos e
daes Jr.

28 de Setembro de 2009
Em test. da verdade

1º Serviço Registral de Títulos e Documentos e
Civil das Pessoas Jurídicas
Cartão Gláuro da Moreno
Título
PROTOCOLO nº 3.184, livro A-1, B50º
AVERBADO sob nº 2-103, liv. A, p. 04
Maratões (ES) 29/09/2009
[Assinatura]

1º Gláuro da Moreno
Cer. Reg. Geral de Imóveis
e Prot. de Títulos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE MARATAÍZES

Dr. Dorian Glauro de Moreno
OFICIAL



LIVRO N.º A -
REG. DE PESSOAS JURÍDICAS

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS

de Marataízes - E. Santo.

REGISTRO

FICHA

103

01

Marataízes, 03 de julho de 2007

ESTATUTO. Apresentado a registro pelo Pe. Evaldo Praça Ferreira, Protocolado sob n.º 2.887, livro A-1, Fls. 74, cujo teor diz o seguinte: **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES - ARCOM.** Art. 1º - A Associação Rádio Comunitária de Marataízes, doravante denominada ARCOM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo, com sede, na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, nesta cidade, e que tem por fins: **I** - Beneficiar a comunidade com vistas: **a)** dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; **b)** oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; **c)** prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessários; **d)** contribuir par o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; **e)** permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. **II** - Respeitar e atender aos seguintes princípios: **a)** preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; **b)** promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, integração dos membros da comunidade atendida; **c)** respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; **d)** não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias; § 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a associação poderá firmar convênios com associações congêneres e com o Poder Público. § 2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matéria polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados. Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. § 1º - Para cumprir o seu propósito a associação atuará por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações; doação de recursos físicos, humanos e organizações sem fins lucrativos e a Órgãos do setor Público que atuam em áreas afins. § 2º - A programação da emissora deverá respeitar e observar os princípios e normas dispostas na legislação vigentes no território nacional sobre radio difusão comunitária, ficando vedada à transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em lei. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissão dos serviços de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação. § 3º - As subvenções e doações recebidas serão integralmente aplicadas nas finalidades as que estejam vinculadas. § 4º - Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro das atividades inerentes à manutenção e ampliação da rádio. Art. 3º - A associação poderá adotar um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Diretor, com a finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto. Art. 4º - Para a consecução dos objetivos e fins a que se propôs, a associação adota os seguintes princípios e diretrizes: **I** - Não há, entre os associados e beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, sexo, cor, condição social e credo, político ou religioso. **II** - Todos os cargos de direção são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nessa condição, a remuneração de qualquer natureza. **III** - Não há distribuição, aos associados, colaboradores ou dirigentes, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações,
segue no verso...

R. Raimundo Lima, 32 - Barra do Itapemirim - CEP 29.349-000 - Marataízes (ES) - Fone/Fax (028) 3532-3736

SERVIÇO DE REGISTRO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

participações ou parcelas do patrimônio social, auferido mediante o exercício das atividades sociais. **IV** - Todas as receitas e despesas são escrituradas regularmente, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais. **V** - Na manutenção das finalidades e dos objetivos da associação, todos os recursos são aplicados no território nacional. **CAPÍTULO II - DO QUADRO SOCIAL. Seção I - Dos Associados. Art. 5º** - A associação é constituída por número ilimitado de associados, que compartilham os objetivos e princípios da associação assim distribuídos: **I** - associados fundadores: aqueles que participaram da Assembléia de fundação da associação, assinando a respectiva ata e comprometendo-se com as suas finalidades; **II** - associados efetivos: os que forem incorporados pela aprovação da Assembléia Geral; **III** - associados colaboradores: pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da associação, solicitem seu ingresso e, sendo aprovadas pela Diretoria, paguem as contribuições correspondentes; **Parágrafo único**: Os associados, independente da categoria, não respondem subsidiariamente, nem solidariamente pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizado pela Diretoria. **Seção II - Da admissão e do Desligamento. Art. 6º** - A admissão do associado dar-se-á por meio de proposta subscrita por um outro associado efetivo ou fundador, no pleno gozo de seus direitos, sendo aprovado pela Diretoria em reunião ordinária. **Art. 7º** - O desligamento do associado ocorrerá: **I** - por motivo de falecimento, de interdição, de doença e por ausência, na forma da lei civil; **II** - voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao Presidente; **III** - compulsoriamente, por decisão da maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, quando a conduta do associado constituir causa de perturbação ou descrédito para a associação. **Parágrafo Único** - O associado que venha sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá pedir reconsideração, sem efeitos suspensivos, à Assembléia Geral, no prazo de trinta dias contados da ciência de sua exclusão. **Seção III - Dos Direitos e dos Deveres. Art. 8º** - São direitos dos associados: **I** - votar na Assembléia Geral e ser votado para os cargos eletivos; **II** - participar, desfrutar benefícios e vantagens assegurados pela associação, desde que sejam atendidas as disposições do Regimento Interno e demais regulamentos; **III** - assistir às reuniões sociais e participar de eventos e atividades promovidos pela associação, conforme dispuser o Regimento Interno. **Parágrafo Único** - Não se aplica aos associados contribuintes o disposto no inciso I deste artigo. **Art. 9º** - São deveres dos associados: **I** - cumprir e respeitar este Estatuto, o Regimento Interno, os regulamentos e as deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral; **II** - manter o seu cadastro atualizado junto à associação; **III** - contribuir mensalmente, na forma do presente Estatuto, no caso dos associados contribuintes; **IV** - prestar à associação todo o concurso moral e material ao seu alcance, quer aceitando o cargo par o qual seja convocado ou o encargo que lhe for atribuído, quer propondo novo associado; **V** - atender às convocações da Assembléia Geral e de outros órgãos da associação quando destes fizer parte. **Seção IV - Da Contribuição. Art. 10º** - O associado contribuinte contribui mensalmente com a mensalidade fixada pela Diretoria. **Art. 11º** - O associado contribuinte que, por extrema escassez de recursos pecuniários, solicitar dispensa da contribuição ficará isento, a critério da Diretoria, até que afastadas as razões que motivaram o pedido de isenção. **Parágrafo Único** - O associado dispensado da contribuição financeira, conforme o disposto nesse artigo, continuará com os mesmos direitos e deveres. **Art. 12º** - O associado que faltar ao pagamento de suas mensalidades por mais de seis meses, utilizar-se da faculdade que lhe é outorgada pelo artigo anterior, será considerado renunciante aos seus direitos e terá, em consequência, a matrícula cancelada, salvo quando a Diretoria conceder novo prazo. **CAPÍTULO III - DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA. Art. 13º** - O patrimônio da associação constitui-se de todos os bens moveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, por doação de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil. **Art. 14º** - Os bens imóveis de propriedade da instituição não poderão ser vendidos, alienados ou gravados em hipotecas, no todo ou em parte, salvo se, mediante proposta submetida à Assembléia Geral, esta o aprovar, delegando poderes à Diretoria, que realizará a respectiva operação. **Parágrafo Único** - Os bens móveis poderão ser alienados, trocados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembléia Geral. **Art. 15º** - Constituem fontes de recursos da associação: **I** - as..... segue ficha 02...

contribuições dos associados e colaboradores; II - as subvenções financeiras do Poder Público e convênios; III - as doações, os legados, os aluguéis, os subsídios e quaisquer auxílio que forem concedidos por pessoa física ou jurídica; IV - os juros, os rendimentos financeiros e as rendas eventuais; V - as promoções beneficentes; VI - os provenientes dos serviços prestados, patrocínio sob forma de apoio cultural, por valores advindos de suas atividades comunitárias e de comunicação, bem como as receitas patrimoniais; VII - os provenientes de quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades. **CAPÍTULO IV - DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES. Seção I - Disposições Gerais. Art. 16º** - São órgãos dirigentes da associação. I - Assembléia Geral; II - Diretoria; III - Conselho Fiscal. **Parágrafo Único** - Toda pessoa que ocupe cargo nos órgãos de administração: a) deverá ser associado fundador ou efetivo, em pleno gozo de seus direitos; b) não poderá obter, de forma individual ou coletiva, benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação em processo decisório, devendo par tanto ser adotadas práticas administrativas eficientes no cumprimento do disposto no presente artigo. **Art. 17º** - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não poderão usar a associação ou o seu patrimônio como garantia de quaisquer compromissos, como finanças, avais, endosso ou abonos, ressalvados os referentes a operações relativas à atividade da instituição autorizadas pela Assembléia Geral. **Seção I - da Assembléia Geral. Art. 18º** - A Assembléia Geral (AG), órgão soberano da associação, é constituída pelos associados fundadores e efetivos no uso de seus direitos. § 1º - A AG reunir-se-á, ordinariamente, a cada ano, no mês de janeiro, para aprovação das contas, e a cada dois anos, nos termos deste Estatuto, para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal. § 2º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. § 3º - Quando a deliberação se relacionar à destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes. § 4º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ARCOM e estúdio, bem como divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião. § 5º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 2º. § 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente toda vez que for convocada pelo Presidente, pela maioria da Diretoria ou por um quinto dos associados. § 7º - Quando a reunião da Assembléia Geral for solicitada pelos associados, as deliberações tomadas só serão válidas se o número de participantes da mesma não for inferior ao número de assinaturas contidas na solicitação. § 8º - Apurada a presença de número legal par a instalação da Assembléia Geral, o Presidente da Diretoria ou seu substituto dará início aos trabalhos, presidindo-os. § 9º - Toda reunião da Assembléia Geral terá ata registrada em livro próprio. **Art. 19º** - Além de outras atribuições dispostas neste Estatuto, compete à Assembléia Geral: I - eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; II - reformar este Estatuto e resolver os casos omissos; III - destituir membros da Diretoria se for reconhecida a existência de motivo graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim; IV - decidir sobre as contas anuais da Diretoria, considerando o parecer do Conselho Fiscal; V - aprovar a reforma do Regimento Interno; VI - deliberar sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria. **Parágrafo Único** - Para as deliberações a que se referem os incisos II e III é exigido o voto concorde de dois terço dos presentes à reunião especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de um terço nas convocações seguintes. **Seção II - Da Diretoria. Art. 20º** - A Diretoria da ARCOM, órgão executivo e administrativo, será composta por: I - Diretor Presidente; II - Diretor Vice Presidente; III - Diretor secretário; IV - Diretor Executivo. § 1º - O mandado dos segue no verso...

membros da diretoria é de dois anos, podendo ser reeleitos isolados ou conjuntamente. § 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. § 3º - A Diretoria poderá criar cargos de dirigentes auxiliares, de acordo com as suas atividades. Art. 21º - Compete à Diretoria: I - dirigir e administrar a Associação, principalmente as funções e atividades da rádio comunitária, de acordo com as disposições estatutárias e regimentais; II - desenvolver programas de suas atividades; III - estabelecer os regulamentos; IV - decidir sobre mediada administrativa; V - designar, entre os associados, dirigentes auxiliares, os quais poderão substituir os diretores em caso de impedimento temporário, quando não houver disposições estatutárias sobre o caso; VI - autorizar operações financeira, até o limite estabelecido pela Assembléia Geral; VII - providenciar a execução de quaisquer obras, reparos ou consertos imprescindíveis às atividades normais da associação; VIII - propor reforma do Estatuto e do regimento Interno à Assembléia Geral; IX - elaborar balancetes financeiros mensais e balanço anual. § 1º - Compete ao Diretor Presidente: I - representar a associação em juízo ou fora dele; II - coordenar todas as atividades sociais, de acordo com o presente Estatuto e demais normas; III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral; IV - assinar com o secretário a documentação da associação; V - assinar os documentos que se refiram à movimentação financeira; VI - elaborar relatórios anuais para aprovação da Assembléia Geral; VII - dirigir, administrar, organizar, deliberar, baixar determinações e ordens de serviços, admitir/demitir auxiliares e empregados, autorizar e aprovar inserções e programações radiofônicas, autorizar compras e serviços, bem como designar funções e tarefas dos auxiliares, empregados e diretores, em fim exercer todas as atividades inerentes ao funcionamento da rádio comunitária. § 2º - Compete ao Diretor Vice Presidente: I - substituir o Diretor Presidente nas licenças, férias, faltas e impedimentos, assumindo a presidência, em caso de vaga, até a posse do novo titular, na forma do regimento interno; II - desempenhar atribuições delegadas pelo Diretor Presidente. § 3º - compete ao Diretor Secretário: I - organizar e manter em ordem os serviços de secretaria; II - assessorar o Diretor Presidente durante as reuniões e substituí-lo, em suas faltas e impedimentos; III - redigir e encaminhar ao Diretor Presidente a correspondência de rotina a ser expedida, dentro de suas funções; IV - assinar com o Diretor Presidente a documentação dirigida a terceiros; V - redigir as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral; VI - cientificar os interessados, através de edital a ser fixado na sede social, a respeito das reuniões convocadas pela Diretoria ou pelo Diretor Presidente. § 4º - Compete ao Diretor Executivo: I - substituir o Diretor Vice Presidente na sua falta, impedimento ou licença; II - supervisionar, orientar e fiscalizar o funcionamento da área administrativa da associação; III - exercer outras competências que lhe venham a ser determinadas pelo Diretor Presidente, bem como auxiliá-lo na direção da rádio comunitária. Art. 22º - A Diretoria somente poderá aceitar auxílio, doação, contribuição ou subvenção, bem como firmar convênios, quando estiverem eles desvinculados de compromissos que modifiquem o objetivo da associação e não prejudiquem as suas atividades normais, para que seja preservada, em qualquer hipótese, a sua total independência administrativa. Seção III - Do Conselho Fiscal. Art. 23º - O Conselho Fiscal é o Órgão de fiscalização da associação, sendo composto de três membros titulares e até três membros suplentes, todos associados efetivos, eleitos e considerados empossados pela Assembléia Geral. § 1º - O Conselho Fiscal poderá ser convocado, em caráter extraordinário, mediante deliberação da Diretoria ou por solicitação escrita de um dos membros efetivos do Conselho Fiscal dirigida ao Presidente. § 2º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de dois anos, podendo ser reeleitos, isolados ou conjuntamente. Art. 24º - Compete ao Conselho Fiscal: I - dar parecer nos balancetes financeiros mensais e no balanço anual; II - impugnar as contas quando necessário; III - reunir-se mensalmente ou quando julgar conveniente; IV - fiscalizar a gestão econômico-financeira da associação. CAPÍTULO V - DAS ELEIÇÕES. ART 25º - A eleição dos membros da Diretoria e do conselho Fiscal será realizada a cada dois anos, no mês de dezembro, na seguinte forma: I - convocada a Assembléia Geral, serão escolhidos dois..... segue ficha 03...

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

membros para auxiliar a eleição; **II** – não será permitido o voto por procuração; **III** – somente poderá votar o associado que estiver quite com os seus deveres e obrigações junto à associação; **IV** – apurados os votos e resolvidas as impugnações, se houver, o presidente da mesa proclamara os eleitos e a posse se dará de imediato, assumindo o exercício ao final da Assembléia Geral. **CAPÍTULO VI – DA PROGRAMAÇÃO. Art. 26º** – A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária. **Parágrafo Único** – Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação. **CAPÍTULO VII – DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO. Art. 27º** – O Patrimônio e Receita da ARCOM será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural. **Parágrafo Único** – Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado. **CAPÍTULO VIII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO. Art. 28º** – Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes. **Art. 29º** – A dissolução da ARCOM ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênera, definida na Assembléia. **Art. 30º** – Pela exoneração, saída ou outra forma qualquer de abandono, a nenhum associado será lícito pleitear ou reclamar direitos ou indenizações, sob qualquer título, forma ou pretexto, por possuir, apenas, a condição de associado. **Art. 31º** – Não será permitida, aos associados e dirigentes, a representação por meio de procuração, para o exercício de quaisquer de suas atribuições. **Art. 32º** – O exercício social coincidirá com o ano civil. **Art. 33º** – A associação poderá firmar acordos, convênios e parcerias com outras organizações, visando à execução de todas as finalidades previstas neste Estatuto e no seu Regimento Interno. **§ 1º** – Os acordos, convênios e parcerias serão precedidos da verificação de que a organização possui nível de orientação compatíveis com a prestação dos serviços a serem conveniados. **§ 2º** – Os instrumentos do acordo, do convenio e da parceria consignarão normas de controle e fiscalização da ajuda prestada pela associação, inclusive a sua automática cessação pelo descumprimento do ajuste. **§ 3º** – A associação, independente de celebrar ou não termo de parceria com o Poder Público, na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras deverá observar os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade. **§ 4º** – Haverá a prestação de contas de eventuais recursos advindos dos Poderes Públicos, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal. **Art. 34º** – A associação, ao término de cada exercício social, dará publicidade, por qualquer meio eficaz, do relatório de atividades e das demonstrações contábeis e financeiras, bem como providenciara as certidões de débito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de colocar tais documentos à disposição dos interessados. **Parágrafo Único** – Nos exercícios em que a associação receber recursos oriundos de termos da parceria firmado com o Poder Público, as demonstrações contábeis e financeiras poderão ser auditadas por auditores externos independentes. **Art. 35º** – Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ad referendum da Assembléia Geral. **Art. 36º** – Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso, a AG, pelo associado que se achar prejudicado. **Art. 37º** – O presente estatuto foi aprovado na AG de 30 de junho de 2007 e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar. a) Ass. Ilegível Evaldo Praça Ferreira. a) Ass. Ilegível Wanderléia Carvalho Campos. a) segue no verso..

R. Raimundo Lima, 32 – Barra do Itapemirim - CEP 29.349-000-- Marataízes (ES) - Fone/Fax (028) 3532-3736

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/20

REGISTRO

FICHA

103

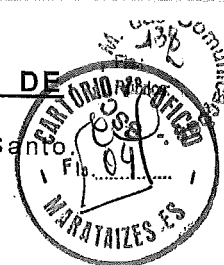
03 verso

Ass. Ilegível Eliberto Silva Pereira. a) Ass. Ilegível Maria de Fátima Delbona. a) Ass. Ilegível Flavio de Figueiredo Guimarães. OAB/ES 13.189. CARIMBO. Cartório do WALMERY. MARATAÍZES. Wallace C. da Hora. Titular. Jussara V. M. A. Hora. Luiz Alexandre da Silva. Márcio A. C. Leite. Esc. Auxiliares. Av. Rubens Rangel, 1740. Marataízes - Esp. Santo. Tel (0xx) 28 3532-2412. Reconheço a(s) Firma(s) supra de Evaldo Praça Ferreira e dou fé. Marataízes, ES 02 JUL 2007. Em testº (Ass. Ilegível) da verdade. a) Ass. Ilegível. Conforme Ata de eleição da Assembléia Geral de Constituição da Associação Rádio Comunitária de Marataízes - ARCOM, datada de 30/06/2007, foi aprovado o Estatuto e a Diretoria ficou composta pelos seguintes membros: Diretor Presidente - Evaldo Praça Ferreira; Diretor Vice Presidente - Eliberto Silva Pereira; Diretor Secretário - Wanderléia Carvalho Campos; Diretor Executivo - Maria de Fátima Delbona; Conselho Fiscal - Marilce Porto Fernandes Demoreno, Ana Maura do Rosário Machado, Eduardo Leonardo Ribeiro, Nailda Leonardo Ribeiro, Ricardo Pepe Reis, Danusa Magalhães Cardoso. Era o que se continha no Estatuto, ora transcrito do seu próprio original com o qual confiro e dou fé. Enilze Marques Paz/ Esc. Auxiliar. O Oficial.

Dorian Glauro de Moreno

R-001-00.103 protocolo n.º 03.125 de 04/05/2009. **ALTERAÇÃO.** A Alteração do Estatuto da Associação Rádio Comunitária de Marataízes - ARCOM, foi aprovada em Ata de 26/01/2009, alterando-se o seguinte: **Artigo 1º, §3º**, passa a ter seguinte redação: A ARCOM utilizará como denominação fantasia RÁDIO VIDA e reger-se-á pelas disposições deste Estatuto e pelas Leis vigentes no território Nacional. **Artigo 4º**, passa a ter a seguinte redação: **Art. 4º** - A ARCOM tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE REDIÓFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como: **I** - Não há, entre os associados e beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, sexo, cor, condição social e credo, político ou religioso. **II** - Todos os cargos de direção são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nessa condição, a remuneração de qualquer natureza. **III** - Não há distribuição, aos associados, colaboradores ou dirigentes, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio social, auferido mediante o exercício das atividades sociais. **IV** - Todas as receitas e despesas são escrituradas regularmente, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais. **V** - Na manutenção das finalidades e dos objetivos da associação, todos os recursos são aplicados no território nacional. **Artigo 5º** passa a ter dois parágrafos, a saber: **Parágrafo Primeiro:** Poderá ser associado, de qualquer categoria, todos os cidadãos, bem como pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliados na localidade. **Parágrafo Segundo:** Os associados, independente da categoria, não respondem subsidiariamente, nem solidariamente pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizado pela Diretoria. **Artigo 6º** passa a ter a seguinte redação: **Art. 6º** - A Admissão do associado dar-se-á por meio do preenchimento de formulário próprio. O **Artigo 8º** tem nova redação: **Art. 8º** - São direitos dos associados: **I** - votar na Assembléia Geral e ser votado para os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos; **II** - participar, desfrutar benefícios e vantagens assegurados pela associação, desde que sejam atendidas as disposições do Regimento Interno e demais regulamentos; **III** - assistir às reuniões sociais e participar de eventos e atividades promovidos pela associação, conforme dispuser o Regimento Interno, bem como ter voz nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes. **Parágrafo Único** - No caso do associado ser pessoa jurídica, o representante legal da pessoa jurídica terá o direito de exercer as atividades elencadas no inciso III deste artigo. **Artigo 37** passa a ter a seguinte redação: O presente Estatuto, com a sua primeira alteração, foi aprovado na AGE de 26 de janeiro de 2009, averbando-se a este registro todas as alterações que passar. O Oficial.

Dorian Glauro de Moreno



Av-002-00.103 protocolo n.º 03.184 de 29/09/2009. **ATA DE ELEIÇÃO E POSSE.** Certifico e dou fé, que conforme Ata datada de 11/09/2009, foi realizada a eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal, ficando compostos pelos seguintes membros: DIRETOR PRESIDENTE - Evaldo Praça Ferreira; DIRETOR VICE PRESIDENTE - Eriberto Silva Pereira; DIRETORA SECRETÁRIA - Wanderléia Carvalho Campos; DIRETORA EXECUTIVA - Maria de Fátima Delbona; CONSELHO FISCAL - Marilce Porto Fernandes de Moreno, Eduardo Leonardo Ribeiro; Suplentes: Nailda Leonardo Ribeiro, Ricardo Pepê Reis, Danusa Magalhães Cardoso. O Oficial.

[Assinatura]
p/ Dorian Glauro de Moreno

1º Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil
das Pessoas Jurídicas

DORIAN GLAURO DE MORENO

Oficial

A presente Certidão foi expedida nos
termos do Art. § 19 1º da Lei 6.015
de 31/12/1973 com alterações da Lei
nº 6216 de 30/06/75

Marataízes - ES 29 / 09 / 2009

Oficial

[Assinatura]
p/ Dorian Glauro de Moreno
Car. Reg. Geral de Imóveis
e Prol. de Títulos



Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
Poder Judiciário
Estado do Espírito Santo

AAF 32565



CEDULA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Assinatura do Titular

POLEGAR DIREITO
ES

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL Nº 349

FRIBERTO SILVA PEREIRA

Antônio Pereira e Lindoneza Pereira

16.12.1957

16.12.1982

Assinatura do Titular

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO

INSCRIÇÃO NO CPF

16.12.57

620.766.127-34

CONTRIBUINTE

FRIBERTO SILVA PEREIRA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE


DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE


Assinatura do Contribuinte

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

COLEÇÃO ALBA MODOLO ENFERMEIRA NACIONAL **COLEÇÃO**
 NOME: ALBA MODOLO ENFERMEIRA NACIONAL
 Nº: 123456789
 DATA DE NASCIMENTO: 12/03/1944
 DATA DE EXPIRAÇÃO: 12/03/2004
 ENDEREÇO: RUA DA PAZ, 1234 - JARDIM PAZ - SÃO PAULO - SP
 CEP: 01234-567
 ASSINATURA: 
 LOCAL: SÃO PAULO - SP
 DATA: 12/03/2004

COLEÇÃO ALBA MODOLO ENFERMEIRA NACIONAL **COLEÇÃO**
 NOME: ALBA MODOLO ENFERMEIRA NACIONAL
 Nº: 123456789
 DATA DE NASCIMENTO: 12/03/1944
 DATA DE EXPIRAÇÃO: 12/03/2004
 ENDEREÇO: RUA DA PAZ, 1234 - JARDIM PAZ - SÃO PAULO - SP
 CEP: 01234-567
 ASSINATURA: 
 LOCAL: SÃO PAULO - SP
 DATA: 12/03/2004

COLEÇÃO ALBA MODOLO ENFERMEIRA NACIONAL **COLEÇÃO**
 NOME: ALBA MODOLO ENFERMEIRA NACIONAL
 Nº: 123456789
 DATA DE NASCIMENTO: 12/03/1944
 DATA DE EXPIRAÇÃO: 12/03/2004
 ENDEREÇO: RUA DA PAZ, 1234 - JARDIM PAZ - SÃO PAULO - SP
 CEP: 01234-567
 ASSINATURA: 
 LOCAL: SÃO PAULO - SP
 DATA: 12/03/2004

COLEÇÃO ALBA MODOLO ENFERMEIRA NACIONAL **COLEÇÃO**
 NOME: ALBA MODOLO ENFERMEIRA NACIONAL
 Nº: 123456789
 DATA DE NASCIMENTO: 12/03/1944
 DATA DE EXPIRAÇÃO: 12/03/2004
 ENDEREÇO: RUA DA PAZ, 1234 - JARDIM PAZ - SÃO PAULO - SP
 CEP: 01234-567
 ASSINATURA: 
 LOCAL: SÃO PAULO - SP
 DATA: 12/03/2004

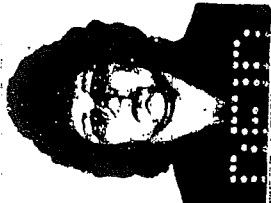
SERVA
 MINISTÉRIO DAS PESSOAS
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, 09/11/2004

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SPTC/DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR
Nailda Leonardo Ribeiro

CARTÃO DE IDENTIDADE

ITAPÉIRIM



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1 221.457-ES DATA DE EXPEDIÇÃO 16.04.1992

NOME NAILDA LEONARDO RIBEIRO

FILIAÇÃO ANANIAS LEONARDO E DEUCENITA SANTIAGO LEONARDO

NATURALIDADE ITAPÉIRIM - ES DATA DE NASCIMENTO 15.05.1958

DOO ORIGEM CERT. CAS 760 FL. 4070 MV. 27 CRC N.N. CALIXTO

ITAPÉIRIM - ES 07.12.1974

CPF 017.061.737-84

ASSINATURA DO DIRETOR
Nailda Leonardo Ribeiro

LEIN 7.116 DE 29/06/93

032

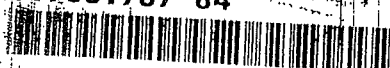
MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome NAILDA LEONARDO RIBEIRO

Nº de inscrição 017061737-84

Data do Nascimento 15/05/58



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
Nailda Leonardo Ribeiro
NAILDA LEONARDO RIBEIRO

S
E
R
V
I
D
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 06/12/93

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 01.11.10

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/11/10

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 798.127-ES DATA DE EXPEDIÇÃO 01.10.1985

NOME MARILSE PORTO FERNANDES

FILIAÇÃO Geraldo de Souza Fernandes
Heracélia Porto Fernandes

Cidade Itapemirim-ES DATA DE NASCIMENTO 12.02.1967

NATURALIDADE

DOC ORIGEM Cert.Nasc.nº 5.404.L.A-05.fls.251-V.exp.CRC de R.V.Almakdice,C.de Itapemirim-ES,17.01.1980

CPF

ASSINATURA DE OUTRO CORRETORE

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

031069087-00

MARILSE PORTO FERNANDES DE MORENO

12.02.67

ASSINATURA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 40

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SPTC/DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ITAPEMIRIM

Eduardo Leonardo Ribeiro
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.249.982 -ES DATA DE EXPEDIÇÃO 29.12.1992

NOME EDUARDO LEONARDO RIBEIRO

FILIAÇÃO ELISEU RIBEIRO E DIRCEALVA LEONARDO RIBEIRO

NATURALIDADE ITAPEMIRIM - ES DATA DE NASCIMENTO 28.02.1974

DOC ORIGEM CERT NASC 3628 FL 39 V LV 41 CRC G.G. DA FONSECA
ITAPEMIRIM - ES - 04.03.1974
CPF 034.633.847-60

ASSINATURA DO DETECTOR
LEI Nº 11.116 DE 29/08/83

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura *Eduardo Leonardo Ribeiro*
EDUARDO LEONARDO RIBEIRO


EDUARDO LEONARDO RIBEIRO
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em 06/12/93

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome EDUARDO LEONARDO RIBEIRO

No. de inscrição 034633847-60 Data do Nascimento 28/02/74



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10


MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FISICAS

Nome: DANUZA MAGALHAES CARDOSO

Data do Nascimento: 04/02/68


Nº de Inscrição: 008135287-55




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INTERFUNDAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

1



1



Carteira de Identidade

Danuza Magalhães Cardoso

ASSINATURA

DANUZA MAGALHAES CARDOSO

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 14/09/96

Este documento é a comprovação de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FISICAS, sob o nº 008135287-55, e a validade do território nacional. Nos atos de identificação, este documento deve ser apresentado.

EXAMENHO E TITULO NACIONAL

968.218-ES

DANUZA MAGALHAES CARDOSO

Danuza Cardoso de Souza
Danusa Magalhães Cardoso

01-02-1968

Cartão Nacional de Identificação

008135287-55

01-02-1968

SERVIÇO NACIONAL FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09.11.40

Das Comunicações
Rúbrica
056


MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: DANUZA MAGALHÃES CARDOSO

Nº de Inscrição: 008135287-55

Data do Nascimento: 04/02/68



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

968218455

DANUZA MAGALHÃES CARDOSO



26-08-1988

04-02-1968

POLEGAR DIREITO

CARTÃO DE IDENTIDADE

Assinatura: Danuza Magalhães Cardoso

Assinatura
Rubrica
Data

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 14/09/95

Assinatura: Danuza Magalhães Cardoso

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF). Válido a partir de 01/01/95. Não é necessário apresentar este documento em qualquer situação.

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

968218455

DANUZA MAGALHÃES CARDOSO

26-08-1988

04-02-1968

Assinatura: Danuza Magalhães Cardoso

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10


MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: **DANUZA MAGALHÃES CARDOSO**

Data de Nascimento: **04/02/68**

Nº de inscrição: **008135287-55**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

CI

POLEGAR DIREITO

Consigna Manoel Soares Cardoso

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ass. das Comunicações
1968

Consigna

DANUZA MAGALHÃES CARDOSO

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: **14/09/96**

Este documento é o resultado do cadastramento no CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS FÍSICAS - CPF. A validade é nacional e não se altera com o tempo.

Consigna

DANUZA MAGALHÃES CARDOSO

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: **26-01-1968**

Este documento é o resultado do cadastramento no CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS FÍSICAS - CPF. A validade é nacional e não se altera com o tempo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

Min. das Comunicações
 208

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.563.938 -ES

DATA DE EXPEDIÇÃO 10.10.1976

NOME RICARDO PEPE REIS

FILIAÇÃO ALTAIR ROBERTY REIS E YOLANDA PEPE REIS

NATURALIDADE CANDEIRO DE ITAPEMIRIM - ES

DOC. ORIGEM CERT. CAS. 1351 FL. 56

RIBEIRÃO DAS NEVES - MG - 30.03.1952

CRC 6 LABES

007.977.877-97

DATA DE NASCIMENTO 26.02.1970

160230835

ITAPEMIRIM-ES

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL

SPTO/DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO


POLEGAR DIREITO

CARTÃO DE IDENTIDADE


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, 09/11/76

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 EST. DE MINAS GERAIS
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PII 1492-3



POLEGAR DIREITO



Wandereia Carvalho Campos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

919

NASCIMENTO 29/10/66

INSCRIÇÃO NO CPF 584.211.576-04

CONTRIBUINTE

WANDEREIA CARVALHO CAMPOS

VALIA N.º 17
 SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

WANDEREIA CARVALHO CAMPOS

WANDERLEI CASTEMIRO DE CAMPOS

GERALDA MARIA CARVALHO CAMPOS

DATA DE NASCIMENTO 29/10/1966

CPF 584.211.576-04

3. ANA

Wandereia Carvalho Campos

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICOS E FISCAIS

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Min. das Comunicações
 24/10/66

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em 09/11/10



DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo Nº. 53000.038180/2007, relativo à solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, abaixo assinada, por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 7.1, alínea "i" da Norma Complementar Nº 01/2004 – Serviço de Radiodifusão Comunitária ;

Evaldo Praça Ferreira

Evaldo Praça Ferreira – Diretor Presidente.

Eriberto Silva Pereira

Eriberto Silva Pereira – Diretor Vice Presidente.

Maria de Fátima Delbona

Maria de Fátima Delbona – Diretora Executiva.

Marilce Porto Fernandes de Moreno

Marilce Porto Fernandes de Moreno – Conselheira Fiscal.

Eduardo Leonardo Ribeiro

Eduardo Leonardo Ribeiro – Conselheiro Fiscal.

Nailda Leonardo Ribeiro

Nailda Leonardo Ribeiro – Suplente do Conselho.

Ricardo Pepe Reis

Ricardo Pepe Reis – suplente do Conselho.

Danusa Magalhães Cardoso

Danusa Magalhães Cardoso – Suplente do Conselho.

Wanderléia Carvalho Campos

Wanderléia Carvalho Campos – Diretora Secretária.

Endereço p/ correspondência: Rua: Padre Henrique Huben, 80 - Bairro: Cidade Nova.
Marataízes - Estado do Espírito Santo - CEP 29.345-000;
Telefone para contato: (28) 3532.1877; (28) 9945-6100
Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COPIA ORIGINAL
Em, 09/11/10



DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo Nº. 53000.038180/2007, relativo à solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, de que todos os meus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso; de acordo com o subitem 7.1, alínea "h" da Norma Complementar Nº 01/2004 – Serviço de Radiodifusão Comunitária.

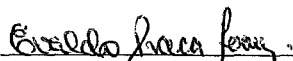
Evaldo Praça Ferreira
Evaldo Praça Ferreira
Diretor Presidente

Endereço p/ correspondência: Rua: Padre Henrique Huben - 80, Bairro: Cidade Nova.
Marataízes - Estado do Espírito Santo - CEP 29.345-000;
Telefone para contato: (28) 3532-1877 - (28) 9945-6100
Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo Nº. 53000.038180/2007, relativo à solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o subitem 7.1, alínea "j" da Norma Complementar Nº 01/2004 – Serviço de Radiodifusão Comunitária.


Evaldo Praça Ferreira
Diretor Presidente

Endereço p/ correspondência: Rua: Padre Henrique Huben - 80, Bairro: Cidade Nova.
Marataízes - Estado do Espírito Santo - CEP 29.345-000;
Telefone para contato: (28) 3532.1877 – (28) 9945-6100
Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10




DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo Nº. 53000.038180/2007, relativo à solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, especificando o endereço completo da sede da entidade, de acordo com o subitem 7.1, alínea "g" da Norma Complementar Nº 01/2004 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, abaixo:

Endereço para correspondência: Rua Padre Henrique Huben, 80, Bairro Cidade Nova.
Marataízes - Estado do Espírito Santo - CEP 29.345-000;
Telefone para contato: (28) 3532-1877; (28) 9945-6100
Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,

Evaldo Praça Ferreira
Evaldo Praça Ferreira
Diretor Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09 / 11 / 10

DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE




EVALDO PRAÇA FERREIRA, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES – ARCOM**, declaro para os devidos fins que:

- o nome fantasia da Entidade ou da emissora, se este for utilizado, será **VIDA - FM**.

Marataízes, 11 de setembro de 2009.


EVALDO PRAÇA FERREIRA

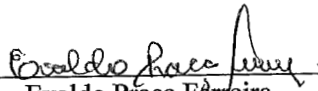
Endereço para correspondência: Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000,
Telefone para contato: (28) 3532.1877;
Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10




ENDERECOS DOS CONSELHEIROS DA RÁDIO COMUNITÁRIA

1. Eriberto Silva Pereira
Rua: Dr. Brício Mesquita, 32 Centro - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-1651
2. Wanderléia Carvalho Campos
Rua: Cajueiro, 444 Arraias - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 9982-2051
3. Ana Maura Rozário Machado
Rua: Santilho Machado, 100 Belo-Horizonte - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-1668
4. Marilce Porto Fernandes de Moreno
Rua Airton de Moreno, 121 Ilmenita - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-2772
5. Náilda Leonardo Ribeiro
Rua Guaçuá, 250 Centro Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-3337
6. Ricardo Pepe Reis
Av. Rubens Rangel, 491 Apt. 201 Centro - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-2941
7. Danuza Magalhães Cardoso
Rua: Oliveira Sobrinho, 145 Barra do Itapemirim - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-2474
8. Maria de Fátima Delbona
Rua: Antonio Barcelos Vieira, 170 Cidade Nova - Marataízes.
CEP: 29.345-000
Tel: (28) 3532-5137


Evaldo Praça Ferreira
Diretor Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10


Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo relativo a solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada em original ou cópia autenticada e em conformidade com o subitem 7.2 da Norma Complementar nº 1/2004, bem como as afirmações feitas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.


Evaldo Praça Ferreira
EVALDO PRAÇA FERREIRA

Endereço para correspondência: Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, CEP 29.345-000;
Telefone para contato: (28) 3532.1877;
Correio eletrônico (e-mail): evaldopferreira@gmail.com,

Pretende instalar o sistema irradiante de sua estação na Rua Padre Henrique Huben, 80, no Bairro Cidade Nova, na cidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo, de coordenadas geográficas: 21° 01' 24,69"S de latitude e 40° 49' 02,10"W de longitude.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

CAÇÃO ELETRÔNICA
VIÇOS
OR 3º ANDAR-



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

PESO / WEIGHT (kg) 0,140
VALOR DECLARADO / INSURED VALUE

1 4 8 8 4 5 3 2 . 7 BR

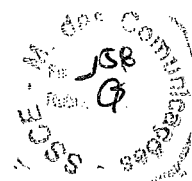
Barcode

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/09

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.038180/07 Localidade/UF: Marataizes/ES
 Entidade: Associação Rádio Comunitária de Marataizes
 Aviso: 25 Publicação: 07/05/2007 Prazo: 21/06/2007 Canal: 200



COORDENADAS		
	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	21S0125	21S0236
Longitude	40W4902	40W4928

DISTÂNCIA	
Distância A:B (IBGE)	2.32

Processo						
1.	Entregou documentação tempestivamente?				Sim	
2.	Endereço da Antena Proposta					
Rua Padre Henrique Huben, 80 , Cidade Nova						
2.1.	Endereço do Studio					
Rua Padre henrique huben , nº80 , Cidade Nova						
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)					
	Número do Processo		Distância		Status	
	53660.000032/00		2.320,00		ARQ	
4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)					
	Lote	Processo	Município	UF	Distância	Status
	21	53000.063515/06	Itapemirim	ES	2.360,00	EX2
	5	53660.000839/98	Marataizes	ES	2.360,00	ARQ
5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal				ACO	
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?				Não	
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.				Sim	
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?				Sim	
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?				Sim	
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora					
Rua Padre Henrique Huben, 80 , Cidade Nova						
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?				Sim	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.038180/07 Localidade/UF: Marataizes/ES
Entidade: Associação Rádio Comunitária de Marataizes
Aviso: 25 Publicação: 07/05/2007 Prazo: 21/06/2007 Canal: 200



12. Conclusão da Análise

Em relação a primeira análise técnica, o processo encontra-se instruído .Pedir projeto técnico .

Regina Aparecida Monteiro.
(Analista)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 10

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO



ANÁLISE DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Referente Ofício nº 3625 /0 /RADCOM/DOS/SSCE-MC

de 22/10/2009

Processo nº 53 000 038 180 /2007 Localidade: MARATIZES

Entidade: ASSOCIAÇÃO Rádio Comunitária de Maratizes

- () única entidade no local ou;
() com concorrentes: () arquivado(s), () em análise, () em exigência, () instruído

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

- () Cumpridas integralmente – Processo instruído (1ª Fase) .
() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação abaixo descrita:
() Cumpridas integralmente – Processo instruído (2ª Fase) – ENTIDADE HABILITADA

Observações:

Pedir projeto técnico

Brasília, 04/11/08

Analista responsável:

SIAPÉ: 1320288

EXIGÊNCIAS JURÍDICAS:

- () Cumpridas integralmente
() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação:

Observações:

O processo encontra-se juridicamente regular instruído

* CONTINUAÇÃO VERSO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

SEDE: Fls. 153 - Rua Padre Henrique Huber, 80 Bairro Cidade Nova
Mantatores - ES

DENOMINAÇÃO FANTASIA: Fls. 154 - VIDA - FM

DENOMINAÇÃO:

CNPJ - FLS.

ESTATUTO SOCIAL - FLS.

ATA DE FUNDAÇÃO/CONSTITUIÇÃO - FLS. 154

ATA DE ALTERAÇÃO/DEFINIÇÃO DA DENOMINAÇÃO - FLS.

DIRETORIA: VÁLIDA ATÉ: 11 / 09 / 2011 MANDATO: 2 ANOS - ART. 20º
MEMBROS FLS. 133

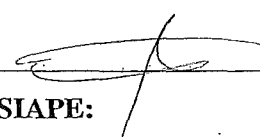
Diretor Presidente - Evaldo Praça FERREIRA BMF

Diretor Vice Presidente - Eriberto Silva PEREIRA BMF

Diretora Executiva - Maria de Fátima Delbona BMF

Declaração - FLS. 152, 153, 156

Brasília, 22 / 10 / 2009

Analista responsável: 

SLAPE:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 04, 11 / 10



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3311-6177 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 5664 /2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 05 de novembro de 2009.

Ao Senhor
EVALDO PRAÇA FERREIRA
Associação Rádio Comunitária de Maratáizes
Rua Padre Henrique Huben, 80 no Bairro Cidade Nova
29345000/ Maratáizes/ Espírito Santos

Assunto: **Solicitação de Documentação**

Senhor Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n.º 53000038180/2007, na localidade de **Maratáizes - RS**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, solicitamos a V. Sª que sejam enviados os seguintes documentos:

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

toda documentação elencada no **subitem 12.1 e suas alíneas** da Norma Complementar 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23/01/04, ou seja, o **Projeto Técnico**, que consiste da seguinte documentação :

A. Formulário de Informações Técnicas, devidamente preenchido e assinado pelo Engenheiro responsável, contendo as características técnicas de instalação e operação pretendidas para a estação do RadCom., conforme disposto no subitem 12.1 alínea “a”.


B. declaração firmada pelo representante legal da entidade, conforme disposto no subitem 12.1, alínea “b” e subalíneas “b.1” e “b.2” da Norma Complementar 01/2004 , ou seja:

b.1) declaração de que na ocorrência de **interferências prejudiciais** causadas pela estação, interromperá imediatamente suas transmissões até que essas sejam sanadas;

b.2) declaração de que na ocorrência de **interferências indesejáveis** causadas pela estação, caso essas não sejam sanadas no prazo estipulado pela ANATEL, interromperá suas transmissões;

C. planta de arruamento em escala compatível com a área da localidade objeto da outorga, e que permita a visualização do nome das ruas, assinalando o local de instalação do sistema irradiante, de modo a constar as coordenadas geográficas, o traçado de circunferência de

RFP – DOS/SSCE-MC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

162
Q

até um quilômetro de raio, que delimita a área abrangida pelo contorno de 91 dBμ, o local da sede da entidade. Em conforme disposto no subitem 12.1, alínea "c" da Norma Complementar 01/2004;

D. diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, emitido pelo fabricante, com a indicação do Norte Verdadeiro; diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "d" da Norma Complementar 01/2004. Este diagrama deverá ser correspondente ao indicado no item 8 do formulário de informações técnicas.

E. Declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 18.2.7.1 ou estudo específico, conforme determina o item 18.2.7.1.1, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "e" da Norma Complementar 01/2004;

G. declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na localidade, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "f" da Norma Complementar 01/2004;

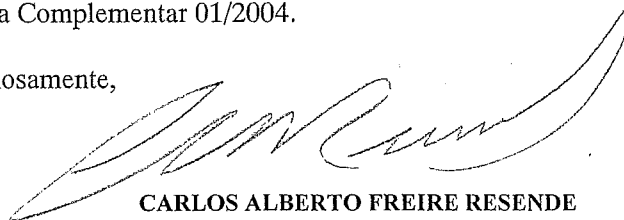
H. parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91dBμ da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "g" da Norma Complementar 01/2004;

I. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "h" da Norma Complementar 01/2004; acompanhada de comprovante de pagamento ou autenticação bancária.

Será facultado a essa entidade, **no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento deste ofício que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento)**, apresentar os itens solicitados sob pena de arquivamento do processo.


Outrossim, informamos que o referido prazo poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, desde que a requerente apresente, no prazo para cumprimento das exigências, uma solicitação formal neste sentido e ainda, toda a **documentação enviada deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada**, conforme determinação disposta no subitem 7.3 da Norma Complementar 01/2004.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

RAM- Proc. Nº 53000038180/07- RADCOM/DOS/SSCE-MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10


29º EXIG

163
27

Marataízes - ES, 24 de novembro de 2009.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS**

Entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES

Assunto: Solicitação de Documentação

Referência: Processo nº 53000038180/2007

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 060419/2009-23

SEAPA/SCE

04/12/2009-07:55

A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.919.828/0001-50, vem, através de seu representante legal abaixo assinado, vem em atendimento ao Ofício Nº. 5664/2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC, de 05/11/2009, encaminhar a documentação técnica solicitada, de acordo com Norma Complementar nº 1/2004 do referido Serviço.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

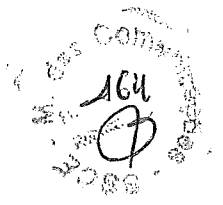
Evaldo Praça Ferreira
EVALDO PRAÇA FERREIRA
Presidente
CPF Nº 031.794.997-70

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/2009

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

09/12/2009
Jauro

86760



Marataízes - ES, 24 de novembro de 2009.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS**

Entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES

Assunto: Solicitação de Documentação

Referência: Processo nº 53000038180/2007

A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.919.828/0001-50, vem, através de seu representante legal abaixo assinado, vem em atendimento ao Ofício Nº. 5664/2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC, de 05/11/2009, encaminhar a documentação técnica solicitada, de acordo com Norma Complementar nº 1/2004 do referido Serviço.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

Evaldo Praça Ferreira
EVALDO PRAÇA FERREIRA
Presidente
CPF Nº 031.794.997-70

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/2009

165
Φ

**PROJETO TÉCNICO DE ESTAÇÃO
TRANSMISSORA DE RADCOM, EM
MARATAÍZES-ES**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

8 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

A U A D C O R R E A E O U I P . E L E T D P B L F M / 8 7 - 1
 GANHOS max (Gt) ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO ALTURA DA TORRE ALTITUDE DO LOCAL
 0 , 0 dB 2 0 , 0 0 m 2 1 , 0 m 6 , 0 m

9 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

R F S B R A S I L R G C - 2 1 3

COMPRIMENTO (L)

ATENUAÇÃO EM 100 m (At)

PERDAS NA LINHA (PL)

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

3 0 , 0 m 3 , 8 dB 1 , 1 4 0 dB 0 , 7 6 9 1

Perdas na linha (PL) = $\frac{L \cdot A_t}{100}$

Eficiência da linha (Ef) = $10^{\frac{-PL}{10}}$

10 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

ERP (dBk) = $10 \log (Pt \cdot G_{ht} \cdot G_{vt} \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,7691) = -17,16$ dBk

Pt = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

E(dBμ) = $107 + ERP(dBk) - 20 \log d$ (km)

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

E(dBμ) = $107 + (-17,16) - 20 \log 1,0 = 89,84$ (dBμ)

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ.

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

O modelo completo da antena é: DPBLFM/87-108/0dB

13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

J O S É H E N R I Q U E C A R D O S O

REG.CREA

ENDEREÇO

3 5 2 2 - D R U A F E R R E I R A C O E L H O , 3 3 0

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

- S A L A 6 0 4 P R A I A D O S U Á

CIDADE

UF

V I T Ó R I A E S

CEP

TELEFONE

FAX

2 9 0 5 2 - 9 0 1 0 2 7 - 3 1 3 7 2 6 3 0 0 2 7 - 3 1 3 7 2 6 3 0

E-MAIL

e n l a c e . v i x @ t e r r a . c o m . b r

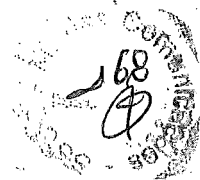
LOCAL

DATA

V I T Ó R I A - E S 2 4 / 1 1 / 2 0 0 9

ASSINATURA

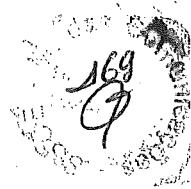
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, 09/11/10



PLANTA DE ARRUAMENTO

(Em anexo está sendo apresentada, imagem de satélite da localidade, com a indicação do local pretendido e de sua referência (Lagoa) através de marcadores, a fim de dirimir quaisquer dúvidas originadas da ausência do registro de denominação da rua, na planta de arruamento. Entretanto segue a lei municipal que a criou).

SEÇÃO DE APOIO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/20



**LEI MUNICIPAL DE CRIAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DE
ENDEREÇO DO LOCAL PRETENDIDO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09 / 11 / 10



170
087
Φ



SECRETARIA FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

172
Q

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS

SERVIÇO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/2000



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Certificado de Homologação
(Intransferível)

Nº **0680-03-0528**

Validade: **Indeterminada**

Emissão: **12/02/2009**

Fabricante:

AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA

PRAÇA DA PIRÂMIDE 90 CENTRO EMPRESARIAL, PREF. PAULO F. DE TOLEDO ARCO IRIS
37540-000 - SANTA RITA DO SAPUCAI - MG

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº TEL II - 183, emitido pelo **OCD - ACTA - Supervisão Técnica Independente**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do serviço ou aplicação a que se destina.

Tipo:

Transmissor de Radiodifusão Comunitária - Categoria II

Modelo(s):

SP5025

Serviço/Aplicação:

Serviço de Radiodifusão Comunitária

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
87,4 a 108,0	25,0	180KF3E
87,4 a 108,0	25,0	256KF8E

Potência de saída redutível até 8 W.

Quando do seu fornecimento, os produtos devem estar ajustados na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Observações:

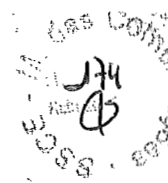
Este certificado substitui o de mesmo número emitido em 13/06/2003.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Maximiliano Salvadori Martinhão
Gerente Geral de Certificação e
Engenharia do Espectro

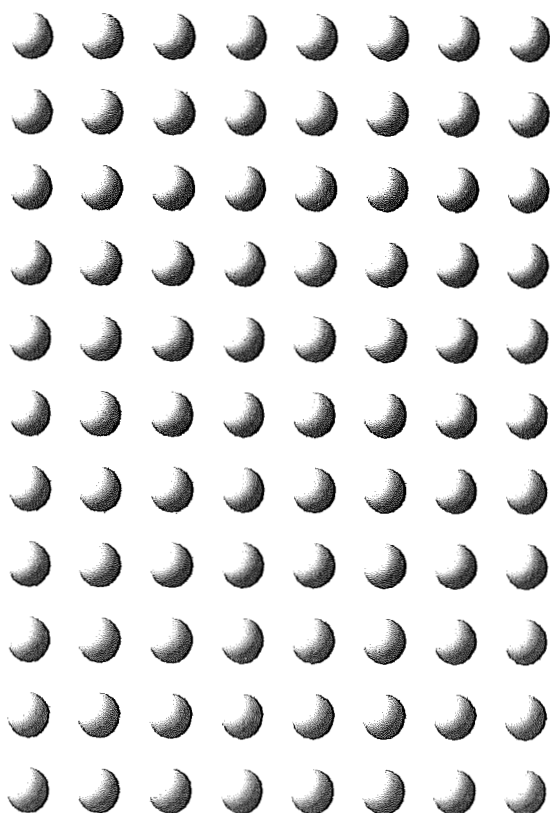
SECRETARIA DE POLÍTICA FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 08, 11, 40



DPBLFM/87-108/0dB

ANTENA DIPOLO BANDA LARGA PARA FM
87 a 108 MHZ

Laudo Técnico



Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda
Pç. da Pirâmide 90
Centro Empresarial
Santa Rita do Sapucaí - MG
Tel.: (0xx35) 3473 - 3700
www.teletronix.com.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 01/11/10



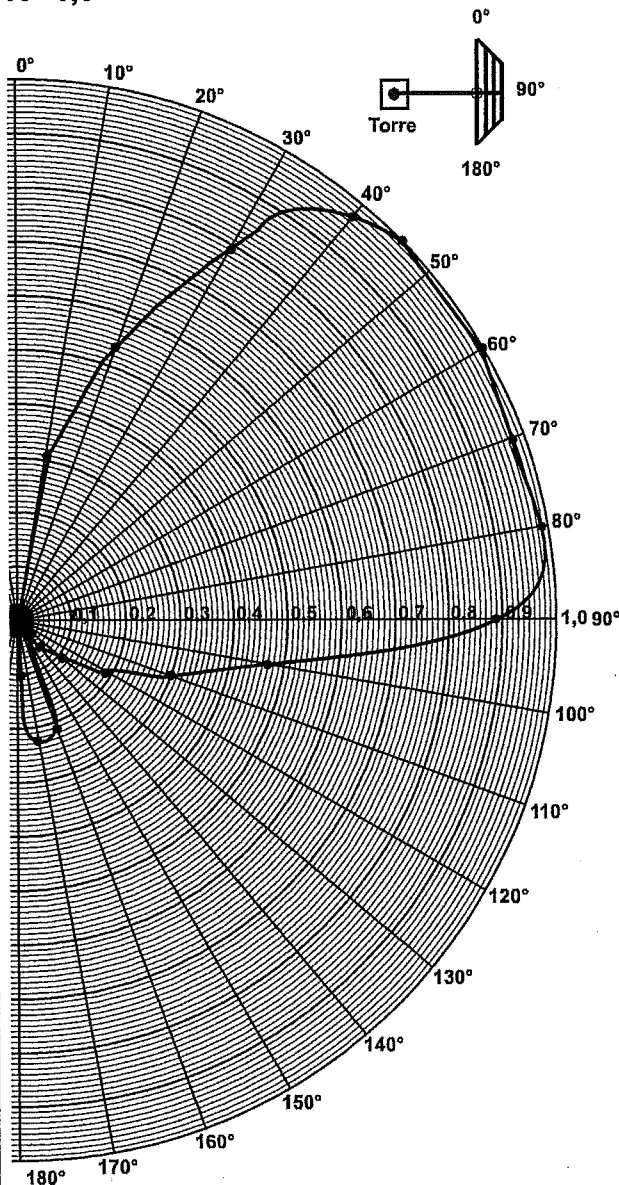
AUAD CORREA Equip. Eletr. Ltda
Pç. da Pirâmide 90, CENTRO EMPRESARIAL
Santa Rita do Sapucaí-MG-CEP:37540-000
Fone:0xx (35) 3473 3700

LAUDO TÉCNICO

INDICADA PARA TX-FM 87-108 MHZ

Diagrama de irradiação da antena Mod:DPBLFM/87-108/0dB

Plano: VERTICAL; Esc. 1:1 Gvt =1,0



CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- Fabricante: Auad Correa (Teletronix),
- Modelo: DPBLFM/87-108/0dB,
- Tipo: Antena Dipolo de 1/2 onda,
- Polarização: Linear (VERTICAL),
- Faixa de operação: 87 a 108 MHZ
- Perda por retorno: >15 dB'S
- Ganho: 1,0 a 45°,135°,225°,315° (dBd)
- Ght: 1,0; a 45°,135°,225°,315°
- Gvt: 1,0 a 45° do plano
- Diagrama de Irradiação: Onidirecional(hrz)

Resp.Téc:

Eng:Rogerio Correa

OBS:

O diagrama acima é para a antena
livre de qualquer obstáculo a 5,0 metros
montada em uma torre de 0,5m de diâmetro.

Folha 2 de 04

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10



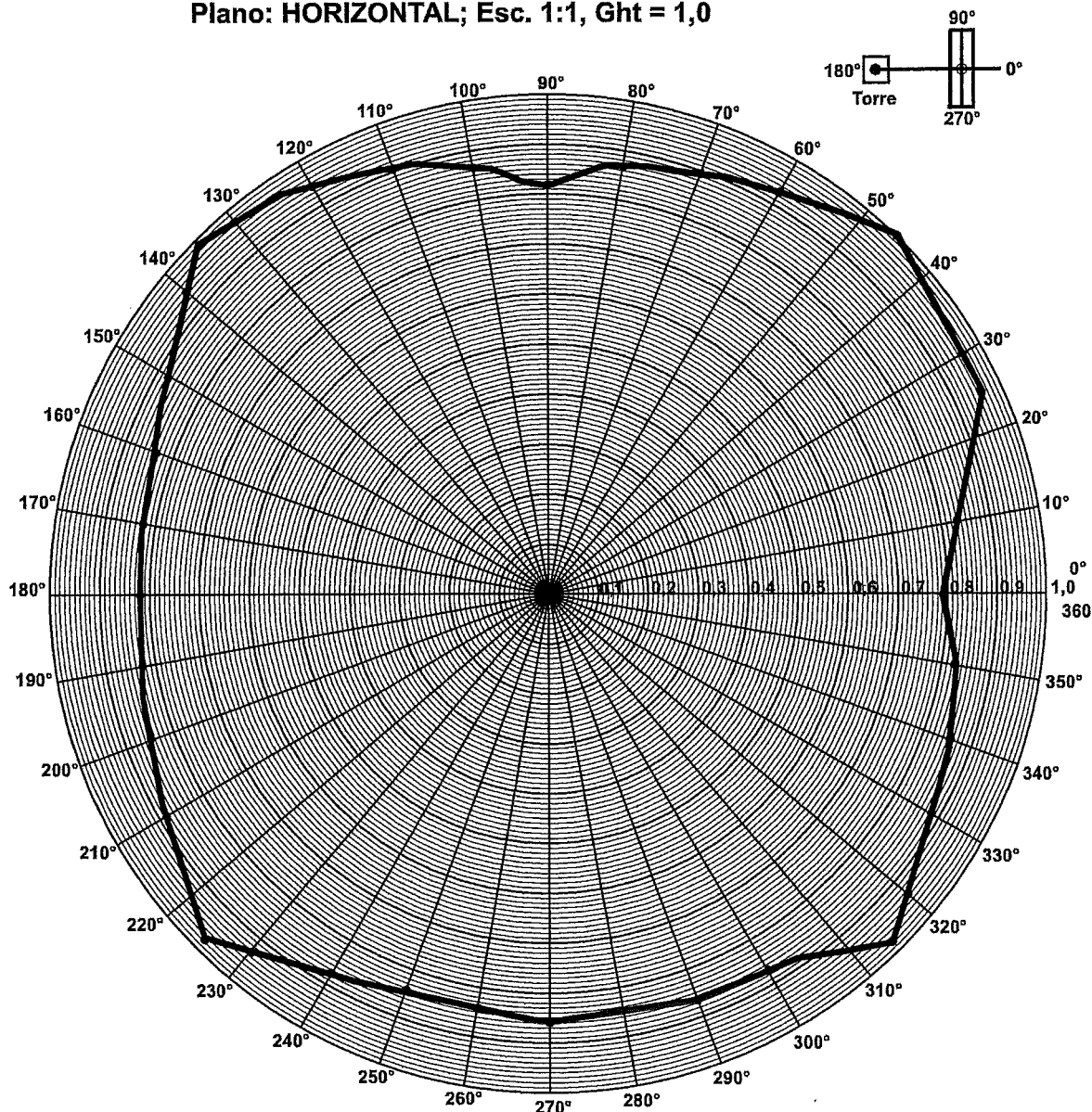
AVAD CORREA Equip. Eletr. Ltda
Pç. da Pirâmide 90, CENTRO EMPRESARIAL
Santa Rita do Sapucaí-MG-CEP:37540-000
Fone:0xx (35) 3473 3700

LAUDO TÉCNICO

INDICADA PARA TX-FM 87-108 MHZ

Diagrama de irradiação da antena Mod:DPBLFM/87-108/0dB

Plano: HORIZONTAL; Esc. 1:1, Ght = 1,0



Resp.Téc:
Eng:Rogerio Correa

OBS: O diagrama acima é para a antena
livre de qualquer obstáculo a 5,0 metros
montada em uma torre de 0,5m de diâmetro.

Folha 03 de 04

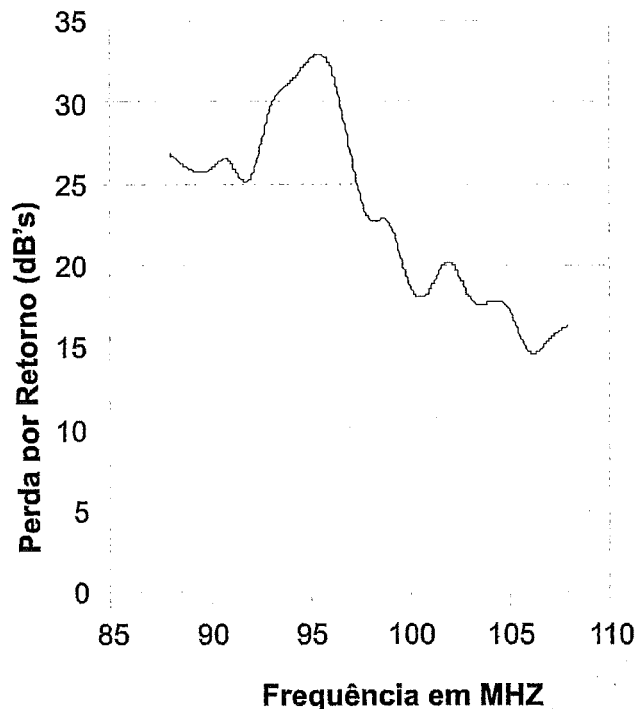
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10



AUAD CORREA Equip. Eletr. Ltda
Pg. da Pirâmide 90, CENTRO EMPRESARIAL
Santa Rita do Sapucaí-MG-CEP:37540-000
Fone:0xx (35) 3473 3700

LAUDO TÉCNICO
INDICADA PARA TX-FM 87-108 MHZ

Perda por Retorno Versus Frequência



- Fabricante: Auad Correa (Teletronix),
- Modelo: DPBLFM/87-108/0dB,
- Tipo: Antena Dipolo de 1/2 onda,
- Polarização: Linear (VERTICAL),
- Faixa de operação: 87 a 108 MHZ
- Perda por retorno: >15 dB'S
- Ganho: 1.0 a 45°, 135°, 225°, 315° (dBd)
- Ght: 1,0; a 45°, 135°, 225°, 315°
- Gvt: 1,0 a 45° do plano
- Diagrama de Irradiação: Onidirecional(hrz)

Resp.Téc:

Eng:Rogerio Correa

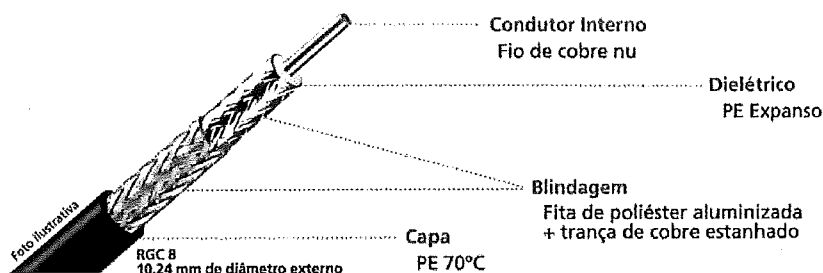
OBS:

A Curva a cima é para a antena livre de qualquer obstáculo a 5,0 metros, montada em uma torre de 0,5m de diâmetro.

Folha 4 de 04

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

LINHA RADIOFLEX®



178
178

Cabo		
MODELO	RGC 213	RGC 8
SÉRIE	401.041	401.095
Tipo de Cabo	COAXIAL	COAXIAL
Formação		
Conductor interno/Material	FNu	FNu
Diâmetro do conductor interno - mm(in)	2,61(0,10)	2,74(0,11)
Dielétrico/Material	PE expanso	PE expanso
Diâmetro do dielétrico - mm(in)	7,25(0,28)	7,37(0,29)
Conductor externo/Material (Cobertura de blindagem(%))	FTSn (75%)	FATSn (88%)
Diâmetro do conductor externo - mm(in)	8,14(0,32)	8,13(0,32)
Capa/Material	PE	PE
Diâmetro da capa - mm(in)	10,34(0,40)	10,24(0,40)
Especificações Mecânicas		
Peso do cabo - kg/m(lb/ft)	0,13(0,08)	0,14(0,09)
Raio mínimo de curvatura/repetidas - mm(in)	50/205(1,97/8,07)	60/210(2,36/8,27)
Temperatura de operação °C(°F)	80 máx.(176)	80 máx.(176)
Especificações Elétricas		
Impedância nominal (ohms)	50	50
Velocidade de propagação (%)	82	87
Capacitância - pF/m(pF/ft)	82(25,0)	78(23,80)
Máxima Frequência de operação (GHz)	3,00	3,00
RF- Tensão de Pico(kV r.m.s)	0,5	0,5
Resistência do conductor interno - ohm/km(ohm/M')	3,5(1,10)	3(0,90)
Resistência da blindagem - ohm/km(ohm/M')	8(2,40)	5,3(1,60)
Frequência (MHz) à 20°C		
Atenuação (dB/100m)		
0,5	0,5	0,4
1	0,7	0,4
5	1,5	1,2
10	1,6	1,5
20	2,0	2,1
30	2,3	2,4
50	2,9	3,1
88	3,8	3,8
100	4,1	4,0
108	4,3	4,2
150	5,2	4,8
174	5,6	5,2
200	6,1	5,6
300	7,6	6,9
400	8,9	8,0
450	9,5	8,6
500	10,0	9,1
512	10,2	9,2
600	11,2	10,1
700	12,2	10,9
800	13,2	11,8
824	13,4	12,0
894	13,9	12,5
900	14,0	12,6
925	14,3	12,8
960	14,6	13,0
1000	14,9	13,2
1250	16,9	14,9
1500	18,8	16,5
1700	20,2	17,7
1800	20,9	18,2
2000	22,3	19,4
2400	25,2	22,3

obs1.: FNu = Fio de cobre nu
obs2.: FATSn = Fita metalizada aderida ao dielétrico + trança de cobre estanhado
obs3.: FTSn = Fita metalizada + trança de cobre estanhado

12/2003

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/20

139
19

DECLARAÇÕES EXIGIDAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/12

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em. 09/11/10



DECLARAÇÃO

Declaro na condição de representante legal da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES**, de que a entidade apresentará Projeto Técnico, de acordo com as disposições da Norma Complementar Nº. 1/2004, e com os dados indicados em seu requerimento, caso lhe seja outorgada a autorização.

Marataízes - ES, 24 de novembro de 2009.

Evaldo Praça Ferreira
EVALDO PRAÇA FERREIRA
Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09 / 11 / 2009



DECLARAÇÃO

Declaro na condição de representante legal da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES**, que a sede da entidade está situada à Rua Padre Henrique Huben, 80 – Cidade Nova – Marataízes – ES – CEP 29345-000.

Marataízes - ES, 24 de novembro de 2009.

Evaldo Praça Ferreira
EVALDO PRAÇA FERREIRA
Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

183
9

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de comprovação junto ao Ministério das Comunicações, que a instalação proposta pela **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES**, não fere os gabaritos de proteção de aeródromos, conforme regulamento da Diretoria de Rotas Aéreas do Ministério da Aeronáutica.

Vitória - ES, 24 de novembro de 2009.



José Henrique Cardoso
Engenheiro em Eletrônica
CREA 3522-D/ES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 08, 11, 12





DECLARAÇÃO

Declaro como profissional habilitado, que as coordenadas geográficas da estação transmissora foram apresentadas na padronização WGS84, e que o sistema irradiante da estação está localizado à Rua Padre Henrique Huben, 80 – Cidade Nova – Marataízes – ES – CEP 29345-000.

Vitória - ES, 24 de novembro de 2009.

José Henrique Cardoso
Engenheiro em Eletrônica
CREA 3522-D/ES


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09 / 11 / 10

das Com
185
9

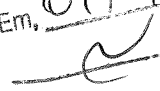
DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 18.2.7.1 da Norma Complementar Nº. 1/2004 do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Vitória - ES, 24 de novembro de 2009.



José Henrique Cardoso
Engenheiro em Eletrônica
CREA 3522-D/ES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10


Min. das Comunicações
186
10/11/09


PARECER CONCLUSIVO

Certifico, para os devidos fins, que a instalação proposta constante do presente processo e seus anexos, atende a todas as normas técnicas e legais vigentes, aplicáveis à mesma, e que o contorno de 91 dBμ da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES**, não fica situado a mais de 1 Km de distância da antena transmissora em nenhuma direção.

Vitória - ES, 24 de novembro de 2009.



José Henrique Cardoso
Engenheiro em Eletrônica
CREA 3522-D/ES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10


**CREA-ES**Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia do Espírito Santo

LEI 6496/77

**MÚTUA CAIXA DE ASSISTÊNCIA**
DOS PROFISSIONAIS DO CREA-ES

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ART Nº: 20090118057**PARTE CONTRATADA**

TÍTULO DO PROFISSIONAL: ENGENHEIRO EM ELETRÔNICA
NOME DO PROFISSIONAL: JOSÉ HENRIQUE CARDOSO **Nº DA CARTEIRA:** ES-003522/D **Nº DO VISTO:** 0
EMPRESA EXECUTANTE: ENLACE ENGENHARIA LTDA **REGISTRO CREA-ES:** 3957 **Nº DO VISTO:**

PARTE CONTRATANTE

NOME DO CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES
CPF/CNPJ: 08919828000150
ENDEREÇO: RUA PADRE HENRIQUE HUBEN, 80, CIDADE NOVA - MARATAÍZES / ES - CEP: 29345000 **TELEFONE:** (28) 3532-1877

DADOS DO OBJETO DO CONTRATO

ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO:
RUA PADRE HENRIQUE HUBEN, 80, CIDADE NOVA - MARATAÍZES / ES - CEP: 29345000

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S):
5 - ELABORAÇÃO DE PROJETO/ ESPECIFICAÇÃO

PARTICIPAÇÃO:
NATUREZA: 103 - AUTORIA
NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S):
2303 - SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES

TIPO DA OBRA/SERVIÇO:
1199 - OUTRAS OBRAS SERVIÇOS ELÉTRICAS TELEFÔNICAS TELECOMUNICAÇÕES

PROJETO(S)/SERVIÇO(S):
18 - OUTROS PROJETOS/SERVIÇOS

NOME DO PROPRIETÁRIO: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES

DIMENSÃO/QUANTIDADE: 0,00 **UNIDADE DE MEDIDA:** **VALOR DO CONTRATO (R\$):** 2.200,00
DATA DE INÍCIO: 20/11/2009 **DATA DE TÉRMINO (PREVISTO):** 27/11/2009

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:
ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO DO SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA, PARA INSTALAÇÃO DE ESTATION TRANSMISSORA, LOCALIZADA EM MARATAÍZES/ES, CONFORME AS NORMAS VIGENTES DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DO CONTRATANTE:

Carloso Roca

ASSINATURA DO PROFISSIONAL**VALIDADA PELA SENHA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA VIRTUAL****ENTIDADE DE CLASSE:** SIND.DOS ENG.DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO**TABELA UTILIZADA PARA CÁLCULO DA TAXA:** TABELA 1**TAXA DA ART: R\$ 30,00**

ACESSO REALIZADO UTILIZANDO O IP: 189.115.204.215

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 09/11/2009



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia do Espírito Santo



MÚTUA CAIXA DE ASSISTÊNCIA
DOS PROFISSIONAIS DO CREA-ES

ART: 20090118057

Linha Digitável: 10491.05297 96900.000009 00004.936167 2 44620000003000

Valor: R\$ 30,00

Acesso realizado utilizando o IP: 189.115.204.215

Recibo do Sacado

CAIXA | 104-0 | 10491.05297 96900.000009 00004.936167 2 44620000003000

Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENG., ARQ. E AGR. DO ES		Agência/Código do Cedente 0167 / 052996-4	Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 900000000000493616-2
Número do documento 20090118057	CPF/CNPJ	Vencimento 25/12/2009	Valor documento 30,00		
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Sacado ENLACE ENGENHARIA LTDA					
Demonstrativo CONSELHO REGIONAL DE ENG., ARQ. E AGR. DO ES					

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

CAIXA | 104-0 | 10491.05297 96900.000009 00004.936167 2 44620000003000

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento					Vencimento 25/12/2009
Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENG., ARQ. E AGR. DO ES					Agência/Código cedente 0167 / 052996-4
Data do doc. 25/11/2009	Nº documento 20090118057	Esp. doc. DM	Aceite N	Data proces. 25/11/2009	Nosso número 900000000000493616-2
Uso do banco 01	Carteira 01	Espécie R\$	Quantidade	Valor Doc 30,00	(=) Valor documento 30,00
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) Pagavel em qualquer banco ate o vencimento preferencialmente na CAIXA e casas lotericas. Pagamento referente à ART: 20090118057					(-) Desconto / Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado ENLACE ENGENHARIA LTDA-3957					Cód. baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



25/11/2009 - BANCO DO BRASIL - 11:28:11
499272103
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
0006
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS
CLIENTE: ENLACE ENGENHARIA LTDA
AGÊNCIA: 4292-7
CONTA: 100-148-5
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
1049105297969000000000004936167244620000003000
NR. DOCUMENTO 112.501
DATA DO PAGAMENTO 25/11/2009
VALOR DO DOCUMENTO 30.00
VALOR COBRADO 30.00
NR. AUTENTICAÇÃO 1660.06A.57A.BDD.314

GOV. DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 09/11/10

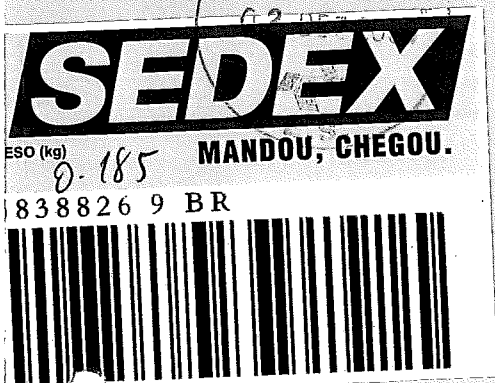
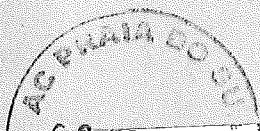
101



des

Comunicação Eletrônica

- Bloco 'R' - Ed. Anexo - Sala 300 - Oeste



An

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 10

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

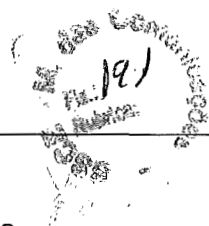
Número: 53000.038180/07 Localidade/UF: Marataizes/ES
Entidade: Associação Rádio Comunitária de Marataizes
Aviso: 25 Publicação: 07/05/2007 Prazo: 21/06/2007 Canal: 200

COORDENADAS		
	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	21S0125	21S0236
Longitude	40W4902	40W4928

DISTÂNCIA	
Distância A:B (IBGE)	2.32

Processo					
1.	Entregou documentação tempestivamente?				Sim
2.	Endereço da Antena Proposta				
Rua Padre Henrique Huben, n°80 , Cidade Nova					
2.1.	Endereço do Studio				
Rua Padre henrique huben , n°80 , Cidade Nova					
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)				
Número do Processo		Distância		Status	
53660.000032/00		2.320,00		ARQ	
4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)				
Lote	Processo	Município	UF	Distância	Status
21	53000.063515/06	Itapemirim	ES	2.360,00	ARQ
5	53660.000839/98	Marataizes	ES	2.360,00	ARQ
5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal				ACO
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?				Não
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.				Sim
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?				Sim
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?				Sim
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora				
Rua Padre Henrique Huben, n°80 , Cidade Nova					
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?				Sim

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

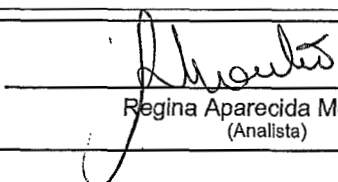


Identificação do Processo

Número: 53000.038180/07 Localidade/UF: Marataizes/ES
Entidade: Associação Rádio Comunitária de Marataizes
Aviso: 25 Publicação: 07/05/2007 Prazo: 21/06/2007 Canal: 200

12. Conclusão da Análise

Em relação a primeira análise técnica, o processo encontra-se instruído .


Regina Aparecida Monteiro.
(Analista)

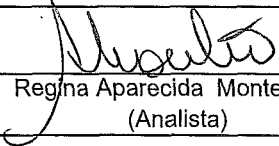
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09 / 11 / 10

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

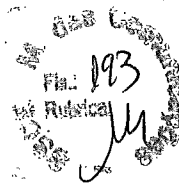
Número: 53000.038180/07 Localidade/UF: Marataizes/ES
 Entidade: Associação Rádio Comunitária de Marataizes
 Aviso: 25 Publicação: 07/05/2007 Prazo: 21/06/2007 Canal: 200

Processo							
1.	Entregou documentação tempestivamente?		Sim				
2.	Apresentou Formulário padronizado DOUL/RADCOM 02?		Sim				
3.	Apresentou Declaração firmada pelo representante legal da entidade de que na ocorrência de interferência tomará as providências previstas nas letras "a" e "b" do item 6.11 da Normal 02/98, Portaria 191 de 06/08/98, DOU 07/08/98?	a.	Sim				
		b.	Sim				
4.	Apresentou planta de arruamento, em escala de denominador máximo igual a 10.000, onde deverá estar assinalado o local de instalação do sistema irradiante, com indicação da coordenadas geográficas com precisão de segundos, e traçada a circunferência de até 1Km de raio, que limita a área abrangida pelo contorno de serviços?(nº III, item 6.11)		Sim				
5.	Apresentou diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, com a indicação do norte verdadeiro, diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas? (nº IV, item 6.11)		Sim				
6.	Apresentou declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 14.2.7.1 ou estado específico, conforme determina o item 14.2.7.1.1? (nº V, item 6.11)		Sim				
7.	Apresentou declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou se for o caso, declaração da inexistência de aeródromo na localidade? (nº VI, item 6.11)		Sim				
8.	Apresentou parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando q a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de 1Km de distância da antena transmissora		Sim				
9.	Apresentou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta? (nº VIII, item 6.11)		Sim				
10.	Verificar no Formulário de Informação Técnicas se o Ganho de antena <= 0,0 dBu?		Sim				
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 30%; border: none;">a. Ganho Máximo: 0,00</td> <td style="width: 30%; border: none;">b. Fabricante: Auad Correia Equip. Ltda</td> <td style="width: 40%; border: none;">c. Modelo: DPBL-FM/87</td> </tr> </table>				a. Ganho Máximo: 0,00	b. Fabricante: Auad Correia Equip. Ltda	c. Modelo: DPBL-FM/87	
a. Ganho Máximo: 0,00	b. Fabricante: Auad Correia Equip. Ltda	c. Modelo: DPBL-FM/87					
11.	Altura da antena em relação ao solo <= 30m?	Altura: 20,00	Sim				
12.	Potência efetiva irradiada (ERP) <= 25W (-16,02 dBk)?		Sim				
13.	O transmissor está certificado?						
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 30%; border: none;">a. Fabricante: Auad Correia Equip. Elet. Ltda</td> <td style="width: 20%; border: none;">b. Modelo: SP - 5025</td> <td style="width: 20%; border: none;">c. Categoria: 2 H</td> <td style="width: 30%; border: none;">d. Certificado: 0680-03-0528</td> </tr> </table>				a. Fabricante: Auad Correia Equip. Elet. Ltda	b. Modelo: SP - 5025	c. Categoria: 2 H	d. Certificado: 0680-03-0528
a. Fabricante: Auad Correia Equip. Elet. Ltda	b. Modelo: SP - 5025	c. Categoria: 2 H	d. Certificado: 0680-03-0528				
14.	Intensidade de campo no limite da área de serviço <= 91 dBu?		Sim				
15.	As coordenadas geográficas do local de instalação são as mesmas do aviso que torna público a relação das entidades SELECIONADAS para a prestação do serviço?		Sim				
16.	Conclusão da Análise						
Em relação a segunda análise técnica, o processo encontra-se instruído .							



 Regina Aparecida Monteiro .
 (Analista)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO



ANÁLISE DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Referente Ofício nº 5664 /09/RADCOM/DOS/SSCE-MC de 05/11/09

Processo nº 53.000.088.150/07 Localidade: Maratão ES

Entidade: _____

- () única entidade no local ou;
() com concorrentes: () arquivado(s), () em análise, () em exigência, () instruído

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

- () Cumpridas integralmente – Processo instruído (1ª Fase)
() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação abaixo descrita:
(☒) Cumpridas integralmente – Processo instruído (2ª Fase) – ENTIDADE HABILITADA

Observações:

Em relação a segunda análise técnica, o
processo encontra-se instruído.

Brasília, 13/01/10

Analista responsável: _____

SIAPE: 1320258

EXIGÊNCIAS JURÍDICAS:

- () Cumpridas integralmente
() Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documentação:

Observações:

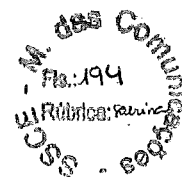
* CONTINUAÇÃO – VERSO →

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09, 11, 10



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA



RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 0025/2010/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.038180/2007, protocolizado em 06 de julho de 2007.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Rádio Comunitária de Marataízes, município de Marataízes, Estado de Espírito Santo.

I - INTRODUÇÃO

1. A **Associação Rádio Comunitária de Marataízes**, inscrita no CNPJ sob o número **08.919.828/0001-50**, no Estado de Espírito Santo, com **sede Rua Padre Henrique Huben, 80, Bairro Cidade Nova**, no município de Marataízes, **dirigiu-se** ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 02 de julho de 2007, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.
2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União - D.O.U. de 21/05/2007**, com **prazo final em 20/08/2007** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.
3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de uma entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação

M
suc

Comunicações
Fls. 195
Unidade: Juvina
2008 - set

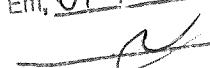
para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontram abaixo explicitados:

a) **Associação Cultural Redenção de Amor** – Processo nº 53660.000032/00, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: A entidade não tem caráter comunitário, segundo princípios e requisitos estabelecidos na legislação específica para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, tratando-se, na realidade, de entidade que tem como finalidade precípua exercer atividades de caráter religioso (como a própria descrição junto ao CNPJ apresentado). Tal constatação advém ainda da leitura de seu Estatuto Social de 2002, especificamente as disposições contidas nos artigos: ▪ 4º, 5º caput e alíneas – denota-se o seu anseio de possuir empresa de radiodifusão e não rádio comunitária; ▪ Capítulo IV, art. 9º, item 9.4 – não confere aos “cooperadores” quaisquer direitos e vantagens; ▪ Art. 9º, parágrafo único – o presidente tem mandato por tempo “indeterminado”. Além do mais, quanto ao Estatuto Social de 2000 e já alterado, observa-se, de modo claro e notório que a Entidade foi criada para atender à comunidade evangélica e o seu principal objetivo é promover a evangelização, especialmente por meio de literatura impressa e programas de rádio e TV. Deste modo, considerando a sua descrição junto à Receita Federal e o disposto no Estatuto Social, constata-se que a entidade não atende ao universo da comunidade local como um todo, em infringência aos arts. 1º e 7º da Lei nº 9.612/98, bem como subitem 8.2 alínea “e” da Norma Complementar nº 1/2004 conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 6157, datado de 16 de outubro de 2007, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão. **Ressalte-se que decorrido o prazo recursal não houve manifestação da entidade.**

II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09 / 11 / 10



sic

M. das Comunicações
Fls. 196
Rúbrica: *[assinatura]*
03/09/2008

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Padre Henrique Huben, nº 80, Cidade Nova, no município de Maratizes, Estado do Espírito Santo, de coordenadas geográficas em 21°01'24,78"S de latitude e 40°49'2,1"W de longitude. Estas coordenadas foram arredondadas para 21°01'25"S de latitude e 40°49'02"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas foram aceitas**, pelo que se depreende da memória do documento de folha 61, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão: **Vale salientar que posteriormente à realização da primeira análise a entidade não apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento.**

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "d", "e", "g", "h", "i", "j", "l" da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente, cópia da ata de eleição e cópia da ata de constituição da entidade conforme subitens 7.2.2 e 7.2.2.1, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 161 a 188).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "**Formulário de Informações Técnicas**" - fls 166/167, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 192. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 03/11/10
[assinatura]

[assinatura]
suc

M. das Comunicações
Fla.: 197
Rubrica: favor assinar
19/03/2008

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 193, dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO

10. **O Departamento de Outorga de Serviços**, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome: Associação Rádio Comunitária de Marataízes;
- quadro diretivo:

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Evaldo Praça Ferreira	Diretor Presidente
Eriberto Silva Pereira	Diretor Vice-Presidente
Maria de Fátima Delbona	Diretora Executiva
Wanderléia Carvalho Campos	Diretora Secretária

M
su

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio:**

Rua Padre Henrique Huben, nº 80, Cidade Nova, município de Marataízes, Estado do Espírito Santo.

- **coordenadas geográficas:**

21°01'25" de latitude e 40°49'02" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise Técnica" - fls. 190/191, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 166/167 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, entendemos que o presente processo encontra-se devidamente instruído e opinamos pelo seu encaminhamento à Consultoria Jurídica para prosseguimento.

Brasília, 28 de janeiro de 2010.

Sabrina Lopes da Cunha
Relator da conclusão Jurídica
Sabrina Lopes da Cunha
Técnica de Nível Superior
Mat. 1712366

De acordo CONAC/DEOC/SC/SC-MC

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Regina Aparecida Monteiro
Relator da conclusão Técnica
Chefe de Seção
SENGR/CONAC/DEOC/SC

Brasília, 11 de fevereiro de 2010.

Gleucione Alves Teixeira Junior
GLEUCIONE ALVES TEIXEIRA JUNIOR
Coordenador

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de de 2010.
CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0025/2010/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de de 2010.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Pls: 199
Rúbrica: Sabrina
SUC

RELAÇÃO DE PROCESSOS CONCORRENTES PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

MUNICÍPIO: Marataízes	UF: ES
ENTIDADE SELECIONADA: Associação Rádio Comunitária de Marataízes	
Nº DO PROCESSO: 53000.038180/2007	
Critérios adotados para seleção: Atendimento aos preceitos da Lei 9612/98 de 19/02/1998, ao Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto 2615/98 de 03/06/1998, à Norma Complementar 01/2004.	

CONCORRENTE

ENTIDADE: Associação Cultural Redenção de Amor
Nº DO PROCESSO: 53660.000032/00
Critérios adotados para o arquivamento: Não cumprimento dos preceitos da Lei 9612/98 de 19/02/1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto 2615/98 de 03/06/1998, e/ou da Norma Complementar 01/2004, aprovada pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 103 de 26/01/2004.

Brasília, 28 de janeiro de 2010.

Responsável:

Sabrina Lopes da Cunha

Sabrina Lopes da Cunha
Analista Jurídico

Sabrina Lopes da Cunha
Técnica de Nível Superior
Mat. 412355
CORAD/DECE-MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 09/11/10

M
SUC



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - 3º andar - anexo oeste - sala 300 - 70044-900 - Brasília/DF
Fone: (61) 3311-6890 - Fax: (61) 3311-6617

Ofício nº 6157/2007/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 16 de outubro de 2007.

Ao Senhor
Osiel Monteiro Costa
Associação Cultural Redenção de Amor
Rua Walter Reis, nº 32 - Barra do Itapemerim
CEP: 29345-000 Marataízes / ES

Assunto: Arquivamento do processo

Senhor Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n.º 53660.00032/00, na localidade de **Marataízes - ES**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, cumpre-nos informar que o mesmo foi **ARQUIVADO** pelo fato e fundamento a seguir:

A entidade não tem caráter comunitário, segundo os princípios e requisitos estabelecidos na legislação específica para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitário, trata-se na realidade de entidade que tem como finalidade precípua exercer atividades de caráter religioso (como a própria descrição junto ao CNPJ apresentado).

Tal constatação advém, ainda, da leitura de seu Estatuto Social de 2002, especificamente as disposições contidas nos artigos:

- 4º, 5º caput e alíneas - denota-se o seu anseio de possuir empresa de radiodifusão e não rádio comunitária;
- Capítulo IV, art. 9º, item 9.4 - não confere aos "cooperadores" quaisquer direitos e vantagens;
- Art. 9º, parágrafo primeiro - o presidente tem mandato por tempo "indeterminado".

Quanto ao Estatuto Social de 2000 e já alterado, observa-se de modo claro e notório que a Entidade foi criada para atender à comunidade evangélica e o seu principal objetivo é promover a evangelização, especialmente por meio de literatura impressa e programas de rádio e TV.

Deste modo, considerando a sua descrição junto à Receita Federal e o disposto no Estatuto Social, constata-se que a entidade não atende ao universo da comunidade local como um todo, em infringência aos arts. 1º e 7º da Lei 9612/98, bem como subitem 8.2 alínea "e" da Norma Complementar 01/2004.

Em face do exposto a entidade deverá ser comunicada acerca do arquivamento mediante **ofício enviado por AR Postal**, resguardando-se o direito da mesma ingressar com "pedido de

Dbsf - arq- ES 0032-00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 09 / 11 / 10

M.
31

reconsideração" no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme disposto nos subítens 9.7.2, 9.7.3 e 9.7.4 e alíneas da Norma Complementar 01/2004. Decorrido esse prazo a documentação encaminhada será considerada intempestiva.


Atenciosamente,


ZILDA BEATRIZ SILVA DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Dbsf-arq- ES 0032-00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 09 / 11 / 10




SUC

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

N		AR	
EI		ATAIRE	
CE		ATAIRE	
of nº6157/2007/RADCOM/DOS/SSCE-MC		PAÍS / PAYS	
OSIEL MONTEIRO COSTA			
ASSOC. CULT. REDENÇÃO DE AMOR			
RUA WALTER REIS Nº 32 - BARRA DO ITAPEMERIM			
29345-000 MARATAÍZES/ES			
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	
<i>Osiel Monteiro Costa</i>		7/3/2007	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
		BARRA DO ITAPEMERIM	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
		VILSON BENTO NETO Matrícula: 6.279.408 Carteiro	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO	AR
	RA 6 6 4 3 2 2 1 6 3 BR	
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT		
AGÊNCIA MINICOM		

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR	
	Serviço Público Federal	
	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	
	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE		
Departamento de Outorga de Serviços		
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo-B Sala 300-0		
CIDADE / LOCALIDADE		UF
70044-900 - Brasília-DF		BRASIL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 09/11/10

AM
SUC



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



PARECER Nº 157 – 1.08/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.038.180/2007

INTERESSADO: Associação Rádio Comunitária de Marataízes

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

Senhor Consultor Jurídico,

I - Introdução

Vem a esta Consultoria Jurídica o processo em referência *sub examine*, por despacho da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em que o Diretor do Departamento de Outorga de Serviços, ao concluir a instrução do mencionado processo administrativo opinou consubstanciando-se no Relatório nº 025/2010 - RADCOM/DOS/SSCE/MC - (fls. 194 a 198), após atestar a devida instrução dos autos pelo encaminhamento a esta consultoria da Associação Rádio Comunitária de Marataízes, localizada no município de Marataízes, Estado do Espírito Santo.

2. O comparecimento desta Consultoria no feito se faz necessário, em razão do que preconiza a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em especial o que inscreve o seu Capítulo VI, definindo a competência "Das Consultorias Jurídicas" no contexto da Advocacia-Geral da União.

II – Fundamentos Legais e Normativos

3. A requerente manifestou interesse "...em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 Km", com centro localizado de acordo com o indicado no item 10 do mencionado Relatório, onde pretende instalar o sistema irradiante de sua estação, solicitando, também, em seguimento, a designação de canal para a prestação do serviço nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

4. Da análise da documentação apresentada, em atendimento aos preceitos da Lei nº 9.612, 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, da Norma Complementar nº 2/98, aprovada pela Portaria nº 191, de 06 de agosto de 1998, constatou-se o seguinte:

- a Associação Cultural Redenção de Amor (Processo nº 53660.000.032/00) que também concorria à prestação do serviço naquele município, teve o seu processo devidamente arquivamento, por não ter encaminhado a documentação técnica

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF
Telefones: (61) 3311-6535/311-6197 Fax: (61) 3311-6602 Email: conjur@mc.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09 / 11 / 10

e jurídica exigida pela legislação específica, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 6157, datado de 16/10/2007, cuja cópia do ofício e respectivo AR postal se encontram anexos, conforme o exposto no item 3 alínea "a" do Relatório da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica (fl. 195);

- os atos constitutivos da entidade Requerente, sua personalidade jurídica, compreendendo as atas de constituição e de eleição dos dirigentes, o seu Estatuto Social, declarações de responsabilidade firmadas por seus dirigentes, bem como manifestações de apoio da respectiva comunidade, entre instituições e pessoas jurídicas da localidade, estão de acordo com as normas, como depreende do item 9 do Relatório;
- as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada nos presentes autos, estão de acordo com o estabelecido na legislação, basicamente as regras da Norma nº 2/98, a teor dos itens 4 a 9 do Relatório.

III Conclusão

5. *Ex positis*, com base nas informações apresentadas pelo Departamento de Outorga de Serviços no Relatório Final, depreendido às fls. 194/198, denota-se que o processo se encontra devidamente munido dos documentos necessários ao deferimento do pleito e está em conformidade com a legislação que regula os atos de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga deverá seguir os preceitos do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

6. Finalmente, resta o encaminhamento do processo e propostas do ato correspondente à apreciação do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

7. O Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223, da Constituição, deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando produzir seus efeitos legais.

À superior consideração.

Brasília, 02 de março de 2010.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica - Substituto

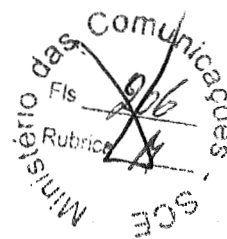
Aprovo. Encaminhe-se o presente processo, acompanhado dos respectivos atos ao Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

Em 02/03/2010

ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 09/11/10

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 04/11/10	
Página: 89	Seção: 1
ANOTADO POR: <i>[assinatura]</i>	



PORTARIA Nº 941 DE 14 DE OUTUBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.038.180/07 e da PARECER Nº 157 – 1.08/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, resolve:


Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Rádio Comunitária de Marataízes**, com sede na Rua Padre Henrique Huben, nº 80 – Bairro Cidade Nova, no município de Marataízes, Estado do Espírito Santo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

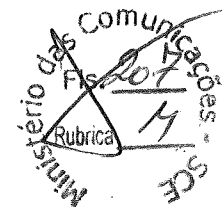
Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º 01' 25"S e longitude em 40º 49' 02"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro de Estado das Comunicações



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BL. R, ANEXO B, SALA 300
CEP:: 70044-900 – BRASÍLIA-DF
TEL:: 3311-6000 – FAX: 3311-6617



Processo n.º 53000.038180/07

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 941, de 14 de outubro de 2010, no Diário Oficial da União de 04 de novembro do corrente ano, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

Brasília, 08 de novembro de 2010.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações
207

Ministério das Comunicações
206

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 76 /2010/GM-MC

Brasília, 18 de novembro de 2010.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00834 2010

- 53000.037677/2007 - 44

MC 00835 2010

- 53000.008411/2008 - 75

MC 00836 2010

- 53000.064331/2006 - 38

MC 00837 2010

- 53000.038180/2007 - 43

MC 00838 2010

- 53103.000276/2002 - 76

MC 00839 2010

- 53000.006999/2005 - 80

MC 00840 2010

- 53820.000581/1998 - 89

MC 00841 2010

- 53000.054166/2006 - 14



MC 00842 2010

- 53000.053772/2006 - 12

MC 00843 2010

- 53000.021650/2007 - 30

MC 00844 2010

- 53820.000280/1998 / 53000.016204/2008

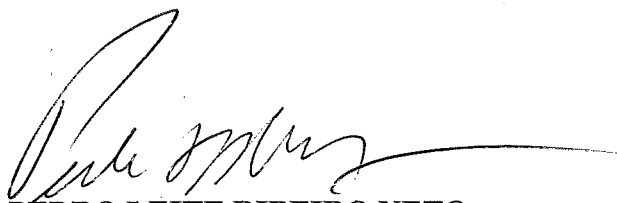
MC 00845 2010

- 53000.005100/2010 - 79

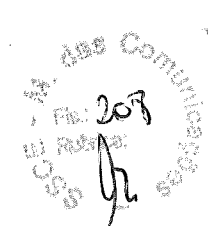
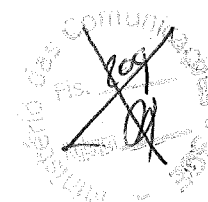
MC 00846 2010

- 53650.002160/1997

Atenciosamente,



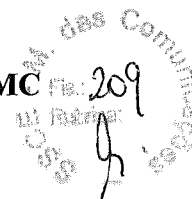
PEDRO LEITE RIBEIRO NETO
Coordenador-Geral Substituto



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**



INFORMAÇÃO Nº 203 / 2011- RADCOM/CORAC/DEOC/SCE/MC



- **REFERÊNCIA:** Processo nº 53000.038180/2007.
- **OBJETO:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- **INTERESSADO:** Associação Rádio Comunitária de Marataízes, na localidade de Marataízes, Estado do Espírito Santo.
- **CONCLUSÃO:** Processo instruído.

Tendo em vista o retorno dos autos a este Ministério, encaminhados pela Casa Civil da Presidência da República, informamos que, submetidos à nova avaliação, verificou-se que a interessada apresentou toda a documentação instrutória exigida pelas normas aplicáveis ao serviço de radiodifusão comunitária, e necessárias à autorização. Opinamos, portanto, pelo encaminhamento à Consultoria Jurídica para adoção das providências necessárias.

Brasília, 3 de maio de 2011.

SIBELA LEANDRA PORTELLA MATIAS
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária

De acordo.

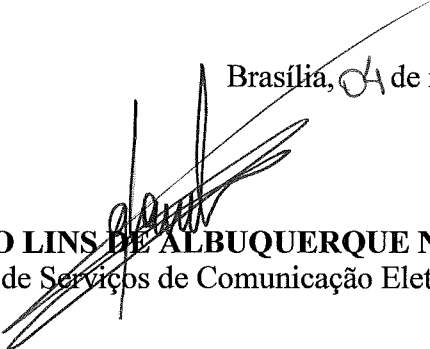
À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 3 de maio de 2011.

DERMEVAL DA SILVA JUNIOR
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Aprovo a Informação nº 203/2011/RADCOM/CORAC/DEOC/SCE/MC. Encaminhe-se ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 04 de maio de 2011.



GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



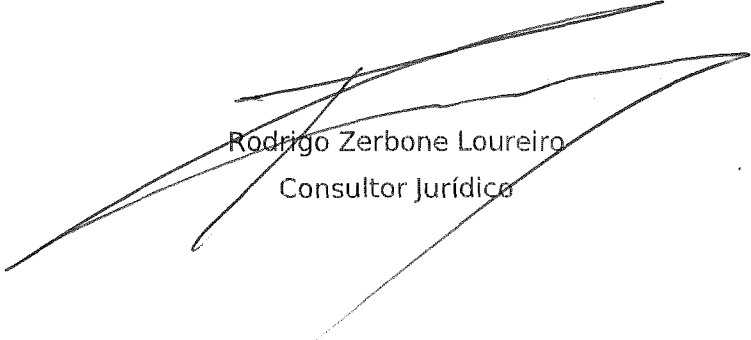
COTA nº 0378/2011/RZL/CONJUR-MC/AGU
Processo nº 53000.038180/2007
Interessado: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES.

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Após nova análise dos autos do processo em epígrafe solicitada por essa Secretaria, esclareço que não se verificou óbice jurídico ao prosseguimento do feito, bem como informo a regularidade da minuta de ato anexa aos autos, conforme a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 04 de julho de 2011.


Rodrigo Zerbone Loureiro
Consultor Jurídico

10

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 29 /2011/GM-MC

Brasília, 02 de agosto de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00503 2011

- 53000.003128/2008

MC 00504 2011

- 53000.038180/2007

MC 00505 2011

- 53103.000219/1999

MC 00506 2011

- 53000.041795/2004

MC 00507 2011

- 53000.064839/2005

MC 00508 2011

- 53770.000372/1999

MC 00509 2011

- 53710.000566/2001

MC 00510 2011

✕ - 53000.013915/2010

MC 00511 2011

- 53710.000300/2002

MC 00512 2011

- 53710.000300/2002

Atenciosamente,


PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA
Coordenador-Geral